



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

ÁGUA COMO MERCADORIA: NEOLIBERALISMO E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NA REGIÃO DOS LAGOS – RJ

Damaris Alencar de Farias

Orientador: Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira

Seropédica, 2021

ÁGUA COMO MERCADORIA: NEOLIBERALISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REGIÃO DOS LAGOS – RJ

Damaris Alencar de Farias

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia, no programa de pós graduação em Geografia Da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO-UFRRJ) na área de concentração Espaço, Questões Ambientais e formação em Geografia.

Orientador:

Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira

Seropédica, 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca
Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Farias, Damaris Alencar de, 1976-
F224a
Água como mercadoria: neoliberalismo e
desenvolvimento sustentável na Região dos Lagos - RJ
/ Damaris Alencar de Farias. - Nova Iguaçu,
2021. 112 f.: il.

Orientador: Leandro Dias de Oliveira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em

1. Água. 2. Neoliberalismo. 3. Privatização. 4.
Desenvolvimento Sustentável. 5. Região dos Lagos. I.
de Oliveira, Leandro Dias, 1979-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós Graduação em Geografia - UFRRJ III.
Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO
DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 69/2021 - PPGGEO (12.28.01.00.00.00.35)

Nº do Protocolo: 23083.055513/2021-13

**Seropédica-RJ, 04
de agosto de 2021.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE
JANEIRO INSTITUTO DE AGRONOMIA /
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DAMARIS ALENCAR DE
FARIAS**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/07/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG-UFRRJ, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e, neste caso, a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

**Prof. Leandro Dias de
Oliveira (Dr.) UFRRJ
(Orientador, presidente da
banca)**

**Prof. André Santos da Rocha
(Dr.) UFRRJ (membro da
banca)**

**Prof. Maurilio Lima Botelho
(Dr.) UFRRJ (membro da
banca)**

Prof. Marcos Antônio Silvestre
Gomes(Dr.) UFTM (membro da
banca)

(Assinado digitalmente em 04/08/2021 15:43)

ANDRE SANTOS DA ROCHA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matrícula: 1832629

(Assinado digitalmente em 06/08/2021 11:47)

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO
SUPERIOR CoordPesq
(12.28.01.00.00.44)
Matrícula: 1286368

(Assinado digitalmente em 09/08/2021 12:13)

MAURILIO LIMA BOTELHO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeGEOIA (11.39.39)

Matrícula: 2685497

*(Assinado digitalmente em 05/08/2021
11:51)*

MARCOS ANTÔNIO SILVESTRE
GOMES

ASSINANTE

EXTERNO CPF:

007.409.894-21

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **69**, ano: **2021**, tipo:
HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, data de emissão: **04/08/2021** e o código de
verificação: **e5be25cfd5**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Deus, por minha vida, minha saúde e por minha família. Sem minha fé em Deus, nada em minha vida seria possível!

Agradeço à meus pais, Dina e Izaías por além de terem me permitido a vida, dedicaram suas vidas ao bem estar de seus filhos, incluindo o acesso e grande incentivo à educação.

Agradeço aos meus filhos, Pedro e Lia, a compreensão pelos longos dias de ausência, por não poder brincar, conversar ou simplesmente estar ao lado de vocês quando eu estava sentada lendo e escrevendo.

Agradeço ao Heitor, por ter me substituído em inúmeras situações relativas às crianças; por passear com eles para que eu pudesse me concentrar mais na dissertação, pelo grande auxílio na confecção dos mapas e pelos pequenos toques relativos à dissertação. Sua dedicação foi também um grande incentivo para eu não desistir.

Agradeço aos professores do PPGGEO- UFRRJ pelas excelentes aulas, pela dedicação aos alunos e pela bagagem acadêmica compartilhada. Agradeço, também, aos funcionários administrativos do programa, sempre muito solícitos e gentis, especialmente D. Nádia (*in memoriam*).

Agradeço aos colegas de turma que, mesmo com a diferença de idade, sempre me integraram ao grupo dos jovens e, em especial, um agradecimento à Adriana, que sempre me incentivou e inspirou com sua dedicação e amor pela Geografia.

Agradeço infinitamente ao meu amigo-orientador Leandro Dias de Oliveira, que mais que um amigo, sempre me incentivou e acreditou mais em mim que eu mesma; que me motivou a não me desesperar com a conjuntura política e com a própria pandemia. Meu eterno agradecimento, Leandro.

Agradeço ao meu supervisor Flávio Lages, que nunca questionou meu banco de horas, minhas folgas do TRE ou PCE's para que eu pudesse cumprir minhas disciplinas por dois semestres. Um chefe mais humano, equilibrado e compreensivo que ele, não existe.

Agradeço à Márcia Meirelles (*in memorian*) e à Nágile Farah, que me proporcionaram o equilíbrio mental através da psicanálise, mesmo tendo ele sido extremamente abalado durante o mestrado, consegui manter a sanidade mental durante a pós graduação, a maternidade e a pandemia.

Agradeço aos amigos que embarcaram comigo no sonho de ter um cantinho no mato para aliviar a pressão da vida cotidiana. As reuniões (mesmo que virtuais) foram fundamentais para manter minha saúde mental!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Meu muito obrigada a todos!!!

Dedico essa pesquisa à minha irmã Tânia,
com todo o amor e saudade eternos.

Resumo

O objetivo da presente pesquisa foi avaliar, à luz da geografia econômica, o modelo de gestão da água adotado pela Prolagos, empresa que há duas décadas comanda a distribuição da água em boa parte da chamada Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro. Modelo este, fruto de um processo de privatização ocorrido em 1998 e que servirá como modelo para a nova modalidade de distribuição de água, sob a governança da iniciativa privada que está em curso, não apenas no estado do Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil. Para alcançar tal intento, foi realizado um levantamento bibliográfico, tendo como referencial teórico o neoliberalismo, a água e o desenvolvimento sustentável, a confecção de dois mapas, um sobre a responsabilidade da água em cada município do estado do Rio de Janeiro e outro sobre a atuação da Prolagos na Região dos Lagos. Também foram analisados os mais recentes relatórios disponíveis publicamente pela Prolagos e sobre sua *holding* Aegea. Os resultados obtidos revelam que a gestão da água por uma empresa privada, do ponto de vista corporativo, é satisfatório, pois as operações de captação, tratamento e distribuição da água são tratadas empresarialmente, sem possibilidade de prejuízos. Do ponto de vista ambiental, zelar pela disponibilidade de água é obviamente vital, pois sem essa disponibilidade não há razão da existência da empresa. No entanto, todo o aspecto social envolvido nesse processo é ignorado, embora a água seja uma substância vital.

Palavras-chave: Água. Neoliberalismo. Privatização. Desenvolvimento sustentável. Região dos Lagos.

Abstract

The objective of this research was to evaluate, in the light of economic geography, the water management model adopted by Prolagos, a company that for two decades has been in charge of water distribution in a good part of the so-called Região dos Lagos in the state of Rio de Janeiro. This model, the result of a privatization process that took place in 1998, will serve as a model for the new modality of water distribution, under the governance of the private sector, which is underway not only in the state of Rio de Janeiro, but throughout the whole of the country. Brazil. To achieve this goal, a bibliographic survey was carried out with the theoretical framework of neoliberalism, water and sustainable development, the preparation of two maps, one on the responsibility of water in each municipality in the state of Rio de Janeiro and the other on the performance of Prolagos in the Região dos Lagos. The most recent reports publicly available by Prolagos and on its holding Aegea were also analyzed.

Keywords: Water. Neoliberalism. Privatization. Sustainable development. Região dos Lagos.

Lista de Siglas

ANA Agência Nacional de Águas
ASEP Agência Reguladora de Serviços Públicos
ASSEMAE Associação dos Serviços Municipais de Água e Esgoto
BID Banco Internacional de Desenvolvimento
BNH Banco Nacional de Habitação
CAA Centro Administrativo Aegea
CCJC Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CEDAE Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CEDAG Companhia de Águas da Guanabara
CEO Chief Executive Officer (Diretor Executivo em português)
CESBs Companhias Estaduais de Saneamento Básico
COPPE/UFRJ Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro
COPPETEC Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos
CVM Comissão de Valores Mobiliários
DNOCS Departamento Nacional de Obras contra a Seca
DNOS Departamento Nacional de Obras de Saneamento
EBITDA earnings before interest, taxes, depreciation and amortization (lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização, em português)
ESAG Empresa de Saneamento da Guanabara
ETAR Estação de Tratamento de Água de Reuso
FAMA Fórum Alternativo Mundial da Água
FECAM Fundo Estadual De Conservação Ambiental E Desenvolvimento Urbano
FGTS Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço
FMI Fundo Monetário Internacional
FSESP Fundação Serviço Especial de Saúde Pública
FUNASA Fundação Nacional de Saúde
GCP Sistema de Gestão e Controle de Perdas
ICMS Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
LAGEP Laboratório de Geografia Econômica e Política

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG Organização Não Governamental
ONU Organização das Nações Unidas
OSCIP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAEG Programa de Ação Econômica do Governo
PEC Proposta de Emenda a Constituição
PECLD Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa
PL Projeto de lei
PLANASA Plano Nacional de Saneamento
PPGGEO Programa de Pós Graduação em Geografia
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira
SANERJ Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro
SFH Sistema Financeiro de Habitação
SFS Sistema Financeiro do Saneamento
SNIS Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento
UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Lista de Mapas

Mapa 1: Responsáveis pela gestão da água nos municípios do estado do Rio de Janeiro

Mapa 2: Região dos Lagos

Mapa 3: Mapa de Atuação da Aegea

Lista de Figuras

Figura 1: Total de água consumida no Brasil (média anual).

Figura 2: Água necessária à produção de itens do cotidiano

Figura 3: As origens da CEDAE

Figura 4: Sistemas de abastecimento público de água da Prolagos e das Águas de Juturnaíba.

Figura 5: Graves problemas no abastecimento de água na Região dos Lagos antes da Prolagos

Figura 6: Política de Sustentabilidade da Prolagos .

Figura 7: Unidades da Aegea no Brasil

Figura 8: Natureza de impactos sobre a biodiversidade

Figura 9: Indicadores da Concessionária Prolagos

Figura 10: programas de responsabilidade socioambiental

Figura 11: Internações hospitalares por doenças diarreicas nos municípios atendidos pela Prolagos

Figura 12: A Região dos Lagos melhorou seus índices

Figura 13: Evolução da Balneabilidade das praias da Região dos Lagos

Figura 14: Comparativo da balneabilidade das praias do estado do Rio de Janeiro

Figura 15: Operação, manutenção e expansão do sistema de abastecimento de água

Figura 16: Investimentos realizados de 1998 a 2017 pela Prolagos

Figura 17: Evolução do Câmbio mensal (R\$ por US\$) de 1997 a 2018

Figura 18: Projeção de investimentos da Prolagos de 2018 a 2023

Figura 19: Investimento Médio anual em Saneamento Básico (Prolagos x Brasil)

Figura 20: Investimentos em tratamento e distribuição de água potável pela Prolagos

Figura 21: Cronograma Financeiro Consolidado sem rede Separativa de Esgotos

Figura 22: Estrutura Acionária da Aegea

Figura 23: Destaques do ano de 2019 da Aegea

Lista de Quadros

Quadro 1: Metas Contratuais Prolagos (Percentuais sobre a população urbana residente e flutuante).

Quadro 2: Tarifa Social Praticada pela Prolagos em 2019

Quadro 3: Tarifa Social Praticada pela Cedae em 2019

Quadro 4: Valor médio da tarifa social praticada para as companhias que têm em suas estruturas tarifárias a cobrança de tarifa social.

Quadro 05: Pilares de atuação da Prolagos

Quadro 6: Missão, visão e valores da Aegea

Quadro 7: Os cinco talentos da Aegea

Quadro 8: Trajetória de Crescimento da Aegea

SUMÁRIO

Resumo	7
Abstract	7
Lista de Siglas	8
Lista de Mapas	10
Lista de Figuras	11
Lista de Quadros	12
Capítulo 1- A ecologia política da água: entre a escassez e a <i>commoditização</i>	19
1.1 A questão da água: sua essencialidade ecológica e econômica	20
1.2 Neoliberalismo e a ecologia política da água	25
1.3 A lógica da escassez	28
Capítulo 2 – O desenvolvimento sustentável como mecanismo de adequação economia-ecologia	33
2.1 A problemática Ambiental Contemporânea	33
2.2 O encontro entre economia e ecologia	38
2.3 A relação do capital com a natureza	41
2.4. Desenvolvimento sustentável e reestruturação territorial-produtiva	44
Capítulo 3 – Privatização e concessão da água na realidade fluminense	48
3.1 A água no Brasil: do descaso à privatização	48
3.2 As concessões no estado do Rio de Janeiro	53
3.3 O caso da Prolagos	56
Capítulo 4 – O discurso ambiental na atuação da Po	66
4.1 A Sustentabilidade da Prolagos	67
4.2. Análise da Revisão Quinquenal da PROLAGOS, de 22 de Novembro de 2018	73
4.3 Análise do Relatório Anual de Sustentabilidade da AEGEA 2019	83
4.4 Implicações do neoliberalismo sobre a gestão da água	99
Considerações Finais	104

Introdução

O debate sobre a questão da água vem sendo a cada ano mais fundamental, tanto pela rápida velocidade da degradação ambiental a que o mundo está submetido, quanto pelo vasto e acelerado alcance das políticas neoliberais. Se a escassez de água é uma realidade para as camadas menos favorecidas, estejam elas em áreas de escassez hídrica ou apenas de pobreza extrema, o fato é que a falta de água inexiste a quem pode por ela pagar. A crise hídrica, como tantas outras crises que surgem conjuntamente às crises estruturais do capitalismo, é uma crise socialmente construída ao longo do tempo através do poder ideológico do desenvolvimento sustentável, capaz de tornar a água numa mercadoria e tirar do estado seu poder sobre a mesma, transformando-a em um recurso, uma mercadoria.

Os municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, situados na chamada Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro, tiveram sua água concedida à iniciativa privada em 1998. A Prolagos foi a vencedora do processo de concessão e, desde então, atua nesses cinco municípios. Embora exista todo um arcabouço midiático para enfatizar positivamente a atuação de uma empresa privada na gestão da água, é perceptível que todas as suas ações são tomadas numa lógica capitalista, onde a água é tratada como mais um recurso e todas as medidas de proteção à água e à natureza são medidas de ajuste econômico-ecológico, visando sempre o lucro.

A ideia para essa pesquisa surgiu da oportunidade que a autora teve em participar de alguns debates sobre a questão da privatização da água no FAMA, Fórum Alternativo Mundial da Água ocorrido em 2018 em Brasília, ocorrido paralelamente ao 8º Fórum Mundial da Água, organizado pelo Conselho Mundial da Água. Enquanto o FAMA reuniu diferentes movimentos sociais, de classe, ONG's e os mais variados representantes da sociedade civil, o 8º Fórum Mundial da Água organizado pelo Conselho Mundial da Água, contou com a participação das gigantes corporações com interesses estratégicos na água, como a Coca Cola, Nestlé, Ambev e a própria Aegea (*holding* da qual pertence a Prolagos), o primeiro ignorado pela mídia, enquanto o segundo, tendo o total apoio e ampla divulgação.

Concomitantemente, havia uma enorme pressão sobre a possibilidade de privatização da CEDAE e o estado do Rio de Janeiro sofria com uma de suas maiores crises econômicas, obrigando-o a aderir ao plano de recuperação fiscal proposto pelo governo federal, que punha a privatização da Cedae como garantia. Tal fato tornou ainda mais urgente as articulações políticas para que o processo de privatização da Cedae se concretizasse, o que de fato ocorreu em abril de 2021, em plena crise sanitária provocada pela pandemia da covid-19.

A atual pandemia que vivemos, sob o domínio da globalização, da supressão das fronteiras e com o emaranhado das redes de informação, pessoas, mercadorias e de microrganismos, revelou os traços mais catastróficos do sistema vigente para as populações do mundo.

Países com elevadíssimos graus de desenvolvimento econômico, estruturas socioeconômicas mais homogêneas e sistemas de saúde de melhores padrões no mundo sofreram colapso em seus sistemas de saúde e funerários, sem contar com os enormes estragos econômicos trazidos pelo isolamento social, principal forma de minimizar os impactos do vírus. Se na China, Europa e América do Norte a pandemia pode ser considerada devastadora, o que dizer de países como o Brasil, onde a realização de exames é exígua, a subnotificação de casos é absurda e o presidente da República ironiza a pandemia? A tragédia brasileira está sendo desenhada e, enquanto a ciência tenta fornecer subsídios para atravessarmos a crise de maneira menos impactante, parte da população, com apoio das *fake news* e do próprio presidente, ignora a tragédia que está em curso

Um dos fundamentos de prevenção à covid-19, além do uso imprescindível da máscara e do isolamento social, é o simples ato de lavar bem as mãos e as roupas ao chegar em casa. Seria um ato simples se a água não tivesse um atributo de classe, que segrega socialmente os que possuem acesso e àqueles que sofrem para tê-la. No tocante à pandemia da covid-19, a Prolagos disponibilizou seu relatório de combate ao coronavírus, onde divulga suas ações para o período pandêmico. Dentre suas primeiras ações está o teletrabalho, que transfere todo trabalho não essencial presencial para a residência de seus funcionários. Teve, também, a criação de um comitê de crise, divulgação na mídia das medidas de prevenção, apoio às prefeituras na desinfecção de ruas, praças e locais de grande circulação, além de produzir e distribuir álcool gel e

máscaras (para seus colaboradores) e vaciná-los contra H1N1. No entanto, nenhuma ação no sentido de facilitar o acesso à água pela população menos favorecida.

Como geógrafa e militante sindical, a urgência do tema e a situação política do país após o golpe jurídico-parlamentar, aliados ao anseio em retornar à Geografia (há quase vinte anos sem atuação na área) foram motivadores. A vida laboral e familiar sempre foram um entrave a dar continuidade nos estudos na área geográfica. Vindo residir no município de Seropédica, e conseqüentemente estando mais próxima à UFRRJ e ao local de trabalho, os filhos com mais independência e surgindo a oportunidade de encontrar um programa de pós-graduação em Geografia que me permitisse conciliar com o trabalho, haveria a possibilidade de ingressar no tão almejado mestrado.

A tarefa não seria fácil, já que exercer os papéis de mãe, técnica de laboratório (com carga horária de 40 horas semanais), dirigente sindical, presidenta do conselho da cidade de Seropédica e estudante de pós-graduação em Geografia não são atividades que conversem muito bem entre si. Mas a determinação de seguir na pós-graduação e ciente que a geografia e seus conceitos se tornaram fundamentais para entender a dinâmica da crise sanitária, política e econômica que assola o mundo de forma tão veloz e avassaladora (HAESBAERT, 2020; CASTILHO, 2020), ingressei no Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGGEO) da UFRRJ, em 2018, com a intenção de investigar o papel da Prolagos, uma empresa privada que atua há mais de duas décadas na chamada Região dos Lagos fluminense.

Atuando como dirigente sindical, a luta da classe trabalhadora, cada vez mais oprimida pelas políticas neoliberais que velozmente se espalham pelo território brasileiro e a ameaça de privatização da água no estado do Rio de Janeiro me instigaram a desvelar o modelo privado e elitista de governança que a Prolagos exerce sobre a água nos municípios onde atua. Modelo este que será o futuro da água em todo estado do Rio de Janeiro e que nos aguarda muito brevemente.

A metodologia baseou-se na revisão bibliográfica de importantes autores que tratam da temática geográfica econômica e ambiental como David Harvey, geógrafo de importância internacional e grande crítico do capitalismo e do neoliberalismo; de Arlete Moysés Rodrigues, que atua na área de problemática ambiental urbana, espaço urbano e políticas públicas urbanas, sendo uma crítica aos escassos e superficiais debates relativos às questões ambientais nas cidades e na obra do professor Leandro Dias de Oliveira, um

dos poucos autores que tratam da geopolítica ambiental e do desenvolvimento sustentável. Foram construídos mapas específicos para a compreensão de como se dá a governança da água no estado do Rio de Janeiro e, também, para demonstrar a ocupação da Prolagos sobre o território fluminense.

A operacionalização da pesquisa se baseou no levantamento e aprofundamento analítico de dados e material público amplamente divulgado pela própria empresa nos canais de comunicação da PROLAGOS e da Aegea Saneamento e Participações S.A e demais fontes jornalísticas e, principalmente, nos mais recentes relatórios divulgados pela Aegea e pela Prolagos: o Relatório Anual de Sustentabilidade da AEGEA 2019 (AGEA SANEAMENTO, 2019) e na 4ª Revisão Quinquenal da PROLAGOS / 22 de Novembro de 2018 (PROLAGOS, 2018). Nas reuniões do grupo de estudos Reestruturação Econômico-Espacial Contemporânea, vinculado ao LAGEP (Laboratório de Geografia Econômica e Política) da UFRRJ, sempre enfatiza-se a importância de se investigar relatórios e documentos de empresas para entender a lógica que estas adotam em suas atuações.

Assim, a dissertação está dividida em quatro capítulos principais: o primeiro intitulado “A ecologia política da água: entre a escassez e a commoditização”, discutindo a mercadorização da água e as lógicas neoliberais de gestão; o segundo, “O desenvolvimento sustentável como mecanismo de adequação economia-ecologia”, se trata de esforço teórico para entendermos o papel econômico do desenvolvimento sustentável; o terceiro, “Privatização e concessão da água na realidade fluminense”, traçando um breve histórico da privatização da água no Brasil e no Rio de Janeiro; por fim, o quarto capítulo, denominado “O discurso ambiental na atuação da Prolagos – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto”, tem como objetivo a análise dos relatórios importantes da empresa e a reflexão empírica sobre o papel do desenvolvimento sustentável na adequação neoliberal do modelo.

Capítulo 1- A ecologia política da água: entre a escassez e a *commoditização*

A essencialidade da água para a vida como um todo, no planeta, é um fato inegável. A estrutura celular, componente básica da vida, se formou a partir de moléculas de água. Não somente a vida animal inexistiria sem ela, mas também, toda a flora e fauna

da Terra só existem graças à presença da água em nosso planeta. Não se restringindo apenas à bioquímica do surgimento da vida, a água também é essencial para a manutenção desta com o equilíbrio da temperatura do planeta, atuando na redistribuição da energia solar. Além de matar a sede animal, a água é igualmente fundamental para que ocorra a fotossíntese, processo imprescindível para entrada de energia na atmosfera e que promove a manutenção da vida vegetal – algo de importância vital para alimentação de grande parte da vida animal – e também para converter o dióxido de carbono em oxigênio, molécula que, da mesma forma, é fundamental à vida; para o efeito estufa, formação das massas de ar que redistribuem umidade pelos continentes e permitem a vida. Porto-Gonçalves (2007, p.418) enfatiza que “o ciclo da água não é externo a cada um de nós, passando por nossas veias materialmente e não só literalmente- nosso sangue é em 83% água”.

Mas a indispensabilidade da água transcende a ecologia. Em uma sociedade que adotou a mercadoria como fundamento de sua existência, a água também possui papel preponderante em sua produção. A relação dialética entre sociedade e natureza acrescenta uma dose de controvérsia à questão hidrológica. Historicamente, a água tem sido um fator geográfico importante para a formação da própria sociedade. Verdadeiros berços civilizacionais foram formados próximos aos rios, como o caso da Mesopotâmia, que abrigava a Suméria às margens dos rios Tigres e Eufrates, e da civilização egípcia, intimamente ligada ao rio Nilo. Além de saciar a sede, a água é, também, fundamental para outras atividades humanas, como a agricultura e pecuária, mas além disso, ela se tornou essencial, através do capitalismo, para a produção de mercadorias.

Porto-Gonçalves (2007) salienta, de forma elucidativa, que mesmo tendo sido a água o tema da Conferência de Mar Del Plata, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1977, essa temática só passou a ser motivo de um maior grau de atenção e se tornar o centro de profundos debates, seja no âmbito governamental ou ambiental, a partir da década de 1990, juntamente com a expansão do modelo neoliberal pelo mundo. A década de 1990 é, decerto, o corolário da questão ambiental em perspectiva geopolítica (OLIVEIRA, 2019), e isso incorpora o debate sobre as riquezas naturais, em especial a água. O objetivo do capítulo é justamente realizar um debate sobre a água, sua transmutação de bem natural à mercadoria, na perspectiva do sistema econômico dominante – o capitalismo, sob o olhar da geografia econômica.

1.1 A questão da água: sua essencialidade ecológica e econômica

Perpassar por áreas tão distintas, da ecologia à economia, traz grande dificuldade sobre qual é o verdadeiro papel da água no mundo contemporâneo. Conforme aponta Rebouças (1999, p. 4), “*a água é de longe, a substância mais abundante da terra; cobrindo cerca de 77% da sua superfície[...]*”. Porto-Gonçalves (2007) também enfatiza que a água, além de fundamental para a manutenção da vida, é o único mineral insubstituível, por suas qualidades. Se antes a Terra foi chamada de planeta água, devido à abundância desse mineral, as preocupações com sua preservação inexistiam até meados do século XX.

Como salienta Petrella,

... a água – em particular as águas doces – foi vista em tempos imemoráveis como um recurso vital comum a todos os membros das comunidades humanas. Quer se trate de comunidades indígenas ou de Estados Modernos, as sociedades têm, em geral, considerado a água como bem público (PETRELLA, 2002, p. 14).

No entanto, mesmo com toda sua abundância, pelo viés econômico a água sempre foi imprescindível, especialmente para o modelo capitalista que a tudo transforma em mercadoria. Foi a partir do momento em que esse modelo capitalista se tornou dominante no mundo é que a importância ecológica da água progressivamente deixou de ser prioritária, pois a água é, também, fundamental para o desenvolvimento econômico. Trata-se do elemento natural “água”, necessário à manutenção da vida dos seres humanos, e o “recurso hídrico”, apropriado pelo “homem” como um meio para se atingir a um fim nas atividades que envolvem trabalho. Existe a água para o homem, mamífero vertebrado, e o recurso hídrico para a sociedade capitalista (FRACALANZA, 2005).

Em um passado recente, a disponibilidade do recurso água foi primordial e, por isso, tido como um fator locacional *sine qua non* fundamental para a instalação de uma planta industrial, por exemplo. Hoje, com os avanços e amplitude espacial alcançados pelo sistema capitalista, a água vem se tornando não somente uma mercadoria presente, mas de grande importância para o futuro.

O mercado financeiro, com o amplo auxílio das políticas baseadas nas premissas neoliberais, enxergou nos recursos naturais uma nova possibilidade de ganhos, que são ainda mais vultosos e passíveis de multiplicação do que a exploração pura e simples. Na

sociedade capitalista, mesmo sendo essencial, a água não é tida como um bem público, posto que seu valor econômico se sobressai diante de seu valor vital e social. Como é difícil mensurar a real importância da vida e do lucro para o capital, mesmo havendo movimentos que busquem o direito à água e consequentemente à vida, o interesse privado tem prevalecido, haja vista que mais de um bilhão de pessoas, hoje, não possuem acesso à água potável no mundo (OMS, 2017).

Por longos períodos, mesmo nos países onde o capitalismo se revela mais avançado, os cursos d'água foram, também, locais de despejo de esgotamento sanitário. As primeiras modalidades de saneamento adotados pela humanidade basearam-se em derramar seus rejeitos nos cursos d'água. Isso prova que durante séculos as preocupações com a destinação e uso água eram limitados, mesmo com os assentamentos humanos ocorrendo próximos a corpos d'água.

A ampliação do modelo e a própria concentração em cidades foi tornando o acesso à água cada vez mais dificultado e sua demanda cada vez maior. Além de saciar a sede e permitir uma higiene mais eficiente, a água também participa da produção de alimentos, atividade que necessita de imensa quantidade de água tanto para irrigação agrícola quanto para dessedentação dos animais. Assim, agricultura e pecuária são as atividades com maior consumo deste recurso, como apontado por Shiva, 2006, p. 129, “comida e água são nossas necessidades mais básicas. Sem água, a produção de alimentos não é possível. É por isso que a seca e a escassez de água se traduzem em declínio da produção de alimentos e em aumento dos índices de fome.”



Figura 1: Total de água consumida no Brasil (média anual). (Agência Nacional de Águas – ANA.

Fonte: Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017: relatório pleno/Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2017, p. 54.)



Figura 2: Água necessária à produção de itens do cotidiano.

Fonte: EKOA (2015).

É então a partir da Revolução Industrial e sua consequente urbanização que a questão hídrica começa a gerar algum tipo de preocupação, afinal, o processo de industrialização passou a pressionar ainda mais a demanda pela água. Nas áreas urbanas, apesar do menor consumo percentual, a água é fundamental e será ainda mais nesse processo de expansão urbana. Mesmo para as indústrias há, também, a preocupação com as fontes de água para abastecimento, sendo um importante fator locacional para instalação de novas unidades fabris.

Hoje, a água ainda permanece como fator locacional principal para determinados empreendimentos, como é caso de siderurgias que utilizam as águas de rios para resfriamento das placas de aço (OLIVEIRA, 2006). No entanto, atualmente, além de matéria-prima no processo industrial, a água, também, tem papel central na produção de energia, posto que a principal matriz energética brasileira é hidráulica, com participação

de mais de 60% da energia elétrica brasileira. Neste sentido, a água tem importância central no próprio processo de transformação da natureza.

Enquanto riqueza natural para manutenção da vida, a água, em uma análise preliminar, não seria considerada uma mercadoria, pois deveria possuir apenas o valor de uso – aquele derivado de suas propriedades materiais e que tem a propriedade de satisfazer as necessidades do homem (CARCANHOLO, 1998). Todavia, a água também se torna mercadoria, uma vez que se fazem necessários sua captação, seu tratamento e distribuição, o que gera custos e, por consequência, cobrança pelo seu uso. Feita mercadoria, utilizada na produção de riquezas, passa a ter valor de troca – propriedade de poder ser trocada por mercadorias distintas de si própria ou de comprar outras mercadorias (CARCANHOLO, 1998). Essa transformação do valor de uso em valor de troca torna a água não somente uma poderosa mercadoria, mas uma verdadeira “nova raridade”, assim como o ar, a luz, o espaço (LEFEBVRE, 1970). Segundo Tundisi e Matsumura-Tundisi (2011), aproximadamente 91,4% da água mundial é utilizada na produção de mercadorias, sendo que destes, 68,3% é utilizado para agricultura através da irrigação e 23,1% para uso industrial.

É possível alentar que como uma mercadoria a ser disponibilizada pelo Estado, a água propriamente dita não deveria ser cobrada financeiramente, mas apenas seus custos de captação, tratamento e distribuição seriam cobrados à população. A função social e vital da água permanece, portanto, dialética, pois enquanto grupos lutam por uma política mais democrática da água, outros grupos políticos impõem suas ambições em lucrar com ela e mesmo privatizá-la.

A visão tecnocrata da gestão desse recurso se fundamenta na possibilidade de retorno dos grandes investimentos necessários à sua distribuição. O mercado da água traz novo fôlego à economia na medida que alavanca: a indústria, em suas diversas formas – da construção civil, por exemplo, com a possibilidade de obtenção de lucro com a expansão da infraestrutura de distribuição da água; o mercado financeiro, com a possibilidade de lucros futuros oriundos da posterior cobrança por essa mesma água; e também das frações do empresariado envolvido no *lobby* da água, uma vez que o acesso à água, principalmente em áreas urbanas com disponibilidade hídrica, é uma ação essencialmente política.

Com a emergência da política neoliberal, especialmente a partir da década de 1970 nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, acelera-se a possibilidade de retirar o saneamento básico como função específica de Estado. No caso brasileiro, onde sempre foi propugnada a ideia de que o Estado é incapaz e é sempre acusado de gerir mal, os ataques visaram frear o provimento de recursos para sua expansão, além das acusações de que as empresas públicas se tratam de cabides de emprego. E com a gestão progressivamente passando para as mãos da iniciativa privada, a visão da água como bem comum perde o sentido, passando a ser vista como fonte abundante de lucros imediatos e de longo prazo. A publicação da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) é a prova de que a cobiça pela água como uma mercadoria ainda não havia atingido o recém-nascido parlamento democraticamente eleito brasileiro.

Interessante observar que tal política neoliberal, com caráter privatizante, surge com força no Brasil de maneira congruente ao discurso ambientalista, de redução do consumo e preservação da natureza, que toma o noticiário e a mídia em geral e vai, aos poucos, se tornando senso comum. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, permitiu que noticiários apocalípticos sobre a questão ambiental trouxesse à vida cotidiana a culpa de que cada cidadão seria responsável pelas catástrofes ambientais por seus pequenos atos do dia-a-dia, como o desperdício de água em banhos demorados e escovação dos dentes com o registro da torneira aberta. Não por acaso, durante a Rio-92, a ONU instituiu o dia 22 de março como o “Dia Mundial da Água” e divulgou a “Declaração Universal dos Direitos da Água”:

A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem valor econômico: precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo (Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/agua/> Acesso em: 26 de abril de 2020).

O discurso ambiental foi útil aos interesses neoliberais ou os interesses neoliberais foram úteis ao discurso ambiental? Se considerarmos que a ONU e o Banco Mundial consideram a água uma “necessidade humana” e não um “direito humano”, este último inalienável (BARLOW; CLARK, 2003), fica fácil compreender as razões por trás dessa falsa ambiguidade e não há que se criar retóricas para desviar a intencionalidade existente no discurso ambiental.

1.2 Neoliberalismo e a ecologia política da água

Muitos são os conceitos e usos do termo ecologia política, como aponta (BORDALO, 2019). O termo foi inicialmente utilizado pelo antropólogo Eric Wolf, em 1972, mas a mesma já teria sido usada por outros estudiosos da temática, relacionando à exploração da natureza de forma, digamos, sustentável. Por possuir uma gama muito variada de definições, a ecologia política poderia definir em termos muito simplórios como uma ação política sobre a ecologia, posto que essa sempre é abordada sob a perspectiva técnica, biológica e apolítica.

Segundo Martínez-Alier e Leff (2007) apud Bordalo (2019), a ecologia política é tratada como o estudo dos conflitos oriundos da distribuição dos recursos ecológicos. Estes conflitos são, fundamentalmente, frutos da estrutura social sob os quais os ambientes estão inseridos. Todo acesso a qualquer componente espacial está condicionado à um posicionamento político, que por sua vez está intimamente ligado ao valor econômico que tal componente possui no espaço e no tempo em questão. A seca no sertão nordestino brasileiro seria um exemplo didático de como um componente ecológico é utilizado politicamente, nesse caso, perpetuando a desigualdade de acesso à água naquela região.

Por mais que as Constituições dos países do globo e até mesmo a Organização da Nações Unidas apregoe que o acesso à água seja uma premissa humanitária, é fato que este não acesso seja um gatilho para conflitos dos mais diversos tipos. Ao redor do mundo, a luta por acesso à água pode ser, igualmente, enquadrada como luta de classes, pois as populações com alto poder aquisitivo sofrem muito menos com problemas ou falta de acesso à água. Vista essencialmente não em seu valor de uso, mas pelo valor de troca, o discurso de aliar a questão ambiental ao neoliberalismo, aproximando o uso racional da água e retirando-o das atribuições do Estado, estimulou a gestão de tal riqueza com base em preceitos de eficiência e lucro.

Inicialmente, definir exatamente neoliberalismo não é uma tarefa simples. Apesar de ser um termo amplamente utilizado por militantes políticos de esquerda e, atualmente, ser o maior inimigo ideológico enfrentado por essa ala política, não existe uma definição exata e única que explique o que vem a ser o neoliberalismo.

O neoliberalismo é fruto dos esforços de variados acadêmicos, influenciados principalmente por Friedrich von Hayek, que junto a outros teóricos criou, em 1947, a

Mont Pelerin Society. Essa notável sociedade se descrevia como “liberal” por ter os “ideais de liberdade pessoal” como seu compromisso fundamental (HARVEY, 2005).

Andrade (2019) define o neoliberalismo como um conceito polêmico, conforme aponta:

Ordoliberais de Freiburg, Escola Austríaca, Escola de Chicago e representantes da London School of Economics e da Manchester School compartilhavam a mesma utopia de livre mercado e a mesma posição contrária ao intervencionismo econômico e ao planejamento estatal centralizado (keynesiano, socialista ou desenvolvimentista), mas não tinham opinião comum sobre o papel legítimo do Estado, sobre as diretrizes de política econômica ou sobre a experiência fracassada do *laissez-faire* do século XIX. (PECK, 2010 apud. ANDRADE, 2019, p. 211).

Tal definição corrobora com Harvey (2005), que destaca que os trabalhos de Alfred Marshall, Willian Stanley Jevons e Leon Walras indicam o neoliberalismo como adepto ao livre mercado da economia neoclássica do século XIX, em substituição às teorias econômicas clássicas de Adam Smith, David Ricardo e, obviamente, de Karl Marx. O neoliberalismo antagonizaria ao Keynesianismo, cujo pressuposto era o Estado intervencionista.

Os ideais propagados pelo neoliberalismo permaneceram ao largo da política e da academia até a década de 1970, quando começam a obter destaque nos EUA e Grã-Bretanha. Suas teorias foram se ampliando a partir do apoio de abastados grupos e obtendo grande influência no meio acadêmico, principalmente com a Escola de Chicago (reduto de Milton Friedman), mesmo sempre havendo enormes contradições em suas práticas. O ápice da honorabilidade concedida à teoria neoliberal no mundo se deu com o Prêmio Nobel de Economia dado a Hayek, em 1974, e a Friedman, em 1976, oriundos exatamente da Escola de Chicago, não por méritos acadêmicos, mas pelo fato de o Prêmio Nobel estar sob controle da elite bancária suíça (HARVEY, 2005). Ao longo dos anos, o formato neoliberal foi aos poucos sendo adotado por vários países, mas fatos simbólicos do neoliberalismo como doutrina econômica ocorreram nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, a partir de 1979.

Como David Harvey (2005) evidencia, Margareth Thatcher, na Grã-Bretanha, conseguiu dismantlar qualquer forma de oposição às medidas neoliberais que se propôs implementar. Sindicatos, associações e todo tipo de agremiação que pudesse atrapalhar suas intenções e outras ações também foram desmobilizadas e atacadas. Privatizações, supressão de impostos, promoção da iniciativa de empreendedores, todo tipo de atrativo aos investidores, mesmo que tais ações refletissem em desemprego e desfazer qualquer compromisso com o estado de bem-estar social, foram algumas das ações postas em

prática, sob forte apelo ideológico pela Dama de Ferro, alcunha que lhe foi atribuída à época. Nos Estados Unidos, o neoliberalismo passou a se tornar uma política estabelecida após a eleição de Ronald Reagan, que também iniciou uma série de medidas econômicas em sua direção. Mesmo que sua pedra fundamental fosse a liberdade individual (um de seus mais fortes argumentos), o neoliberalismo se materializa, principalmente na América do Sul, como uma grande ameaça sob um regime ditatorial sanguinário, como foi o de Augusto Pinochet, no Chile (1974 – 1990), o que revela que não há contradições entre autoritarismo, política e economia neoliberal (HARVEY, 2005).

Da mesma maneira, o casamento da economia neoliberal com os pressupostos da ecologia parece bastante claro, dessa maneira, o desenvolvimento sustentável cai como uma luva na intenção de perpetuar a concentração de riquezas nas mãos de poucos sob a tutela da preservação ambiental. Para o neoliberalismo, tanto os recursos naturais como os serviços sociais, hoje integram o livre mercado, e por conta disso, os governantes abrem mão de gerenciar e protege-los, permitindo que empresas privadas assumam seu papel. Para entidades como o Banco Mundial e a ONU, a água não é tida como um direito humano, mas sim como uma necessidade humana. Essa distinção é fundamental para o neoliberalismo, uma vez que um direito humano é inalienável e uma necessidade humana, não. Como salienta Harvey, instituições internacionais como FMI, o Banco Mundial e a ONU são formadas por profissionais treinados nas universidades acadêmicas dos Estados Unidos, que foram e são campos de treinamento da doutrina neoliberal,

Barlow e Clarke (2003) relatam que o Banco mundial e o Fundo Monetário Internacional apoiam as grandes corporações que atuam no mercado da água, cujos objetivos são bastante claros: obter lucro. Não à toa, o ano de 2003 foi eleito como o ano internacional das águas, e a década de 2005 a 2015 como a década da água pela Organização das Nações Unidas. A crise da água criou uma excelente oportunidade de mercado para quem explora os recursos hídricos. As duzentas maiores corporações que atuam no mercado da água possuem, com suas vendas anuais, capital superior a soma das economias de 182 dos 191 países do mundo e das 100 maiores economias mundiais, 53 delas não são nações, mas sim corporações transnacionais.

1.3 A lógica da escassez

Os fóruns ecológicos tiveram seu ápice com a Rio-92 (ou simplesmente Eco-92). A partir da conferência mundial do meio ambiente ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, a questão ambiental se fez presente na mídia e se consolidou, desde então, por meio de ações espalhadas pelo território nacional. Os debates sobre a preservação das florestas e as proposições de redução das emissões de gases de efeito estufa se consolidaram no Brasil juntamente com o discurso da escassez. Atualmente, observa-se que sem a proteção das florestas, as mudanças climáticas trarão imensos prejuízos ao planeta, ao passo que são imprescindíveis para a manutenção dos ciclos climáticos e garantia de significativo fornecimento de oxigênio à atmosfera. Junto à emergência do discurso ambientalista consolida-se a noção de que a água já não pode mais ser entendida como um recurso renovável. As atenções se voltam à água justamente na mesma época em que ocorre o discurso de que nosso planeta não dispõe de tanta água potável quanto aparenta, afinal, mais de 95% do volume de água no planeta provém dos oceanos e, portanto, trata-se de água salgada, indisponível para uso humano imediato. Mas Porto-Gonçalves (2018, p.1) destaca que:

Uma camada de 1,4 metro de espessura evapora anualmente dos oceanos e mares, que, embora sejam salgados, não transmite o sal na evaporação (...) Assim a água disponível para a vida é, pelo menos desde o recuo da última glaciação entre 12000 e 18000 anos atrás, a mesma desde então até os nossos dias, com pequenas variações.

A escassez da água pode ser expressa e determinada de diferentes maneiras. Conforme aponta Ribeiro (2008), ela pode ser: física, quando não há disponibilidade geográfica de água em determinado local, ou econômica, quando existe disponibilidade de água mas não recursos para levá-la adequadamente à população. Existem áreas no planeta com abundância de água e áreas desprovidas dela, mas há também regiões com escassez física mas que economicamente atende sua população. A Região Norte do Brasil é abundante em recursos hídricos, mas apenas 21,5% de sua população possui acesso à água, enquanto no Nordeste esse percentual atinge 41,3%, com todo seu déficit hídrico (AUGUSTO *et al.*, 2012).

Desde Adam Smith, conforme aponta Porto-Gonçalves (2007, p. 200), tratar da escassez da água é uma forma de mercantilizar a mesma, já que se há pouca disponibilidade, deve-se cobrar por ela. Assim, no discurso liberal, a lógica da escassez

nunca foi verdadeiramente uma preocupação ambiental, mas apenas um subterfúgio para justificar a cobrança pela água.

O discurso da escassez está longe de ser neutro ou ingênuo sendo, sim, um discurso interessado. É que a tradição da economia liberal, ao contrário do que pretendia seu maior prócer, Adam Smith, não tem nada a dizer sobre a riqueza, na medida que seu conceito chave é o de escassez que, rigorosamente, é o contrário de riqueza. Afinal, riqueza é o que é abundante e não o que é escasso. Nos marcos do pensamento liberal, hoje hegemônico, a água vem sendo pensada como um bem econômico mercantil a partir do conceito de escassez. Na medida que algo é pensado (e instituído) como escasso, acredita-se, pode ser objeto de compra e venda, pode ser objeto de mercantilização, (...). Assim, o discurso da escassez, prepara a privatização da água. Mais do que isso, a produz, pois como a própria palavra indica privatizar é privar quem não é proprietário privado do acesso a um bem. Enfim, a privatização produz a escassez (PORTO-GONÇALVES, 2007, p. 200).

A partir da década de 1990, tal discurso vem de encontro às práticas neoliberais que chegam ao Brasil. Implementado inicialmente pelo governo britânico na década de 1970 e na sequência pelo norte-americano, anos 1980, o neoliberalismo privatizou todo tipo de utilidade pública (HARVEY, 2005), inclusive a água, por onde se instalou tal modelo de governo. O país pioneiro na adoção do sistema neoliberal na América do Sul foi o Chile, durante a ditadura Pinochet. No Brasil, o neoliberalismo chega nos primeiros governos após o término da Ditadura Militar, mas suas implicações alcançam o setor hídrico apenas em fins da década de 1990.

Se levarmos em conta a água introduzida na produção agropecuária, como exemplo, podemos considerar que grandes volumes de água são exportados embutidos às *commodities*. A geração de energia através das hidrelétricas também embute um uso econômico da água, uma vez que esta é fundamental para a produção e reprodução de mercadorias. Fazer da água um produto tem como justificativas o acesso à água devido às quantias investidas para levar água à população.

A vida das camadas mais pobres, que não podem pagar pelos custos dos investimentos necessários à expansão dos serviços de abastecimento, é preterida em relação à acumulação capitalista. Inúmeras áreas do planeta abrigam populações que não possuem acesso à água, enquanto para as atividades produtivas, grandes somas são utilizadas com essa mesma água usada para produção de mercadorias, sem qualquer função social. Isso é visto nas campanhas de conscientização para que a população

economize água, principalmente em anos em que os reservatórios estão com níveis abaixo do habitual, quando sabemos que na verdade o consumo residencial é o que menos interfere perante os gastos da indústria e da agropecuária, por exemplo. Conforme Oliveira (2019), o discurso da escassez da água não passa de um imbróglgio ideológico utilizado para justificar sua transformação em mercadoria. A realidade ambiental é que vivemos uma desordem ecológica global e não apenas escassez de água (PORTO-GONÇALVES, 2018)

O consumo se sobressai à questão do direito à vida. Os modelos societários que interagem com a natureza sem destruí-la violentamente são considerados atrasados e, portanto, precisam desenvolver-se e integrar o circuito capitalista de produção, através da exploração das riquezas naturais e submissão à lógica capitalista de acumulação. Efetivamente, somente a partir da década de 1970 o meio ambiente passou a fazer parte das discussões acerca de sua preservação e conservação: mesmo considerada um importante fator econômico, a água era tida como um direito humano fundamental.

No entanto, a ambiguidade nos discursos relativos à água, pode ser observada através da Carta de Porto Alegre, documento que sintetizou as preocupações e sugestões dos participantes do II Fórum Internacional das Águas (ECOAGÊNCIA, 2003). Em alguns trechos da Carta, afirmações como: “A água é um bem essencial à vida e à sociedade”; “A água, no planeta Terra, é limitada”; “Em virtude da escassez, a água adquire a condição de um bem econômico” e “A água é um bem público e não uma mercadoria, em função de sua importância ambiental e social e de sua essencialidade para a vida e para as atividades humanas”; estão presentes no documento, o que revela a inserção de ideias neoliberais paulatinamente.

Como sob a governança neoliberal o Estado tende a ser mínimo, cabendo à iniciativa privada gerir o que antes eram atribuições desse mesmo Estado, transformando em lucro estas antecedentes obrigações estatais, os créditos oriundos da cobrança pelo uso da água, que antes retornariam ao Estado e indiretamente à população, com as concessões à iniciativa privada, reverterem agora para alguns poucos investidores.

Entretanto, por ser vital, a água é um recurso protegido. Um direito à vida garantido a todos os seres humanos que, no entanto, ainda não é acessível a cada 2,1 pessoas no mundo, segundo a própria ONU, mesmo sendo fundamental para a manutenção da vida. No Brasil, apesar da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988)

reconhecer alguns direitos sociais como alimentação, trabalho, moradia, educação, saúde, etc., somente em 2016 a Câmara dos Deputados brasileira começou a analisar uma Proposta de Emenda à Constituição para incluir o acesso à água e à terra entre os direitos sociais obrigatórios - a PEC 258/2016. No momento, a proposta permanece na CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) da Câmara Legislativa.

Embora não constando especificamente a água na Constituição Federal, ela seria um direito fundamental do primeiro e mais importante direito: o direito à vida, assegurado na Carta Magna brasileira. Além do direito à vida, a Constituição Federal ainda assegura o direito a saúde (art. 196) e à dignidade da pessoa humana (art. 5.º), artigos estes que só podem ser plenamente atendidos caso haja pleno acesso à água, tanto em quantidade quanto em qualidade, para o bem-estar humano. Seria, portanto, dever do Estado brasileiro garanti-los, muito embora seja evidente o descaso com que o mesmo trata não somente da água, mas de tantos outros direitos fundamentais, principalmente dos brasileiros menos favorecidos economicamente

Capítulo 2 – O desenvolvimento sustentável como mecanismo de adequação economia-ecologia

Na análise dos relatórios mais recentes da Prolagos e da Aegea, torna-se evidente que como qualquer empresa privada, o lucro é sua meta. Como a água é transformada em mercadoria, seus cuidados e preservação se tornam a única forma de manter o lucro. Não havendo água disponível para a distribuição, não há como qualquer empresa manter seu faturamento, a matemática é simples. Afinal, segundo Rodrigues (2009):

O deslocamento discursivo de ambiente para meio ambiente, de desenvolvimento para desenvolvimento sustentável, de matérias primas e energia para “recursos naturais”, de força de trabalho para recursos humanos, oculta a existência das classes sociais e a importância do território, desloca conflitos de classe para um suposto conflito de gerações e os conflitos de apropriação dos territórios para a natureza, o ambiente, o bem comum da humanidade.

O objetivo do capítulo é realizar uma discussão teórica sobre a concepção de desenvolvimento sustentável a partir de geógrafos críticos à apropriação capitalista da natureza. Neste sentido, aproximar a concepção de desenvolvimento sustentável ao processo de reestruturação produtiva é algo necessário para a geografia econômica do tempo presente.

2.1 A problemática Ambiental Contemporânea

No artigo intitulado “A abordagem ambiental: questões para reflexão” (2009), de Arlete Moysés Rodrigues, a intenção é realizar reflexões sobre a abordagem ambiental, suas implicações sobre a produção/reprodução do espaço e suas relações entre a sociedade e a natureza. Pretende também trazer:

reflexões sobre como as matrizes discursivas oficiais ocultam o território, o espaço, as classes sociais e deslocam os conflitos da produção destrutiva, intensificada pelo meio técnico científico para o planejamento do uso dos recursos no século XX (Rodrigues, 2009. p.1).

Compreender o território, a produção do espaço, das relações sociais e das relações da sociedade com a natureza são perspectivas das ciências sociais, mais especificamente da Geografia. Assim, a autora aponta que as transformações do processo produtivo, da produção do espaço foram referenciadas pela obra “Geografia Humana” (BRUNHES, 1962 *apud* RODRIGUES, 2009), que separa a ocupação produtiva (agricultura de subsistência, relacionadas à manutenção da vida e que implicam numa relação orgânica com a natureza, permitindo que a mesma se recomponha através do tempo) da ocupação/produção destrutiva que seriam as atividades extrativas, os setores secundários e terciário (como exemplos: mineração, combustíveis fósseis, geração de energia, construção de rodovias, etc.) e todo tipo de atividade que não permita a recomposição, como Karl Marx já havia salientado. Assim, a abordagem corrobora com David Harvey (1989), quando o autor reafirma e demonstra como o processo de produção destrutiva utiliza a expressão compressão do tempo-espaço para mostrar como o processo se intensificou a partir de meados do século XX.

O modelo da produção destrutiva dominou até mesmo atividades antes enquadradas como ocupação produtiva: o maior exemplo foi a revolução agrícola, que há tempos transformou a agricultura, antes uma atividade intimamente ligada aos ciclos e características naturais como qualidade do solo, regimes climáticos e com uso de ferramentas rudimentares, etc., em uma atividade altamente mecanizada, dependente de insumos químicos e refém da engenharia genética. Todavia, a alta produtividade conquistada com essa revolução se tornou bastante efêmera, uma vez que não permite a recuperação natural do solo e, dessa forma, promove uma diminuição da produtividade ao longo do tempo. A revolução agrícola permitiu uma aparente desvalorização da terra enquanto riqueza natural, que passou a ser mediada pelo investimento de capital e pelas tecnologias utilizadas, ou seja, mediada pelo meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1996).

Assim, Arlete Moysés Rodrigues afirma que a natureza perde seu valor frente à teia de produtos ligados ao meio técnico-científico informacional e ao capital. A produção/ocupação destrutiva se apresenta como o uso intensivo da terra, exploração da força de trabalho e a transformação de riquezas naturais em recurso natural “mercadoria”, que só parece existir quando mediado pelo capital. Escondem-se a terra como riqueza, a importância do território e do espaço, do trabalho e dos trabalhadores. Afinal, a “produção

destrutiva tem ânsia pelo novo. Tudo deve ser destruído para dar lugar ao ‘novo’. ‘... O novo não pode nascer a menos que algo seja descartado, jogado fora ou destruído...’ (BAUMAN, 2005, p. 31).

A compressão do espaço-tempo juntamente com os avanços tecnológicos e suas modernas máquinas alteram as configurações territoriais, a produção do espaço e as formas de domínio e poder e as relações sociais. Cresce a produção de todo tipo de produto baseados na extração de riquezas minerais fósseis, que geram um processo de “esgotamento” e/ou poluição das riquezas naturais e a geração de supérfluos que serão transformados em mercadoria (RODRIGUES, 1998).

O deslocamento de automóveis (propiciado pela indústria automobilística) acaba com os “escuros” urbanos e, também, de áreas rurais, imprimindo nova forma de circulação intra e inter-urbana. E enquanto surge uma valorização crescente da técnica, o trabalho e o trabalhador são cada vez mais desvalorizados. Os deslocamentos se dão cada vez mais rapidamente, as mercadorias e as pessoas se movem cada vez mais rápido, possibilitando a expansão do capital. E quase não há estudos para entender como se dá a produção destrutiva!

É fundamental, portanto, para o capital, conhecer a geografia das riquezas naturais para sua reprodução cada vez mais ampliada. Ao mesmo tempo, surgem novos discursos para explicar a destruição da natureza com o intuito de apenas produzir mercadorias. A agenda 21 nada mais é do que um ajuste ao modelo de desenvolvimento, dito sustentável, que não tem conserto. É por si, destruidor, embora o discurso queira mostrar que com o passar do tempo a tendência seria modificar o “modus operandi” através de novas tecnologias. Hoje sabe-se que isso não passa de um grande engodo.

O discurso do desenvolvimento sustentável enfatiza que as riquezas naturais são um bem comum a toda humanidade, no entanto, nunca toca no fato de que apenas alguns poucos privilegiados delas se beneficiam, extraindo-lhe riqueza monetária. Não adianta nada (para a natureza), investir na bolsa de valores e militar pelo meio ambiente.

É por esse motivo que a autora revela que emergem “novas matrizes discursivas”; o pensamento único, que vigora principalmente nas grandes cidades, nas áreas densamente urbanizadas e que se espalha por toda a metrópole, se reproduz. A sociedade se torna refém desse pensamento único: as pessoas fazem as mesmas coisas, compram as mesmas coisas, viajam para os mesmos lugares. Lembrando a obra “*Ensaio sobre a*

cegueira” de Saramago, Rodrigues (2009) ressalta a importância de se buscar um saber amplo, complexo, que considere diferentes formas de ver o mundo e que questione a cegueira do modo único de pensar. Entendemos que o “Bolsonarismo¹” seria um exemplo fiel desse tipo de pensamento coletivo e limitado e, por outro lado, reforçamos que devemos sempre refutar o pensamento unificador.

No século XX, o trabalho teve papel fundamental na ideologia de que ele levaria o mundo ao desenvolvimento através da industrialização e à urbanização. O espaço foi fundamento do período colonial e que perde sua importância com o imperialismo. “O trabalho aparecia como categoria fundamental para compreender o processo de produção” (RODRIGUES, 2009, p. 190). E apesar dos avanços tecnológicos terem papel fundamental na conquista de novos conhecimentos sobre a natureza e de apropriação do território, encobre-se “a importância do território, das riquezas naturais, do trabalho”, com novos discursos que lançam uma cortina de fumaça sobre estas questões fundamentais, fazendo com que as riquezas naturais só sejam “consideradas importantes quando relacionadas ao mercado e às contas” (RODRIGUES, 2009, p. 190).

A invenção do gênio genético promove a “indústria da vida”, que pode parecer ter as mesmas intenções da domesticação das espécies, mas que têm, na verdade, direções e escalas bem distintas. De um lado, a biotecnologia promove novas possibilidades relativas à vida, e de outro, a bomba atômica e suas variantes anunciam a morte global. A mudança de escala do local ao global altera-se rápida e completamente sem que haja possibilidade de realizar análises coerentes. Avançamos do *Homo faber* para o *Homo universalis*; e depois para o *Homo terminator*.

Arlete Moysés Rodrigues (2009) aponta que a sociedade muda de aparência, mas sua essência ainda é desconhecida. Podemos ser o *Homo terminator*, mas estamos cobertos pelo progresso, pela prosperidade. A cegueira do pensamento único nos impede de compreender a importância do espaço, do território, natureza, ambiente, sociedade e relações sociais. Não compreender que há uma cortina de fumaça encobrindo estas categorias influencia os estudiosos a usar o termo meio ambiente ou ambiente sem analisar, a princípio, o significado do termo utilizado. Trabalho e produção industrial desaparecem quando se substitui trabalhador por máquinas e as indústrias por serviços, classes sociais por classes de renda e os conflitos de classe pelos conflitos de gerações

¹ Ribeiro (2020) definiu com primor essa expressão.

(RODRIGUES, 2009). Para a autora, os problemas do meio ambiente são produtos do sucesso do modo de produção capitalista, do avanço das tecnologias e não das crises do sistema capitalista.

Os problemas sociais não são importantes por não servirem à reprodução ampliada do capital, pois este conta com alta tecnologia para continuar a ampliar sua reprodução. O ambiente é de todos, sua dilapidação também, mas a riqueza obtida através dele vai para poucos. O Direito Internacional é sempre desrespeitado. Afinal, “como tratar os países como independentes se a riqueza pertence às grandes corporações multinacionais, que não respeitam as delimitações dos Estados Nacionais com as patentes, principalmente das patentes intelectuais?” (RODRIGUES, 2009, p. 196). As patentes garantem a “propriedade intelectual” aos que detêm as técnicas e, além disso, “os bancos de germoplasma guardam o poder do conhecimento futuro” (RODRIGUES, 2009).

Assim, “o Estado-Nação é subjugado pelas normas do capital financeiro, do neoliberalismo travestido de desenvolvimento sustentável” (RODRIGUES, 2009). Novamente, o discurso do bem comum, mas apropriado por poucos. “Pretende-se que as riquezas naturais sejam recursos que permitam o desenvolvimento sustentável para o capital” (RODRIGUES, 2009), e quem pode ser contra o meio ambiente, quem não preza pelas futuras gerações? E se a sociedade se torna abstrata, concreto é apenas o capital. A cortina de fumaça se torna cada vez mais espessa, os problemas reais são deixados de lado com os ideais do desenvolvimento sustentável, “a essência dos problemas, do significado do modelo econômico, ou o que seriam desvios, não são sequer aventados” (RODRIGUES, 2009). A categoria tempo é retomada nos discursos, todos os problemas seriam corrigidos e sanados através do tempo. A causa dos problemas sempre são os pobres (sejam de onde forem) e através do avanço tecnológico seriam criadas novas fontes de riqueza.

Aprendemos, portanto, com a autora, que os avanços da tecnologia nunca são responsáveis por problemas ambientais, não são tidos como desvios do modelo pois encarnam o sucesso do modo de produção. O desenvolvimento sustentável se tornou a nova mágica capaz de resolver todos os problemas no futuro e todo estudo que utiliza o termo desenvolvimento sustentável trata a sociedade como uma abstração. A segregação espacial mostra que os mais pobres sempre estão mais expostos às contaminações. Os documentos oficiais nunca mostram as contradições, os conflitos, as classes sociais etc.

A capacidade humana de pensar tem sido substituída pelo treinamento de recursos humanos, fundamentais para a reprodução ampliada do capital.

Na política, o neoliberalismo tem a meta de atingir o desenvolvimento sustentável. Estados assinam a agenda 21, mas são as multinacionais que detêm o poder tecnológico, enquanto o Estado deve ser mínimo no neoliberalismo. São maneiras de se ocultar a realidade. Eis a contradição: sem pensar, não há liberdade.

2.2 O encontro entre economia e ecologia

A leitura do artigo “A geopolítica do desenvolvimento sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia”, de Leandro Dias de Oliveira (2012), nos apresenta, também, algumas questões importantes para o debate aqui proposto. O texto começa apontando que o século XX foi marcado por grandes eventos efêmeros e por duas grandes guerras, mas o ápice do medo foi a demonstração de poder e destruição das bombas atômicas detonadas no Japão pelos EUA, grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial. Ali tem-se o fim da crença de que a técnica é neutra e os avanços tecnológicos possuem outras intenções bem diferentes do bem da humanidade.

A partir da bomba atômica surge, então, um medo quase medieval (OLIVEIRA, 2012) de que o fim do mundo é possível. Diferentes autores tomam como marco da preocupação ambiental esse evento, inclusive a já citada Arlete Moysés Rodrigues, e desde então, nos discursos ambientais sempre se fala em limites e gerações. Essas mesmas “preocupações ambientais” delinearam uma nova política territorial em escala global. A criação da ONU (1945), a luta pela paz duradoura, os movimentos ambientalistas e o surgimento dos primeiros partidos verdes, além de obras como “Primavera Silenciosa” e, principalmente, de “Limites do Crescimento”, do Clube de Roma (1972), são fatores que influenciaram a temática ambiental no mundo.

De antemão, Oliveira (2012) aponta que *desenvolver* já teve um sentido de romper o que está oculto, retirar o que oculta, algo cíclico que tem começo, meio e fim. Com o positivismo, *desenvolver* passa a ter o sentido de aumento, crescimento, prosperidade. Após a Segunda Guerra Mundial, o termo subdesenvolvido se populariza e desenvolvimento virou sinônimo de aumento de riqueza, progressão material e meta a ser atingida por todos os países do mundo. O fetiche do desenvolvimento se instalou de forma

muito profunda na sociedade capitalista, dado sua potente capacidade sedutora. É ingenuidade acreditar que os avanços da técnica têm como objetivo ajudar a suprir as necessidades humanas: seu intuito é apenas potencializar a capacidade de acumulação de riquezas. Ou, em outras palavras, “*desenvolvimento é o Ocidente reproduzindo a si próprio*” (SINACEUR, 1981, p. 17 apud OLIVEIRA, 2012)

O desenvolvimento das forças produtivas se espalha e vai se difundindo por diferentes lugares, criando um sistema de interdependências funcionais, econômica e geográficas (QUAINI, 1979). Afinal, o capitalismo possui um caráter territorial desde seu surgimento, com o cercamento dos campos (*enclousures*) que marcou o fim do feudalismo, com a transformação dos meios de subsistência em mercadorias e dissociou o trabalhador dos meios de produção e da própria natureza (OLIVEIRA, 2012).

Para Leandro Oliveira (2012), o desenvolvimento para o capitalismo significa: [1] domínio sobre a natureza, sobre o território subjugando a natureza ao ritmo da produção econômica; [2] exploração da força de trabalho e opressão de classe, ocultos sob a ideologia; [3] modernização técnica, maquinização do processo produtivo que gera uma tecnificação do espaço; [4] hegemonia econômica (desenvolvimento é a meta a ser atingida pelos países da periferia econômica mundial); e [5] uma ideologia muito forte onde todos querem alcançar um futuro próspero através da perpetuação do modelo vigente. Todavia, a crescente demanda ambiental imposta pelo modelo capitalista através do tempo, tornaram a agenda ambiental global, pois era impossível o estilo de vida americano a todo o mundo.

O movimento ambiental surge com duas vertentes principais: uma preservacionista e outra conservacionista. Os primeiros são os que lutam por Parques Nacionais para se reverenciar a natureza e mantê-la intacta, enquanto os conservacionistas propõem um uso adequado dos recursos naturais para que todos possam deles usufruir (DIEGUES, 1996), mas imbricando um valor de troca com as riquezas naturais, o que regula seu uso pela lei da oferta e da procura, tornando a natureza uma reserva monetária ao longo do tempo. O uso racional seria adequar a disponibilidade de recursos fósseis à demanda do capital sem que haja desperdício dessa valiosa mercadoria. Racionalizar passou a significar, no capitalismo, menos tempo, estoque, trabalho, energia, custos, etc. O conservacionismo foi precursor do desenvolvimento sustentável atual, pois nunca questionou a destruição da natureza, mas sim o ritmo veloz dessa destruição.

Como anteriormente citado, obras como *Primavera Silenciosa* e *Limites do Crescimento* são de inegável importância para a divulgação da temática ambiental. A primeira por mostrar como as atividades humanas impactam negativamente no meio ambiente e a segunda pelo fato de derivar “exatamente do fato de que nele foi abandonada a hipótese de um sistema aberto no que concerne à fronteira dos recursos naturais”. Se todos os países do globo alcançassem o pleno desenvolvimento, o mundo colapsaria. Muito influenciada pelo *Limites do Crescimento*, a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, se tornou um embate entre os “zeristas” e os “desenvolvimentistas”, onde a diferença de posições dos países centrais e periféricos sobre o ambiente era justamente pelo interesse de crescimento econômico imediato por parte das nações do “terceiro mundo”.

Foi o Relatório Brundtland (*Nosso Futuro Comum*, publicado em 1988) que alinhou a questão ambiental aos interesses econômicos (economia e ecologia) e atingiu seus objetivos ao sustentar a ideia de que a natureza é um bem comum da humanidade, como se todos dela se apropriassem igualmente, mesmo com tons neoliberais. Esse poder ideológico se alinhou perfeitamente ao neoliberalismo, embora esse fosse alheio à natureza em suas origens, a não ser a liberdade econômica e de empreendedorismo individual, sob uma estrutura institucional baseada na propriedade privada, livres mercado e comércio.

Lembremos que o Estado tem papel crucial no neoliberalismo, pois ele deve ser responsável pela qualidade do dinheiro, pela defesa, da polícia e os direitos privados de propriedade e garantir pela força, se necessário, o pleno funcionamento dos mercados, que devem existir (ou serem criados pelo Estado) tais como o da terra, da água, da instrução, do cuidado em saúde, a segurança social ou a poluição ambiental. Depois de criados, tais mercados devem sofrer o mínimo possível de intervenção do Estado. Segundo David Harvey (2005), o neoliberalismo apresenta uma base conservadora (contradição com os ideais de liberdade) e geopolítica. E ideologicamente, criou uma série de ações (*apud* OLIVEIRA, 2012): [a] FMI e Banco Mundial se tornaram centros de propagação e implantação do livre mercado; [c] houve um processo de recolonização “sem colônias”, promulgado pelos EUA; [c] houve o fortalecimento do braço coercitivo do Estado (apoio a golpes na América Latina, fortalecimento da guerras antiterror (possivelmente rumo a um imperialismo sob força militar); [d] ocorreu a financialização

de tudo ligada à reestruturação produtiva do capital baseada no modelo de acumulação flexível e criação de novas territorialidades da produção; [e] passou-se a viver a falsidade ideológica do livre comércio, posto que a quebra de barreiras alfandegárias não acabou com o protecionismo e apenas dilatou as fronteiras da periferia econômica mundial para as mercadorias dos países centrais.

A realidade do desenvolvimento sustentável é que se trata de um projeto político de dominação territorial baseada no controle de riquezas naturais, articulado estrategicamente de forma diplomático-protocolar, destacadamente por meio das grandes conferências ambientais (OLIVEIRA, 2012). Para Henri Acselrad (2000), o desenvolvimento sustentável é a forma encontrada de se esconder o lado negativo da industrialização, incorporando o capital ambiental e tirando a ideia de que a natureza é um bem livre, dando-lhe um preço justo. “A concepção de desenvolvimento sustentável significou o encontro entre os pressupostos econômicos dominantes e a problemática ambiental sob uma ordem geopolítica, sem que se questionasse o significado de desenvolvimento e seus matizes técnicos, políticos, econômicos e sociais” (OLIVEIRA, 2012, p. 131). O desenvolvimento sustentável é altamente adaptável a qualquer modelo econômico, seja de livre-mercado seja de maior intervenção estatal, de maneira que o Banco Mundial se tornou o grande financiador do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é a união entre os interesses econômicos e a preocupação em preservar o ambiente para uma exploração futura.

2.3 A relação do capital com a natureza

Na obra “17 contradições e o fim do capitalismo” (2016), David Harvey apresenta um capítulo que ele intitula “*Contradição 16 – A relação do capital com a natureza*”. O autor parte da ideia de que o capital sempre obteve sucesso em relação aos problemas ambientais e a natureza está interiorizada na circulação e acumulação do capital. “A capacidade de crescimento de uma planta, está incorporada no agronegócio em sua busca de lucro, e é o reinvestimento desse lucro que faz a planta crescer de novo no ano seguinte” (HARVEY, 2016, p.189). Vários organismos adaptam a natureza à sua própria reprodução, e o mesmo se dá com os humanos, com a diferença de que o capital, como

atividade humana, faz o mesmo, mas cada vez mais em benefício do capital e não da humanidade.

O pensamento cartesiano erra ao considerar o capital e a natureza como duas entidades distintas, aumentando o erro por considerar que um domina o outro. “O capital é um sistema ecológico, onde natureza e capital vão sempre sendo produzidos e reproduzidos” (HARVEY, 2016, p.190). O ecossistema constitui-se da contradição entre capital e natureza da mesma forma que a mercadoria se contradiz com o valor de uso e o valor de troca.

Mas a produção da natureza foi “dominada” pelo homem, algo perceptível em exemplos como a Biologia Molecular, o sequenciamento do DNA e a direção tomada pela produção da natureza é imprevisível, vide exemplo do CFC (clorofluorcarboneto) e tantos outros. Harvey afirma que o capital transformou a questão ambiental num grande negócio: as tecnologias são extremamente valorizadas na Bolsa de Valores e, quando isso acontece, a relação entre a engenharia metabólica e a natureza se torna autônoma em relação às necessidades reais, se tornando uma estratégia de acumulação.

O apoio popular ao ambientalismo das grandes empresas tem sido útil tanto ao capital quanto às políticas ambientais. A estratégia de “*Greenwashing*” objetiva disfarçar um projeto que visa lucro com um projeto para melhorar o bem estar das pessoas. É o caso do político e empresário norte-americano Al Gore em relação ao mercado de emissões de carbono, que gerou muita especulação no mercado e quase nada fez para diminuir as emissões de carbono no mundo.

O capital pode circular e acumular em situações de catástrofe, num verdadeiro “capitalismo do desastre”, pois grande parte da população humana se tornou redundante e descartável (HARVEY, 2016) e não há problema para o capital haver pessoas com fome e morrendo por inanição. O capital nunca hesitou em destruir pessoas quando se trata de lucrar.

Assim, quais dificuldades internas e sob quais circunstâncias poderiam ser perigosas ou fatais ao capitalismo? É preciso entender o que diferencia o capital da natureza. A natureza é fundamental ao capitalismo como uma grande reserva de valores de uso potenciais que podem ser usados através de diferentes tecnologias na produção de mercadorias. A utilidade da natureza é transformada e trocada como mercadoria, só dessa forma a racionalidade econômica do capital pode se impor ao mundo.

A natureza é subdividida na forma de direitos de propriedade privada garantidos pelo Estado, o que promove o cercamento dos bens comuns. Não dá para cercar o ar ou os oceanos, mas o Estado cria formas e alternativas para monetizar e comercializar todos os aspectos dos bens comuns do meio natural. O comércio de carbono e do crescente mercado de direitos de poluição e compensação ambiental são exemplos. “Quando os bens comuns são privatizados, todos os objetos, coisas e processos existentes neles recebem um valor (às vezes de forma arbitrária, por ordem burocrática)”, de maneira que pouco importa “se neles foi investido trabalho social ou não. É assim que o capital cria seu ecossistema característico” (HARVEY, 2016, p.194). O capitalismo valoriza a natureza sem que haja trabalho social nela para que surja o valor.

Com isso, quem possui a posse da terra pode extrair riqueza da natureza transformando em riqueza monetária. “Essa classe é dona da natureza da qual precisamos para viver e pode ameaçar a perpetuação do capital, monopolizando toda riqueza para si”; e “o solo urbano e o mercado imobiliário e o mundo dos recursos naturais são lugares fecundos para uma classe rentista próspera acumular ainda mais riqueza e poder” (HARVEY, 2016, p.), de maneira que esse poder se espalha para a circulação de capital pelas tecnologias. As licenças privadas sobre materiais genéticos, por exemplo, os direitos de propriedade intelectual se tornaram um importante campo de acumulação.

A maneira como a classe rentista domina a natureza permite a manipulação da escassez e a especulação sobre o valor dos ativos que ela controla. Todos os períodos de fome dos últimos 200 anos não foram determinados pela natureza, mas sim produzidos socialmente (HARVEY, 2016). A alta dos alimentos se deve à manipulação de preços com o objetivo de aumentar os lucros.

Para o autor, um movimento para ser efetivamente ecológico deve, antes de tudo, ser um movimento anticapitalista. É importante para o capital que ele se vista com o manto da responsabilidade ambiental como fundamento legítimo do ambientalismo das grandes empresas do futuro, assim ele poderá dominar os discursos ecológicos e definir a natureza segundo seus termos e tentar resolver a contradição entre capital e natureza de acordo com seus interesses de classe. Mas o risco é o capital atingir o ponto de virada irreversível da destruição ambiental: ele culpa a natureza pelos desastres ambientais provocados por ele mesmo (o capital). A escala geográfica e temporal da destruição da

natureza cresce exponencialmente e as condições ambientais locais de alguns lugares melhoraram, mas os problemas regionais e globais aumentaram.

A degradação ambiental deixada pela exploração voraz deixa a terra arrasada e os benefícios ambientais trocam de lugar. Há um deslocamento dos problemas ambientais. Os ricos ficam mais ricos e os pobres em condições ainda piores com o imperialismo extrativo. O mundo sabe como e porque passamos por catástrofes ambientais, mas os riscos que corremos são vários e as medidas para evitar a catástrofe podem não ser criadas e aplicadas a tempo ou que haja vontade política para tal. Para Harvey, a fome e a penúria que grande parte do mundo ainda passará não serão os responsáveis pelo fim do capitalismo.

Assim, a relação alienante do capital com a natureza e a natureza humana permanece. Para Harvey, o capital carrega dentro de si uma definição seca não só da diversidade abundante do mundo natural, mas da tremenda potencialidade da natureza humana para fazer evoluir livremente suas capacidades e potencialidades. O capital não pode senão privatizar, mercantilizar, monetizar e comercializar todos os aspectos possíveis da natureza, de maneira que o que se destrói é nossa capacidade de sermos humanos de qualquer outra maneira que não seja aquela exigida e ditada pelo capital. A alienação da natureza é a alienação do potencial da nossa espécie. Isso gera um espírito de revolta no qual palavras como dignidade, respeito, compaixão, cuidado e afeto se tornam slogans revolucionários, e valores como verdade e beleza, substituem os cálculos frios do trabalho social (HARVEY, 2016).

2.4. Desenvolvimento sustentável e reestruturação territorial-produtiva

Novamente, recorremos a Leandro Dias de Oliveira (2020), orientador dessa dissertação, por meio do artigo intitulado “Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”. Para o autor, a junção da ecologia política com a geografia econômica permite melhor avaliar o desenvolvimento econômico e a construção do capitalismo verde, a adoção da produção flexível nos países periféricos e, ainda, a parceria entre o neoliberalismo e o desenvolvimento sustentável. Há que se refletir sobre o processo de reestruturação produtiva e o catálogo de ajustes ambientais

das empresas, o papel atual do Estado e a terceirização de responsabilidades ecológicas, a instalação de indústrias em esconderijos espaciais e a criação de zonas de sacrifício, paraísos da poluição ou mesmo espaços segregados. (OLIVEIRA, 2020).

São inúmeras as facetas do capitalismo frente o meio ambiente na busca desenfreada pela acumulação de capital. Para Milton Santos (1996), numa das mais importantes obras da geografia, demonstrava que a globalização, através do meio técnico-científico-informacional, tinha como intenção uma busca global por acumulação de capital. Para o autor, a crise ambiental era fruto de uma busca mundial por lucro através do modo de produção destrutivo, que nada respeita: fronteiras, populações locais e a própria natureza do entorno.

Trata-se, assim, de um exercício do que Leandro Oliveira (2020) intitula “ecologia política da industrialização”. A abordagem da ecologia política é de extrema importância para a geografia econômica, pois oferece a interpretação política da relação sociedade-natureza (ecologia política) e permite uma crítica à mercantilização da vida. A dicotomia preservação ambiental *versus* ampliação do capital com perdas significativas para os mais pobres e para os trabalhadores.

A industrialização traz a sustentabilidade como proposta econômica e propaganda social. Quando ela se desloca para as periferias, lugares invisíveis ao mundo desenvolvido, costuma ser mais agressiva. As perguntas que ficam são: por que o Brasil ainda se apoia no ideal do desenvolvimento industrial mesmo já se sabendo que as mudanças no setor produtivo pouco trazem para as populações locais, expostas às mais diversas mazelas ambientais? Qual o papel do desenvolvimento sustentável na reestruturação territorial produtiva em curso no Brasil? Porto-Gonçalves (apud OLIVEIRA, 2020) mostra que as medidas de proteção ambiental se entrelaçam no mundo dos negócios e se institucionalizam para além do Estado através da neoliberalização e do empresariamento da questão ecológica, com a expressiva ramificação dos braços fundacionais das grandes empresas.

O termo desenvolvimento muda sua semântica com o capitalismo, passando a ser sinônimo de transformação da natureza em matéria-prima, combustível, recurso econômico e *commodity* presente e futura, transformando a natureza para acumular capital. No Rio de Janeiro, sob o discurso neoliberal da flexibilização produtiva e do desenvolvimento sustentável, temos visto a constante privatização do território, a

financeirização a todo momento e a mercantilização da natureza. Condomínios e leitos estradais são as artérias do desenvolvimento econômico e a logística diretamente relacionada à velocidade da mercadoria ao território (OLIVEIRA, 2020). O atual modelo político-econômico é sanguinário, mas camuflado com disfarces ideológicos. A extrema violência na busca por lucros demonstra uma profunda crise no sistema. A agricultura monocultora é violenta sobre a floresta amazônica e povos nativos, as periferias metropolitanas são segregadas e esquecidas pelos governos locais. A reestruturação territorial-produtiva, ao mesmo tempo que traz mudanças no chão de fábrica, chegam às características territoriais do processo com as fábricas migrando dos grandes centros para as periferias do sistema-mundo. Há um caráter territorial da reestruturação territorial-produtiva. O desenvolvimento sustentável está diretamente ligado às inovações fabris. “Se a adoção do modelo de desenvolvimento sustentável é um importante ajuste econômico-produtivo da reestruturação em curso”, “todo investimento na maquinaria industrial é celebrado como uma ação virtuosa de reversão das mazelas ecológicas” (OLIVEIRA, 2020, p. 7). O autor, que se debruça sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, investiga como a própria construção do Arco Rodoviário Metropolitano promoveu a criação de um espaço propício à derrubada dos interesses das populações periferizadas e das próprias áreas verdes com a perda da ruralidade.

Neste cenário, ser sustentável é preencher alguns poucos quesitos de proteção à natureza, sem se preocupar com o que está por trás. O desenvolvimento sustentável baseia-se na inovação e na tecnologia para o capital. A sua construção

não é um processo coletivo, dialógico, democrático e capaz de mobilizar diferentes sujeitos em sua construção. As vozes dissonantes, dos sujeitos periferizados não se mostram audíveis perante o alto volume das demandas dos gestores dos grandes investimentos locais, de maneira que as noções do nosso futuro comum, de objetivos comuns, e de uma agenda para o século XXI são subalternizadas pelos projetos da tecnocracia das grandes empresas, com grande poder decisório sobre os horizontes de adequação sociedade-natureza (OLIVEIRA, 2020, p. 7).

Áreas verdes encobrindo as plantas fabris e tratadas como compensação ambiental são exemplos dos novos alibis para que os investimentos ambientais passassem a ser pré-determinados pela empresa, afinal, “nesta verdadeira revolução industrial extemporânea, os trabalhadores são os elos mais fracos e a natureza passa a ser oferecida como sacrifício”

(OLIVEIRA, 2020, p.5). E como sua adoção não significou uma grande transformação na relação sociedade-natureza, a esperança reside numa análise crítica da ecologia política compromissada com a justiça social e ambiental junto a um difícil processo de construção, uma alternativa factível ao atual modelo socioambiental excludente, segregador e violento.

São com tais argumentos analíticos que buscaremos entender a adoção do modelo de desenvolvimento sustentável pela Prolagos.

Capítulo 3 – Privatização e concessão da água na realidade fluminense

O objetivo do capítulo é debater o processo de transferência da infraestrutura básica – nacional e fluminense – de captação, distribuição e tratamento da água do Estado para a iniciativa privada. À iniciativa privada coube a gerência, manutenção e cobrança de algo já existente, mas essencialmente, a obtenção de lucro. Maude Barlow e Tony Clarke (2003), apontam que a privatização da água ainda está em seus primórdios, mas segundo especialistas da área de investimentos, trata-se do melhor investimento do século atual.

No entanto, essa “apropriação” não se deu ao acaso, como salienta Porto-Gonçalves (2007): todo o conjunto de leis, normas e de instituições que permitiram transformar a água em fonte de lucro, em mercadoria, passou por instâncias políticas e foram aceitas por representantes escolhidos pela própria população, diretamente afetada.

3.1 A água no Brasil: do descaso à privatização

A água só passou a receber algum tipo de atenção por parte do poder público brasileiro após a década de 1960, com o avanço dos processos de industrialização e urbanização. As consequências desse crescimento urbano sem planejamento foram a geração de uma série de problemas socioambientais ao país, dentre eles, os péssimos índices de saúde, que estavam diretamente ligados à falta de água e esgotamento sanitários (REBOUÇAS, 1999). Até a década de 1930 as poucas empresas que atuavam nos serviços públicos de água eram estrangeiras, mas a partir de 1934, com o Código de Águas, tido como o primeiro marco regulatório das águas no Brasil (Decreto n.º 24.643/1934), essas empresas passam a ser nacionalizadas.

Em 1942, o governo cria a então Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP), hoje Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), com a intenção de levar o saneamento básico para os municípios mais carentes e distantes. Nesse mesmo ano, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) e o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) passam por uma reformulação.

Entre 1964 e 1966 o governo militar cria o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), que entre seus objetivos estabeleceu metas e recursos para o saneamento.

Nesse mesmo período foi criado o BNH (Banco Nacional de Habitação), que a partir de 1968 abrigou o SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e SFS (Sistema Financeiro do Saneamento). Iniciou-se o Programa de Abastecimento de água para pequenas comunidades com recursos oriundos do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), mas o que realmente alavancou a política de saneamento brasileiro foram os recursos do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço (FGTS), que a partir de 1969 passou a ser utilizado pelo BNH. Observe-se que as finanças necessárias à política de abastecimento brasileira eram mantidas pela classe trabalhadora.

Em muitas idas e vindas e descontinuidades no setor de saneamento, o governo militar, em 1971, criou o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Este tinha por objetivo acabar com o déficit de saneamento em áreas urbanas e promover a criação das Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs), sendo a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE uma delas. As CESBs seriam as responsáveis pela execução do PLANASA e ainda tinham a missão de desenvolver tecnologias de baixo custo.

O PLANASA foi, talvez, a única política ligada ao abastecimento que culminou em algum resultado positivo durante todo o período de ditadura militar. Todavia, a partir da redemocratização, o PLANASA passou por uma série de dificuldades, sendo a maior delas a falta de adesão dos municípios, principalmente dos de médio e grande porte, que em 1984 criaram a Associação dos Serviços Municipais de Água e Esgoto (ASSEMAE) e que por não aderirem ao PLANASA não recebiam recursos e financiamento para o saneamento.

Com as dificuldades econômicas que o Brasil sofreu durante a ditadura militar, manter as tarifas de água e saneamento compatíveis com a realidade das famílias brasileiras se tornou impossível e, mais uma vez, a população menos favorecida era a mais prejudicada no quesito saneamento. O saneamento era restrito a poucas cidades urbanizadas, restringindo-se às áreas centrais e o país permanecia com um grande problema no acesso ao saneamento básico, que aliás, permanece até hoje.

A partir da redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1998, imaginou-se que a questão da água no Brasil passasse a ser uma questão central na política. No entanto, o saneamento básico não ficou dentre os serviços públicos de competência das três esferas do poder executivo enumerados na Constituição Federal. O

saneamento restringiu-se à União, que teria a competência em instituir diretrizes gerais e estimular a execução de políticas públicas e realizar o repasse financeiro aos responsáveis pelo serviço. Dessa maneira, a política neoliberal brasileira precisou transpor alguns percalços que a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) lhe trazia. Na carta magna brasileira, muitas áreas ansiadas pelo mercado eram atribuições exclusivas do poder público, como no presente caso, a água. Conforme a constituição brasileira determina, a união detém o domínio sobre os corpos d'água inseridos em mais de uma unidade da federação ou que sirvam de limite entre estados ou países. Os corpos hídricos circunscritos aos estados têm nesse seu domínio. Conforme aponta Viegas (2005), aos municípios não cabe qualquer poder sobre suas águas, mas a obrigação relativa ao saneamento local, a eles pertence, como consta no artigo 30, V, da Constituição brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), que cabe a tais entes “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”.

Como os serviços essenciais, dentre os quais inclui-se o saneamento, são de interesse local, logo, sua execução se dá diretamente ou através de concessão ou permissão aos municípios. A legislação não era clara acerca de como o poder municipal obteria a água necessária à distribuição de sua população. E por conta desse detalhe, as primeiras concessões só puderam ocorrer após adequação de leis municipais e estaduais, além de acordos entre as diferentes esferas de poder e a concessionária que atendia aos municípios na ocasião, no caso do Rio de Janeiro, a CEDAE. Devido a isso, foram considerados como poder concedente o estado e os municípios, e para formalização dos acordos, estado e municípios assinaram o contrato de concessão.

A Lei Federal 8987/95 (disponível em [foi](#) o grande marco neoliberal da legislação brasileira, em conjunto com a Lei 9433/97, que além de instituir a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, passou a se basear na gestão por bacias hidrográficas e não mais nas fronteiras políticas, e também definiu os direitos de cessão pelo uso da água. Essas leis de âmbito federal auxiliaram no processo de privatização, posto que a partir delas possibilitou-se abrir o espaço antes público, agora para a iniciativa privada.

Em seu artigo primeiro, a Lei 8987/95 começa a diferenciar a concessão pública de permissão pública, onde a primeira se refere à serviços e obras públicas e a segunda se

restringe apenas aos serviços públicos. Se tratando da água, as concessões públicas seriam, então, o modelo para que empresas privadas passassem a geri-la.

No caso do estado do Rio de Janeiro, algumas legislações também foram fundamentais para que o processo de privatização da água se consumasse. As Leis 2831/97 e 2869/97 são centrais, pois tratam do regime de concessão de serviços e obras públicas, de permissão da prestação de serviços públicos e sobre o regime de prestação do serviço público de saneamento básico, dentre outros. Finalizando a legislação estadual acerca da privatização, a entrada em vigor do decreto 22.872 de 28/12/96 visou regulamentar os serviços de saneamento a cargo das concessionárias, decreto este sancionado pelo então governador Marcelo Alencar, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Outro tema controverso foi a questão da regulação dos serviços públicos privatizados. No estado do Rio de Janeiro criou-se, em 13 de fevereiro de 1997, a Agência Reguladora de Serviços Públicos (ASEP), através da Lei n.º 2.686. Como o processo neoliberal de privatização tinha pressa, a ASEP atuava nas mais diversas áreas, as quais apresentava o interesse em entregar à iniciativa privada, além do próprio saneamento. Conforme aponta Viegas (2005), a agência atuava na área de transporte, energia, rodovias, etc., tendo como atribuição defender o interesse público, fiscalizar o cumprimento dos contratos de concessão, fiscalizar, arbitrar contendas entre concessionária, poder concedente e usuários dos serviços.

Como não bastasse a carga de responsabilidades atribuídas a ASEP, a precificação dos serviços também lhe cabia. Este foi outro ponto de controvérsias no processo de privatização. Como bem aponta Mello (2005), por conta da discussão política relativa ao tema, não se aprofundou a questão. Existe a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, taxa destinada a conservação e melhoria das condições na bacia hidrográfica, prevista pela Política Nacional de Recursos Hídricos:

Art. 19. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva: I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;

II - incentivar a racionalização do uso da água;

III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

Art. 20. Serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga, nos termos do art. 12 desta Lei.

Art. 21. Na fixação dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos devem ser observados, dentre outros:

I - nas derivações, captações e extrações de água, o volume retirado e seu regime de variação;

II - nos lançamentos de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, o volume lançado e seu regime de variação e as características físicoquímicas, biológicas e de toxidade do afluyente.

Por esses artigos, presume-se que as empresas privadas devem pagar à União pelo uso da água, mesmo que para abastecimento humano. Dessa maneira, além da obtenção de lucro, as concessionárias de água acrescentam à tarifa cobrada à população, a cobrança pelo uso, seguindo:

Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:

I - no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos;

II - no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

§ 1º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a sete e meio por cento do total arrecadado.

§ 2º Os valores previstos no caput deste artigo poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água.

A conta de água que chega aos cidadãos, agora considerados consumidores, embute a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, o lucro a que toda empresa privada almeja, os custos dos investimentos feitos sendo que parte dessa conta, retorna indiretamente à concessionária, posto que ela, obviamente, atuará “em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água”.

3.2 As concessões no estado do Rio de Janeiro

No estado do Rio de Janeiro, a maior parte do abastecimento de água é de responsabilidade da CEDAE, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro. A CEDAE, empresa estatal criada no ano de 1975 após fusão da Empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) e a Companhia Estadual de Águas da Guanabara (CEDAG), a primeira, responsável pelos esgotos e a segunda, pelo abastecimento de água do estado da Guanabara e a Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (SANERJ), responsável pelos serviços de águas e esgotos do então estado do Rio de Janeiro, fruto da própria fusão dos estados da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro (CEDAE, 2020).

A figura a seguir mostra as etapas que o setor de saneamento do estado do Rio de Janeiro passou até dispor da atual CEDAE:

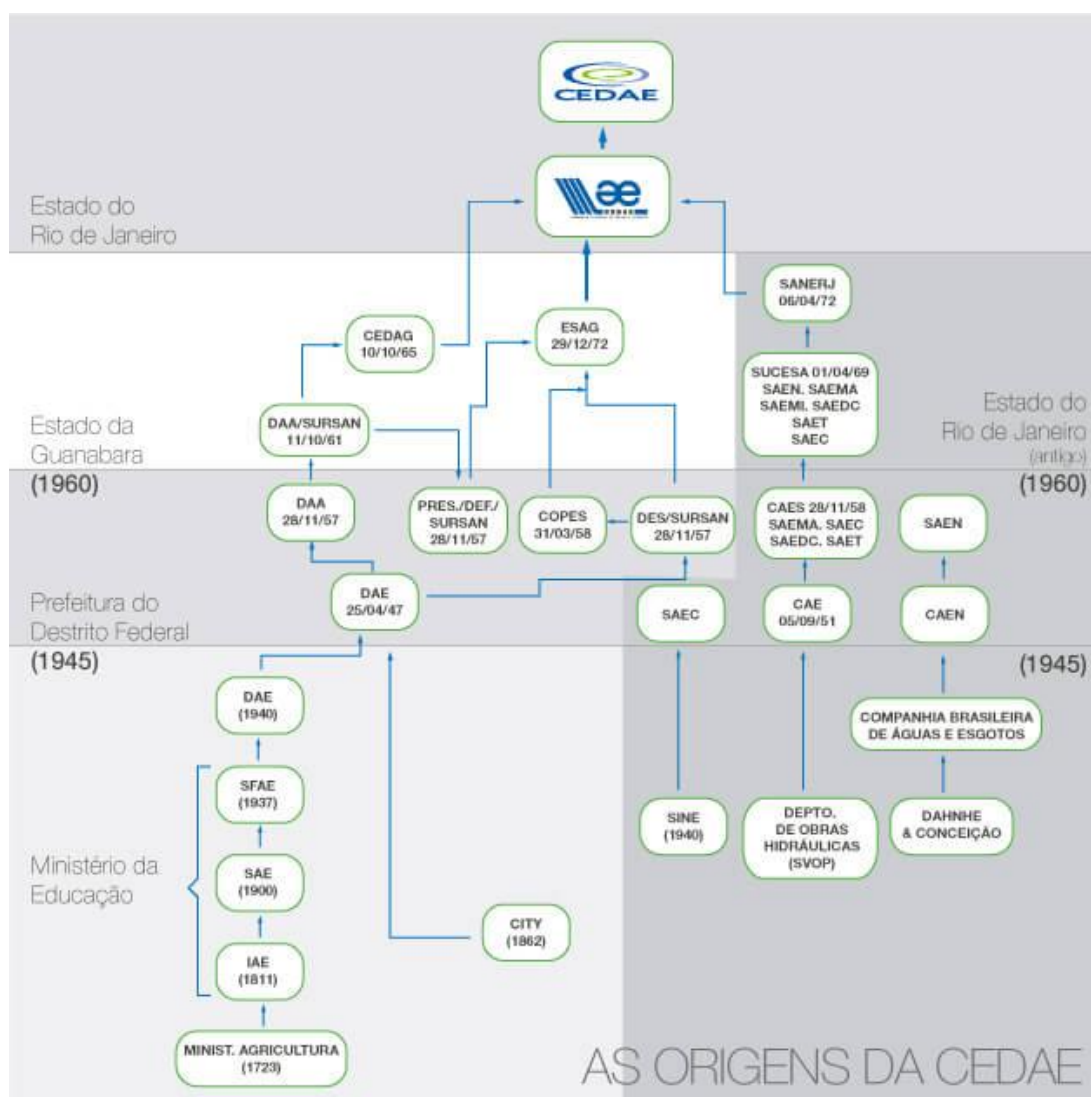


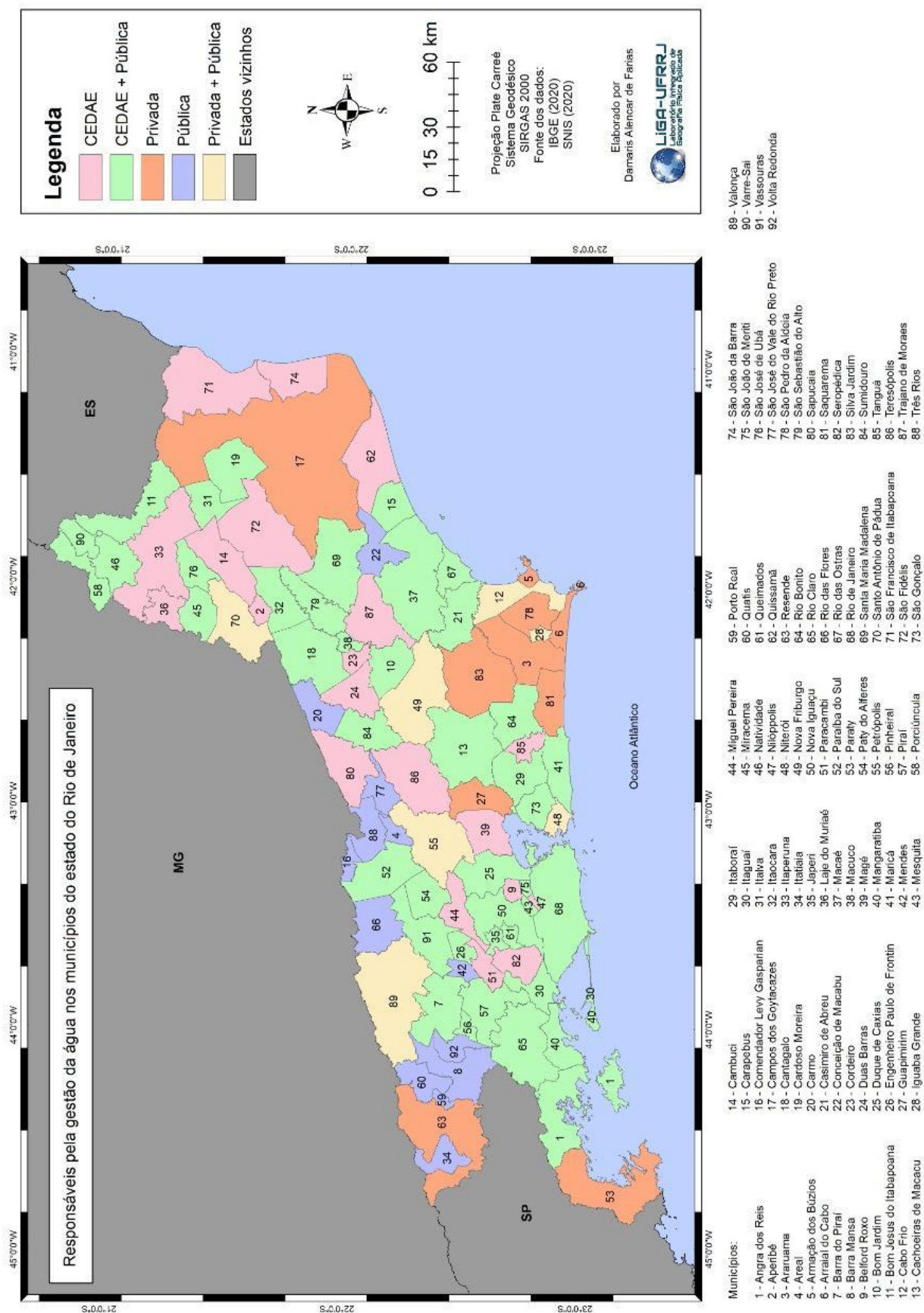
Figura 3. As origens da CEDAE.

Fonte: CEDAE (2020).

Atualmente, a CEDAE atende exclusivamente a vinte municípios: Aperibé, Belford Roxo, Cambuci, Cordeiro, Duas Barras, Itaperuna, Laje do Muriaé, Magé, Miguel Pereira, Nilópolis, Paracambi, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Sapucaia, Seropédica, Tanguá, Teresópolis e Trajano de Moraes. Outros quarenta e dois municípios dispõem dos serviços da CEDAE conjuntamente com as concessionárias públicas municipais: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Casimiro de Abreu, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Itaboraí, Itaguaí, Italva, Itaocara, Japeri, Macaé, Macuco, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Miracema, Natividade, Nova Iguaçu, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Porciúncula, Queimados, Rio Bonito, Rio Claro, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Santa Maria Madalena, São Gonçalo, São João de Meriti, São José de Ubá, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Varre-Sai e Vassouras.

O estado possui apenas treze municípios que possuem autarquias municipais, ou seja, é a própria Prefeitura Municipal quem está exclusivamente à frente de seu saneamento: Areal, Barra Mansa, Comendador Levy Gasparian, Carmo, Conceição de Macabu, Itatiaia, Mendes, Porto Real, Quatis, Rio das Flores, São José do Vale do Rio Preto, Três Rios e Volta Redonda. E finalmente, tem-se os municípios atendidos exclusivamente por concessionárias privadas, que são dez municípios pertencentes em maior parte à Região dos Lagos: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Campos dos Goytacazes, Guapimirim, Resende, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim e sete municípios atendidos por concessionárias privadas e concessionárias públicas: Cabo Frio, Iguaba Grande, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Santo Antônio de Pádua e Valença.

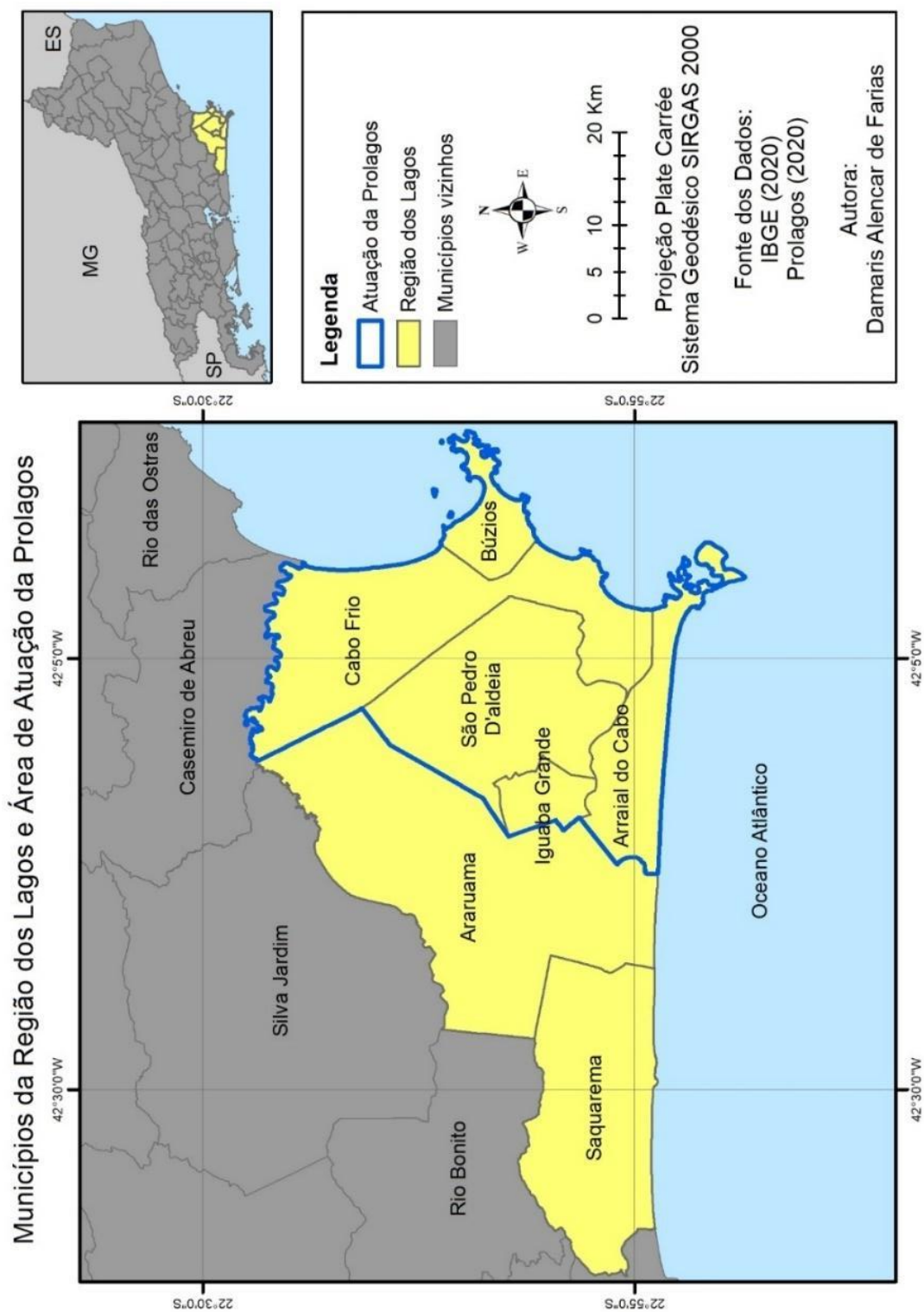
No mapa a seguir (Mapa 1) está melhor representada a gestão da água e seus responsáveis em cada município do estado do Rio de Janeiro.



3.3 O caso da Prolagos

Na década de 1990, o Brasil passou a experimentar políticas neoliberais nas mais diversas áreas, incluindo-se aí a privatização da água. Diversos municípios brasileiros passam a gestão da água à empresas privadas com a premissa de que o Estado não dispunha de recursos para ampliação da rede de distribuição. Nesse contexto, os municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, que pertencem à Microrregião dos Lagos, usualmente conhecida como Região dos Lagos ou ainda classificada como Região da Costa do Sol – a Microrregião dos Lagos é uma divisão do estado do Rio de Janeiro também pertencente à Mesorregião das Baixadas Litorâneas (MICRORREGIÃO DOS LAGOS, 2021). Ciente que microrregião é uma subdivisão que não constitui uma entidade política ou administrativa, mas agrupam municípios limítrofes com características comuns, chamaremos neste trabalho de Região dos Lagos para efeito de simplificação. Essas cidades tiveram sua água e saneamento básico cedidos à pressão neoliberal e passaram por processo de concessão (Arraial do Cabo inicialmente teve apenas sua água entregue à concessão, sendo o esgoto apenas no ano de 2016).

Mapa 2. Região dos Lagos



A Região dos Lagos, importante zona turística do estado do Rio de Janeiro, experimenta um processo de urbanização diferenciado da região metropolitana fluminense, posto que é uma população mais abastada que antes se utilizava de suas cidades para lazer e migraram após aposentadoria para usufruir de suas belezas naturais e de uma urbanização menos caótica que a experimentada no entorno da capital. O turismo sol e mar, de segunda residência, de esportes náuticos e todo o processo de urbanização turística são análises comuns aos estudiosos da região (RAMÃO, 2015; RAMÃO; OLIVEIRA; MASCARENHAS, 2020).

A necessidade de água no meio urbano envolve, obviamente, o abastecimento, uma atividade estratégica para a melhoria da saúde pública e o desenvolvimento socioeconômico do país. Contribui para diminuir a incidência de doenças e as despesas com assistência médico-hospitalar, mas, também, para aumentar a renda e o emprego entre as populações de baixa renda (TUCCI, 1999). Nesse sentido, a escassez de água sempre foi tida como o grande entrave ao pleno desenvolvimento da Região dos Lagos. Como a urbanização fluminense era premente e a atuação da CEDAE era ínfima aliado ao problema da escassez geográfica de água, a Região dos Lagos teve alguns de seus municípios escolhidos, entre outros no estado do Rio de Janeiro, para que a gestão da água passasse para mãos privadas.

A Prolagos é a empresa responsável pela prestação de serviços de saneamento básico nos municípios de Arraial do Cabo, Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia desde 1998. Com sede em São Pedro da Aldeia, a Prolagos saiu vencedora do edital de licitação por concorrência pública divulgado em 27 de dezembro de 1996, quase dois anos após a promulgação da Lei de Concessões 8987/95. A Prolagos, a partir de 2010 passou a pertencer à Aegea - Saneamento e Participações S.A, que é uma *holding* de saneamento que engloba empresas atuantes em quarenta e nove municípios de onze estados das cinco regiões brasileiras. Seu nome Aegea, que pronuncia-se egea, foi inspirado na palavra *Egeo*, oriunda do latim e que significa impetuoso, aquele que avança em direção ao futuro, “escolhido por representar o espírito que move as empresas do grupo” (AEGEA SANEAMENTO, 2018).

A concessão da água na Região dos Lagos se deu através do modelo de outorga onerosa, que é baseado na separação entre o direito de propriedade e o direito construtivo, cabendo ao poder público a propriedade sobre os direitos construtivos e sua possibilidade

de venda futura, com o detalhe de que obras públicas foram realizadas anteriormente ao processo licitatório. O modelo de privatização – entendida aqui como passar a gestão para iniciativa privada, o que pode ocorrer de diferentes maneiras – adotado na Região dos Lagos não transferiu à Prolagos a posse dos bens e benfeitorias referentes à água, tais como, tubulações, bombas, estações de tratamento, maquinário etc. Havia à época a desconfiança de que esse modelo de privatização pudesse gerar um descaso com esses ativos por parte das empresas concessionárias em não ter o devido zelo com o patrimônio público próximo ao fim dos períodos de concessão.

Os editais, portanto, seriam os principais direcionadores das ações regulatórias e os termos aditivos aos contratos de concessão os sistematizadores das ações das concessionárias e das pretensões municipais, sendo que o contrato da Prolagos foi ajustado através de dois termos aditivos. As metas contratuais da concessão da Prolagos não previam a cobertura total dos serviços, mesmo após passado um período de 25 anos. Outra falha apresentada pelos contratos de licitação são a falta de uma abrangência geográfica da prestação dos serviços. Apenas números são cobrados, o que leva a desigualdades de abastecimento nas diferentes áreas de cada município. Segundo Vargas (2004), atendendo aos critérios do processo licitatório, a Prolagos foi o único consórcio a se apresentar para a concorrência, inicialmente formada por duas empresas brasileiras: a Monteiro Aranha Participações S.A e a PEM Engenharia, além de três entidades alemãs, Preussag, Hochtief e Rhenag.

A imagem a seguir mostra os sistemas de abastecimento público de água da Prolagos e das Águas de Juturnaíba, que utilizam as águas do Reservatório de Juturnaíba, na bacia do Rio São João. O Sistema Prolagos produz 1.120 l/s e abastece cerca de 300 mil habitantes dos municípios de Cabo Frio, Armação dos Búzios, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo. Já o Sistema Águas de Juturnaíba produz 1.100 l/s e atende a uma população estimada em 113 mil habitantes, presentes nos municípios de Silva Jardim, Araruama e Saquarema. Essa capacidade é suficiente para atender às demandas até 2030.

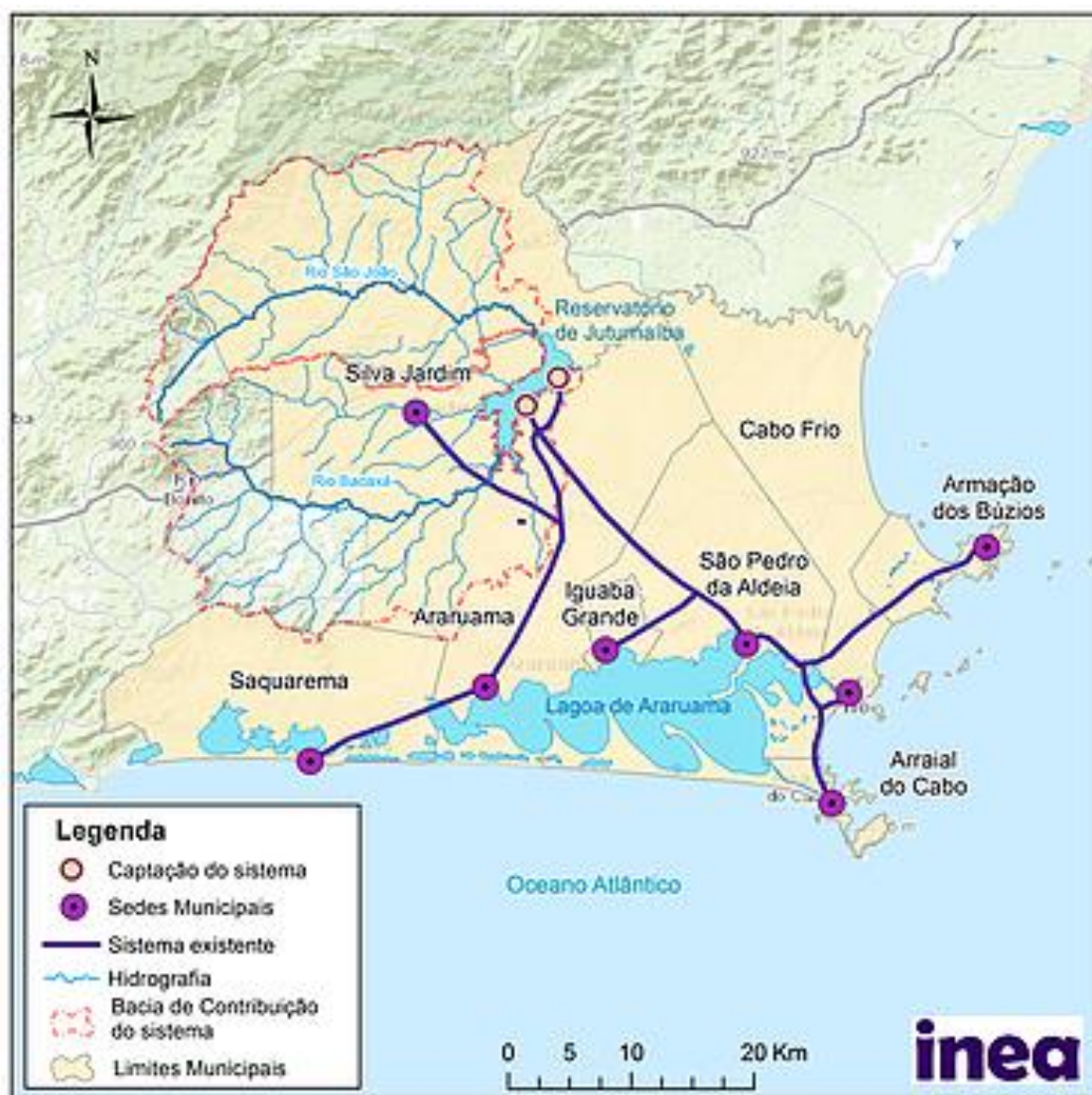


Figura 4. Sistemas de abastecimento público de água da Prolagos e das Águas de Juturnaíba.

Fonte: INEA (2021).

Segundo a própria Prolagos, desde 1998 a empresa já investiu mais de R\$ 1,2 bilhão em saneamento básico, triplicando o fornecimento de água potável, passando de 30% a 71,2% o atendimento da população da área urbana, e de 0 para 77,14% o índice de atendimento em esgotamento sanitário (PROLAGOS, 2018). Ainda segundo a própria Prolagos, para atingir tais números,

ela opera sete modernas estações de tratamento de esgoto e implantou mais de 155 km de rede coletora com capacidade para tratar 70 milhões de litros de

esgoto por dia. Ainda ampliou e construiu duas estações de tratamento, 222 quilômetros de adutoras (tubulação de grande porte que transporta água) e 2.269 quilômetros de rede de distribuição de água (PROLAGOS, 2018).

Segundo a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA), responsável pela fiscalização e regulação dos contratos de concessão, as principais metas contratuais que deveriam ser atendidas pela Prolagos ao longo dos 25 anos de concessão seriam as apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 01. Metas Contratuais Prolagos (Percentuais sobre a população urbana residente e flutuante)

METAS CONTRATUAIS PROLAGOS

(Percentuais sobre a População Urbana Residente e Flutuante)

Tempo de Concessão	Água	Esgoto
3º ano (2001)	80%	30%
8º ano (2006)	83%	40%
13º ano (2011)	85%	50%
20º ano (2018)	85%	65%
25º ano (2023)	90%	70%

Fonte: AGENERSA (2020).

Em 2019, a Prolagos já havia alcançado 98% de cobertura da água, com investimento aplicado de R\$1,4 bilhão, um dos maiores investimentos em saneamento e distribuição de água por habitante no Brasil (ABCON -SINDCON, 2019). Uma atuação bastante exitosa que confere não apenas à Prolagos, mas à iniciativa privada exatamente o que a doutrina neoliberal acusa de faltar às administrações públicas: uma melhor gestão sobre água. Coincidentemente os verões de 2020 e 2021 foram marcados pela grave contaminação de geosmina, que conferiu cor, sabor e odor alterados na água distribuída pela Cedae (SANCHES, 2021), justamente no período de maior pressão sobre a privatização da CEDAE, que se deu sem o aval da Assembléia Legislativa do estado.



Figura 5. Graves problemas no abastecimento de água na Região dos Lagos antes da Prolagos

Fonte: PROLAGOS (2018).

Talvez a maioria da população não faça ideia do poder concedido a uma empresa privada para o gerenciamento de um bem tão precioso, não apenas para a sobrevivência fisiológica, mas também para atividades econômicas importantes como a indústria, a agropecuária e, também, o turismo, principal impulsionador da economia da Região dos Lagos. A escassez anteriormente considerada física – apenas a Lagoa de Juturnaíba era o ponto de captação de água para os municípios atendidos pela Prolagos – talvez tenha se convertido em um outro tipo de escassez: a de água para quem não pode pagar pela água. Para ilustrar, abaixo segue as regras para obtenção da tarifa social pela Prolagos e, em seguida, pela CEDAE (Companhia de abastecimento do Estado do Rio de Janeiro), que atende à capital fluminense e sua região metropolitana:

Quadro 2. Tarifa Social Praticada pela Prolagos em 2019.

A Tarifa Social é um desconto na conta de água que será concedido aos usuários que preencherem todos os quatro requisitos, que são cumulativos:

- 1) renda familiar de até 3 salários mínimos;
- 2) imóvel com construção de até 50 m²;
- 3) fazer parte de algum programa de proteção social do governo (estadual ou federal);

4) ter média de consumo anual de 10 m³ de água.

A Deliberação da Agenesra exclui da Tarifa Social os clientes que, mesmo preenchendo todos requisitos, estejam inadimplentes junto à concessionária ou que tenham utilizado qualquer tipo de fraude nas instalações para fornecimento de água. A não renovação do cadastro e a ultrapassagem da média anual de 10 m³ de consumo também são motivos para deixar de receber o benefício. A Tarifa Social deverá contemplar 5% dos consumidores da concessionária, conforme previsto na Deliberação AGENERSA n.º 638 de 10/11/210.

Fonte: PROLAGOS (2020).

Quadro 3. Tarifa Social Praticada pela Cedae em 2019

CEDAE:

Comunidades carentes e conjuntos habitacionais destinados a moradores de baixa renda, que apresentarem documentação em atendimento ao Decreto 25.438/99, poderão se habilitar ao benefício de uma tarifa diferenciada chamada Tarifa Social. Você pode obter todas as informações e regras nas agências de atendimento da CEDAE.

Imóveis localizados em Favelas: Na Região Metropolitana, declaração original da FAFERJ Nas regiões da Baixada e Interior, será aceita a declaração assinada pelo Gerente Regional, conforme modelo anexo ao PC (anexo I), que será anexada ao requerimento posteriormente quando da análise do Gerente Regional Documentação que qualifique o cliente/usuário, como CPF e identidade

Imóveis de Conjunto Habitacional construídos pelo Sistema Financeiro de Habitação, para população com renda familiar até 5 (cinco) salários mínimos, de acordo com o Decreto 7.297/84:

Declaração original do órgão financiador Cópia da ata do Condomínio onde conste a eleição do atual síndico Cópia do CNPJ, se houver. Cópia do IPTU, para casas isoladas. Cópia da carteira de identidade do representante Conta de água se tiver

Habitação popular destinada a famílias de baixa renda em terrenos cedidos por órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais:

Documentos comprobatórios da cessão do terreno, emitido pelo órgão Municipal, Estadual ou Federal

Imóveis em áreas de interesse social para residências até 50m² e comércios até 30m², situados em loteamentos irregulares, posse, periferia de favelas e áreas de risco com impossibilidade de vistoria para apuração da área construída, deverão apresentar a seguinte documentação:

CPF e identidade do cliente/usuário IPTU ou documento que comprove a posse Na impossibilidade da apresentação dos documentos citados deverá o mesmo apresentar declaração de próprio punho informando a veracidade da posse do imóvel. Declaração assinada pelo Gerente Regional nos casos de não haver declaração da FAFERJ.

Fonte: CEDAE (2021).

Fica claro, ao analisar os dois documentos, que a empresa estatal (CEDAE) possuía à época regras bem mais amplas e brandas para que a população mais pobre tivesse acesso à água do que a Prolagos (empresa privada). Adotar critérios tão severos para concessão da chamada tarifa social, mesmo a ONU (Organização das Nações Unidas) recomendando um consumo anual per capita em torno de 40,15 m³ seria, no mínimo, excludente. Quarenta litros diários, como indica o Ministério do Meio Ambiente, daria cerca de 14600 Litros de água por ano, que convertendo-se em metros cúbicos, daria 14,6, valor bem acima do estipulado pela Prolagos para concessão da tarifa social, que ao que tudo indica, é uma meta impossível de ser alcançada.

Além disso o valor da tarifa social da Prolagos era o terceiro maior do Brasil (até 2014), conforme o quadro a seguir:

Quadro 4. Valor médio da tarifa social praticada para as companhias que têm em suas estruturas tarifárias a cobrança de tarifa social.

SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento) 2014

Companhia	UF	Valor médio da tarifa social (RS/mês)
CAERD	RO	30,00
DEPASA	AC	7,00
CAER	RR	-
COSANPA	PA	9,80
CAESA	AP	15,00
ATS	TO	8,70
SANEATINS	TO	8,50
CAEMA	MA	23,20
AGESPISA	PI	9,40
CAGECE	CE	0,80
CAERN	RN	5,70

CAGEPA	PB	10,60
COMPESA	PE	6,40
CASAL	AL	1,30
DESO	SE	12,50
EMBASA	BA	17,40
COPASA	MG	17,50
CESAN	ES	1,40
CEDAE	RJ	10,70
SABESP	SP	10,80
SANEPAR	PR	9,90
CASAN	SC	17,50
CORSAN	RS	32,30
SANESUL	MS	10,70
ANEAGO	GO	11,50
CAJ	RJ	23,50
SIMAE	SC	8,60
SIMAE	SC	11,00
PROLAGOS	RJ	26,40

Fonte: SNIS (2014).

Capítulo 4 – O discurso ambiental na atuação da Prolagos – Concessionária de Serviços Públicos de água e esgoto S/A

A Prolagos, é uma empresa criada com a especificidade de substituir um serviço anteriormente público. Uma empresa que surge para atender um processo de privatização que foi fruto de manobras políticas neoliberais adotadas pelo Estado. Como Harvey (2016) argumenta, o capital sempre obtém sucesso com os problemas ambientais. As constantes faltas d'água na Região dos Lagos, aliadas ao mau atendimento do serviço público de abastecimento de água, juntaram-se ao discurso constante da escassez de água, criando as condições ideais de se transformar a água numa nova forma de acumulação capitalista pela elite financeira do sistema.

A privatização da água, que tem seu início em território brasileiro na década de 1990, trata-se de uma das facetas da reestruturação produtiva em curso. A iniciativa privada toma o lugar antes ocupado pelo poder público, e este, então, deixa de atender a população, principalmente a mais vulnerável, em áreas essenciais, como a distribuição de água. Diante da crise ambiental que ronda o mundo desde então, a solução encontrada pelo capital para atender ao meio preservacionista e o desenvolvimentista foi o desenvolvimento sustentável. A questão ambiental foi transformada num grande e lucrativo negócio (HARVEY, 2016).

E a Prolagos pode ser considerada um grande negócio para o capital. Enquanto busca atender à questão da distribuição de água na Região dos Lagos, ela também obtém grandes lucros a seu conglomerado. Para atingir as metas contratuais e o sucesso perante sua clientela, o modelo de atuação adotado ao longo dos anos é o modelo da sustentabilidade ambiental.

Sua política ambiental é bastante abrangente e pela natureza da própria temática, incontestável. Como a maioria das empresas privadas na atualidade, a Prolagos possui alguns programas de responsabilidade social e ambiental, como tem sido feito por várias concessões, pois trata-se de uma prática recorrente nas empresas privadas com o intuito de propor medidas de conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente por parte da população. Tais medidas têm como intuito incluir preocupação ambiental e social perante a população, ciente que o modelo é parte da própria reestruturação produtiva em curso.

Assim, o objetivo do capítulo é catalogar as principais ações da empresa por meio da análise de alguns documentos e debater a própria noção de desenvolvimento sustentável como geopolítica, condição produtiva e ideologia.

4.1 A Sustentabilidade da Prolagos

O desenvolvimento sustentável é a nova medida mágica que resolverá todos os problemas ambientais no futuro, como bem disse Arlete Moysés Rodrigues, (2006). A “matéria-prima” básica para obtenção de lucros na Prolagos é fundamentalmente a água, embora a mesma também atue no tratamento de esgotos, que não deixa de se tratar de água, embora poluída.

É por todos sabido que a água está inserida no território, dado que se trata de um elemento natural bastante abundante no Brasil, embora não homogeneamente distribuído. Diante dessa característica natural da água, é fundamental que a atuação da Prolagos se dê de forma a utilizar racionalmente esse recurso. Diante desse fato, a sustentabilidade está inserida exaustivamente nas publicidades da Prolagos. Em sua página na internet, é possível conhecer sua política de sustentabilidade:



Figura 6: Política de Sustentabilidade da Prolagos .
Fonte: PROLAGOS (2021).

Em seus pilares de atuação, o pilar ambiental ocupa posição de destaque. No quadro a seguir é possível observar seus três pilares de atuação:

Quadro 05. Pilares de atuação da Prolagos.

Econômico	Ambiental	Social
- Criação de valor para todos os elos de sua cadeia;	- Prevenção da poluição e ações de proteção ao meio ambiente;	- Prevenção de lesões e doenças dos seus colaboradores, por meio da gestão de perigos e análise de riscos;
- Melhoria contínua e sustentável dos seus processos;	- Gestão dos aspectos e impactos associados às suas atividades;	- Melhoria contínua do desempenho da Saúde e Segurança;
- Busca constante por soluções inovadoras;	- Busca contínua pela eficiência energética;	- Comportamento legal, ético e transparente junto às partes interessadas;
-Transparência e responsabilidade na divulgação de informações.	- Utilização sustentável dos recursos naturais, em especial da água;	- Comportamento legal, ético e transparente junto às partes interessadas;
	- Minimização de perdas ao longo dos seus processos, redução de geração de resíduos e reuso da água;	- Desenvolvimento humano das comunidades onde atuamos;
	- Melhoria contínua do desempenho Ambiental.	- Promoção dos Direitos Humanos: combate a corrupção, ao trabalho infantil, ao assédio moral e sexual e ao trabalho forçado ou compulsório;
		- Prevenção de todas as formas de discriminação e respeito da diversidade.

Fonte: PROLAGOS (2018).

É possível observar que dos três pilares de atuação da empresa, o ambiental seria o único a ser implementado voluntariamente pela empresa, posto que do pilar econômico, todas as medidas adotadas são comuns a qualquer tipo de empresa que vise lucros e o pilar social. das sete medidas adotadas, seis são baseadas nas parcas legislações trabalhistas que ainda vigoram no país. O pilar ambiental, este sim, o mais instigante a ser analisado, demonstra que todo o zelo ambiental do discurso, no fundo se restringe à manutenção da fonte de lucro da empresa: a preservação da água. A água é a principal fonte de lucros e a razão de existir da empresa, tanto que ela possui até mesmo um manifesto próprio para a Aegea (*holding* da qual pertence a Prolagos):

M A N I F E S T O

Somos apaixonados pela água.

Afinal, dela vivemos.

Ela nos traz o bem-estar enquanto alimenta cidades,

reservas ambientais e vidas melhores.

Por meio da água, lutamos por vidas

mais saudáveis e mais felizes.

Essa é a nossa real natureza.

Respeitamos a ordem do meio ambiente

e os direitos das pessoas.

Por histórias mais dignas, por cidades

mais sustentáveis, por futuros mais azuis.

Porque sabemos o valor da água limpa,

da água tratada, da água que refresca, da água

que oxigena comunidades e nos engrandece.

Atento às diferenças, nos moldamos aos muitos Brasis.

Compreendemos a beleza de cada fonte,

de cada cidade, em cada canto do nosso País.

Por isso vamos além do que se espera.

Buscamos trazer qualidade de vida para famílias,

restabelecendo a aliança pura do homem com o meio

que o cerca e reconstruindo a vida como ela deve ser.

A vida da água e das pessoas.
 Porque a nossa natureza é saber que trabalhamos,
 de sol a sol, para vidas mais plenas de cidadania
 (AEGEA SANEAMENTO, 2019).

A água, como já mencionado anteriormente, é um recurso natural que, se bem manejado, sempre estará disponível. Dessa forma, a sustentabilidade é o assunto mais enfatizado tanto pela empresa quanto por sua corporação. Como qualquer cidadão sabe da importância da água, o discurso da sustentabilidade encobre o verdadeiro intuito de uma empresa privada de distribuição de água, a geração de lucro. “Pretende-se que as riquezas naturais sejam recursos que permitam o desenvolvimento sustentável para o capital” (RODRIGUES, 2009)

Assim, a territorialização da água não apenas pela Prolagos, mas por toda sua *holding* Aegea (a Prolagos é anterior à Aegea, esta somente formada em 2010), lhes confere um poder inestimável, dada a importância vital da água. Não é ao acaso o trecho que diz: *“Atento às diferenças, nos moldamos aos muitos Brasis. Compreendemos a beleza de cada fonte, de cada cidade, em cada canto do nosso País”*.

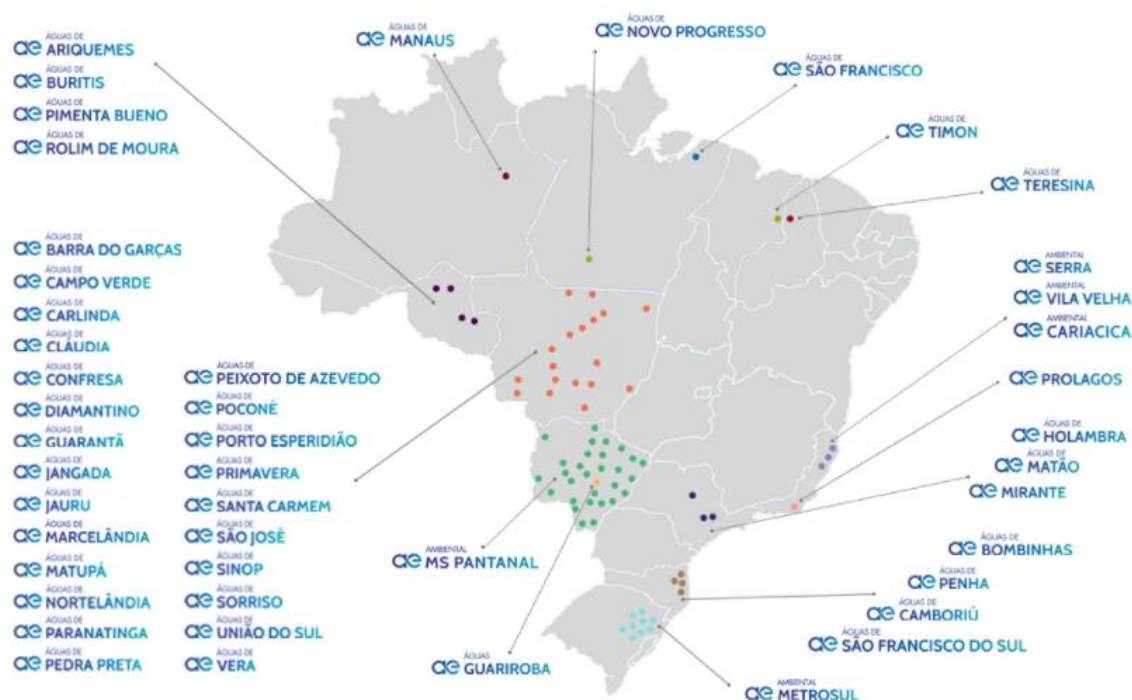


Figura 7. Unidades da Aegea no Brasil.

Fonte: AEGEA (2021).

A Aegea é hoje uma das maiores empresas do ramo de abastecimento de água do Brasil. Em 2021, ela atende 126 cidades de 12 estados brasileiros, possuindo o domínio da distribuição de água em todas as regiões do país.

O Estado neoliberal dispensa seu papel de gestor da água, consequentemente do território, permitindo que uma empresa privada domine um elemento natural fundamental, onde a mesma possui o poder de especular seu valor (HARVEY, 2016), conforme sua vontade. O discurso do desenvolvimento sustentável tem o papel de encobrir a dominação territorial (embutida no tratamento e distribuição de água) que há nas ações de empresa como a Prolagos, todas as que compõem a Aegea e toda e qualquer empresa privada que substitua o papel de gestor do Estado sobre a água ou sobre qualquer outro bem natural. Oliveira (2012) destaca que o desenvolvimento sustentável, na verdade, se trata de um projeto político de dominação territorial baseada no controle de riquezas naturais, que foi estrategicamente articulado por meio das grandes conferências ambientais.

Diante disso, pelo fato da água possuir um ciclo que se não respeitado, pode comprometer sua disponibilidade, fica evidente que a preservação e manutenção dos mananciais de água doce deva ser a prioridade para a manutenção dos lucros para a empresa. Na página oficial da empresa Prolagos, é possível conhecer alguns dos projetos ambientais empreendidos, como:

- 1) Programa Afluentes: Tem por objetivo aproximar a comunidade à empresa, ouvir suas demandas e, também, divulgar as ações da empresa na cidade.
- 2) Projeto Pioneiros: Trata de apresentar aos jovens oriundos de escolas públicas à empresa, para que conheçam mais de perto sua estrutura e funcionamento com o intuito final de elaboração, por partes desses jovens, de um projeto sobre o saneamento em seus bairros de moradia.
- 3) Programa Portas Abertas: Basicamente um programa de visita às instalações da Prolagos.
- 4) Projeto Saúde Nota 10: Voltado a professores e alunos de todos os níveis da educação básica, baseia-se em conteúdos ligados à temática ambiental, água, saneamento e cidadania, exibidos através de tecnologias audiovisuais onde os

alunos são incentivados a pensar soluções relativas ao uso da água, tratamento de esgotos e destinação de resíduos em suas localidades de moradia.

- 5) Projeto Captação: Visa levar aos estudantes da rede pública, os estímulos ao pensamento crítico e reflexivo, o senso de responsabilidade, criatividade e inovação.
- 6) Projeto de Olho no Óleo: Resumidamente, tem por objetivo promover a conscientização e logística da reciclagem de óleo de cozinha usado.
- 7) Programa Bolsa Socioambiental: Na verdade, o único programa que atua com recursos financeiros, efetivamente. Trata da promoção de atividades remuneradas voltadas à preservação e respeito ao período de defeso.

Observa-se que há sempre o intuito de demonstrar o quão preocupada a empresa é, não somente com a água e com o meio ambiente, mas, também, com a população por ela atendida, afinal, a água pertence a todos, pois todos são responsáveis por sua preservação e consumo consciente (Figura 8). Integrar a comunidade ao discurso da sustentabilidade é estratégico. A população passa a considerar a importância de uma empresa tão dedicada ao meio ambiente, que busca integrar a comunidade à sua atividade fim, ignorando a realidade de que cabe ao Estado a manutenção do bem-estar social e de que só quem pode pagar pela água, terá direito de obtê-la. Como aponta Harvey (2016), o apoio popular ao ambientalismo das grandes empresas é extremamente útil, tanto ao capital quanto às políticas ambientais.

O discurso da sustentabilidade oculta a real importância das categorias geográficas fundamentais, como espaço, território e também natureza, ambiente, sociedade e relações sociais, não dando chance de que o debate sobre tais questões seja amplamente difundido pela sociedade, permitindo a manutenção da névoa que encobre uma das principais questões de uma empresa privada gerir a água: à população cabe zelar e pagar pela água, sendo que somente a Prolagos irá lucrar com ela (RODRIGUES, 2006).

NATUREZA DE IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS SIGNIFICATIVOS SOBRE A BIODIVERSIDADE EM RELAÇÃO AOS SEGUINTE ASPECTOS	
Aspecto	Descrição dos impactos
Construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes;	<ul style="list-style-type: none"> - Impactos decorrentes de implantação e manutenção de rede de água (captação, adução e distribuição) e esgoto sanitário (coleta e transporte). - Impacto para construção de ETAs, ETEs, reservatórios, elevatórias, etc.. Esses impactos abrangem escavações no solo, aterros e supressão de vegetação.
Poluição (introdução de substâncias que não ocorrem naturalmente no habitat, oriundas de fontes pontuais e não pontuais);	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento de esgoto sanitário tratado em corpos d'água. - Risco de extravasamento de esgoto sem tratamento no meio ambiente, ocasionado por falhas mecânicas, elétricas, mau uso da rede de esgoto e/ou manutenção. - Geração de resíduos sólidos (Lodo de ETA e ETE, embalagens de produtos químicos, papéis, plásticos, metais, domésticos, varrição etc.
Introdução de espécies invasoras, organismos nocivos e agentes patogênicos;	Não há registro.
Redução de espécies;	Não há registro.
Conversão de habitats;	<ul style="list-style-type: none"> - Quando da implantação de reservatórios/barragens de água, mediante estudos e aprovação dos órgãos ambientais responsáveis.
Mudanças em processos ecológicos fora da faixa natural de variação, como salinidade ou mudanças no nível do lençol freático.	Não há registros.

Figura 8. Natureza de impactos sobre a biodiversidade.

Fonte: –AEGEA (2019).

4.2. Análise da Revisão Quinquenal da PROLAGOS, de 22 de Novembro de 2018

O documento intitulado 4ª Revisão Quinquenal da PROLAGOS (2018) é dividido em oito tópicos. Sendo eles:

- 1- Indicadores da Concessionária;
- 2- Prolagos;
- 3- Histórico do Contrato;
- 4- Investimentos Realizados;

- 5- Terceira Revisão Quinquenal;
- 6- Proposta Quarta Revisão Quinquenal;
- 7- Rede Separativa de Esgoto;
- 8- Cenário Proposto.

No tópico de número 1, Indicadores da Concessionária, é apresentado o quadro reproduzido a seguir (Figura 9):

Indicadores	abr/98	abr/18
Nº de Ligação de água	30.984	130.487
Hidrometração	2%	99,90%
Inadimplência	56%	6,03%
Índice de cobertura água	30%	97,70%
Índice de cobertura esgoto	0%	79,20%

Figura 9. Indicadores da Concessionária Prolagos.

Fonte: PROLAGOS (2018).

É possível observar que todos os indicadores apresentados demonstram resultados positivos de crescimento (no caso da inadimplência, é positivo que ela diminua). No segundo tópico, o destaque são os programas de responsabilidade socioambiental com foco na sustentabilidade, alguns já anteriormente comentados:



Figura 10. Programas de Responsabilidade Socioambiental da Prolagos.

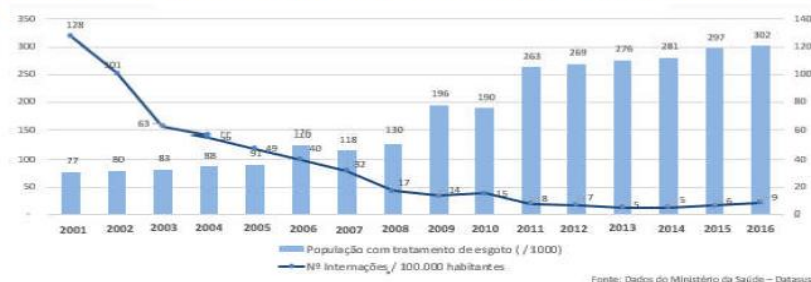
Fonte: PROLAGOS (2018).

Além de citar a integração entre os municípios por ela atendidos, a Prolagos frisa a integração com o Instituto estadual do Ambiente (Inea), com o Consórcio Intermunicipal Lagos São João e o Comitê de Bacia São João.

Seguindo o relatório, são mostrados resultados positivos obtidos pela empresa, onde se enfatiza como a melhoria do saneamento impactou positivamente na saúde da população atendida, a melhora em outros índices de saúde, ambientais, econômicos e da balneabilidade das praias dos municípios atendidos pela Prolagos. A melhoria da qualidade de vida é uma das metas a ser alcançada (BRUNDTLAND, 1988 apud OLIVEIRA, 2012) (Figuras 10, 11, 12 e 13).

De 1998 a 2017

- ✓ *Melhoria dos serviços de saneamento básico promove redução de doenças diarreicas em Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Búzios, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia.*



Hospitalizações
↓ **93%**

R\$ hospitalizações
↓ **62%**

* Número de internações hospitalares por doenças diarreicas nos municípios acompanhados pela Prolagos.

Figura 11. Internações hospitalares por doenças diarreicas nos municípios atendidos pela Prolagos.

Fonte: PROLAGOS (2018).

De 1998 a 2017

- ✓ *A Região dos Lagos melhorou seus índices*



Pesca

39 espécies de peixes e camarões identificadas



Saúde da População

Redução de 93% em doenças causadas por diarreias



Sistema de Saúde

Redução de 62% de custos de hospitalização associados à doenças causadas por diarreias



Turismo

5º maior destino brasileiro visitado por turistas estrangeiros

1,5 milhão de pessoas no Verão

Figura 12. A Região dos Lagos melhorou seus índices.

Fonte: PROLAGOS (2018).

✓ Evolução da balneabilidade das praias da Região dos Lagos

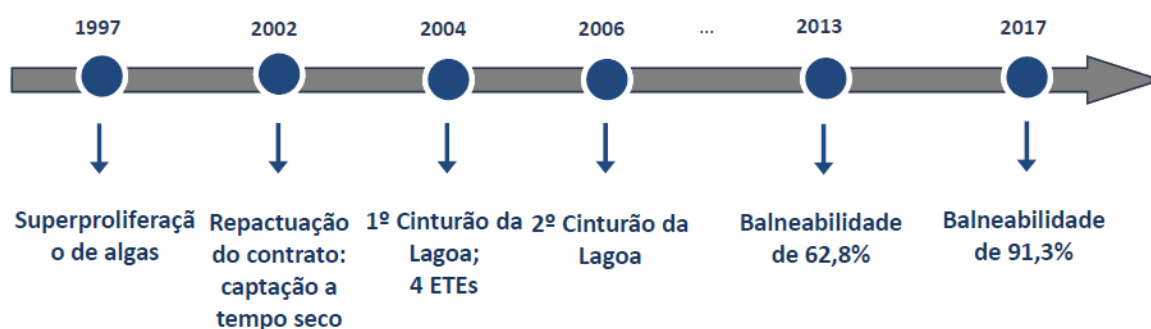
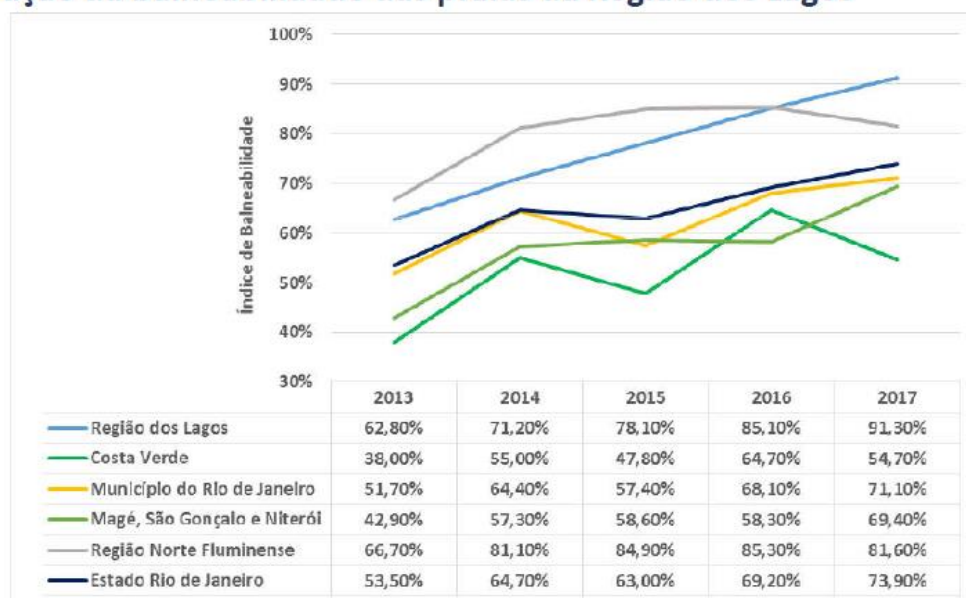


Figura 13. Evolução da Balneabilidade das praias da Região dos Lagos.

Fonte: PROLAGOS (2018).

Evolução da balneabilidade das praias da Região dos Lagos



Fonte: INEA (2017)

Figura 14. Comparativo da balneabilidade das praias do estado do Rio de Janeiro.

Fonte: PROLAGOS (2018).

Seguindo o relatório, são apresentados dados referentes à operação, manutenção e expansão do sistema de abastecimento de água, todos sempre com resultados positivos e de bom desempenho (Figura 14).

Foco na operação, manutenção e expansão
Do Sistema de Abastecimento de Água



Fonte: Prolagos, Dez/17

Figura 15. Operação, manutenção e expansão do sistema de abastecimento de água

Fonte: PROLAGOS (2018).

Na sequência estão demonstrados os investimentos feitos, com data base referente a dezembro de 2008 (Figura 15). Embora o relatório seja referente à 4ª revisão quinquenal da Prolagos, datada de novembro de 2018, os dados de investimentos estão expressos em moeda (Real) com valores relativos a dezembro de 2008, uma década antes da publicação do relatório (Figura 16), devido a esta ser a data base estipulada no contrato de Concessão n.º 04/96.

✓ *Foram investidos R\$680 milhões na data base de dez/08*

Investimentos	Realizados			Total
	1998 a 2009	2010 a 2013	2014 a 2017	
Água	R\$ 209.338.088	R\$ 66.128.435	R\$ 51.693.072	R\$ 327.159.595
Esgoto	R\$ 138.741.910	R\$ 2.462.974	R\$ 27.570.249	R\$ 168.775.133
Outros	R\$ 11.668.761	R\$ 78.485.774	R\$ 93.904.164	R\$ 184.058.699
Total	R\$ 359.748.759	R\$ 147.077.183	R\$ 173.167.485	R\$ 679.993.426

(moeda dezembro de 2008)

✓ *Em moeda atual (base 2018) corresponde R\$1.189.988.495,50*

Figura 16. Investimentos realizados de 1998 a 2017 pela Prolagos

Fonte: PROLAGOS (2018).



Figura 17: Evolução do Câmbio mensal (R\$ por US\$) de 1997 a 2018.

Fonte: FORMIGONE (2018).

Observa-se que a Prolagos, ao longo de todo o relatório enfatiza seus investimentos em saneamento básico, comparando-o ao desempenho estatal, prática neoliberal bastante comum (Figuras 17 e 18). A empresa também salienta a evolução da distribuição de água que passa de 740 l/s em 2007 para 1540 l/s em 2014, conforme são feitos seus investimentos. Note-se, novamente, a referência à moeda demonstrada, novamente equivalente à dezembro de 2008.

Ainda são apresentadas medidas tomadas pela empresa para redução de custos e despesas, como aquisição de equipamentos (reservatório pneumático, geradores) e modificações operacionais (substituir cloro gasosos por hipoclorito), que promovem economia nos processos de tratamento e distribuição de água.

Em seguida, o relatório mostra os investimentos (sem citar valores) em adutoras de pequena extensão: Adutora Tamoios/Bougainville (5,9 km); Adutora Iguaba (3,3 km); adutora Nova Cabo Frio (1,3 km); Adutora Jardim Esperança (2,9 km); adutora central de Búzios (3,9 km); adutora Arraial Parte II (4,3 km) e adutora Rasa (2,6 km), essas no ano de 2014 e em 2018, adutora Trimumu, essa com a maior das extensões (42 km). Na ampliação da rede de distribuição: Vila do ar (4,74 km de rede/335 ligações de água); Bougainville (123,29 km de rede/14000 ligações de água); Novo Horizonte (3,9 km de

rede e 115 ligações de água); Monte Alegre (15,16Km de rede e 719 ligações de água); Florestinha II (9,76 km de rede e 42 ligações de água) e São Matheus (17,09 km de rede 102 ligações de água) e, finalmente, em quatro reservatórios de água com capacidade de 15.000 m³.

No decorrer do relatório são demonstrados os investimentos para rede de esgotos (o qual não nos deteremos nessa pesquisa), os investimentos continuados para diminuir perdas (seja com vazamentos ou furtos) e as melhorias operacionais (pequenas extensões de rede de distribuição, troca de equipamentos, telemetria e automação).

Antes de iniciar a parte das propostas de investimentos para a 4ª revisão quinquenal, a Prolagos apresenta a projeção dos investimentos para o período de 2018 a 2023, que seriam da ordem de R\$120.000.000,00, dos quais R\$49.573.084,00 corresponderiam ao pagamento do ICMS Verde (uma adequação da redistribuição de recursos do ICMS que leva em conta o nível da atividade econômica conjuntamente com a preservação ambiental em cada município) e do FECAM (Fundo Estadual De Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano).

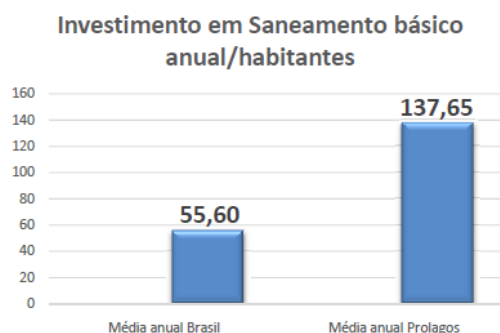
(moeda dezembro de 2008)

Investimentos	Projetados						Total
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
Água	R\$ 15.129.117	R\$ 24.884.094	R\$ 98.996	R\$ 101.408	R\$ 103.879	R\$ 106.410	R\$ 40.423.903
Esgoto	R\$ 2.976.250	R\$ 31.197.287	R\$ 9.100.795	R\$ 4.041.699	R\$ 2.293.017	R\$ 2.293.017	R\$ 51.902.065
Outros	R\$ 9.524.682	R\$ 2.709.068	R\$ 2.709.068	R\$ 2.709.068	R\$ 2.709.068	R\$ 2.709.068	R\$ 23.070.023
Subtotal	R\$ 27.630.049	R\$ 58.790.449	R\$ 11.908.859	R\$ 6.852.175	R\$ 5.105.964	R\$ 5.108.495	R\$ 115.395.992
5ª TA - Arraial do Cabo (esgoto)	R\$ 1.946.009	R\$ 1.946.009	R\$ 311.362	R\$ 311.362	R\$ 155.681	R\$ 155.681	R\$ 4.826.103
Total	R\$ 29.576.059	R\$ 60.736.458	R\$ 12.220.221	R\$ 7.163.537	R\$ 5.261.645	R\$ 5.264.176	R\$ 120.222.095
ICMS VERDE e FECAM (reembolso)	-R\$ 8.262.181	-R\$ 8.262.181	-R\$ 8.262.181	-R\$ 8.262.181	-R\$ 8.262.181	-R\$ 8.262.181	-R\$ 49.573.084

Figura 18: Projeção de investimentos da Prolagos de 2018 a 2023.

Fonte: PROLAGOS (2018).

- ✓ Considerando a média de investimento no Brasil de 2011 a 2016 (R\$11,5 bilhões/ano), o investimento médio anual por habitante foi de R\$55,60 enquanto o investimento médio anual da Prolagos, ao longo dos 20 anos, foi de R\$ 137,65.



Fonte: Trata Brasil

Figura 19. Investimento Médio Anual em Saneamento Básico (Prolagos x Brasil).

Fonte: PROLAGOS (2018).

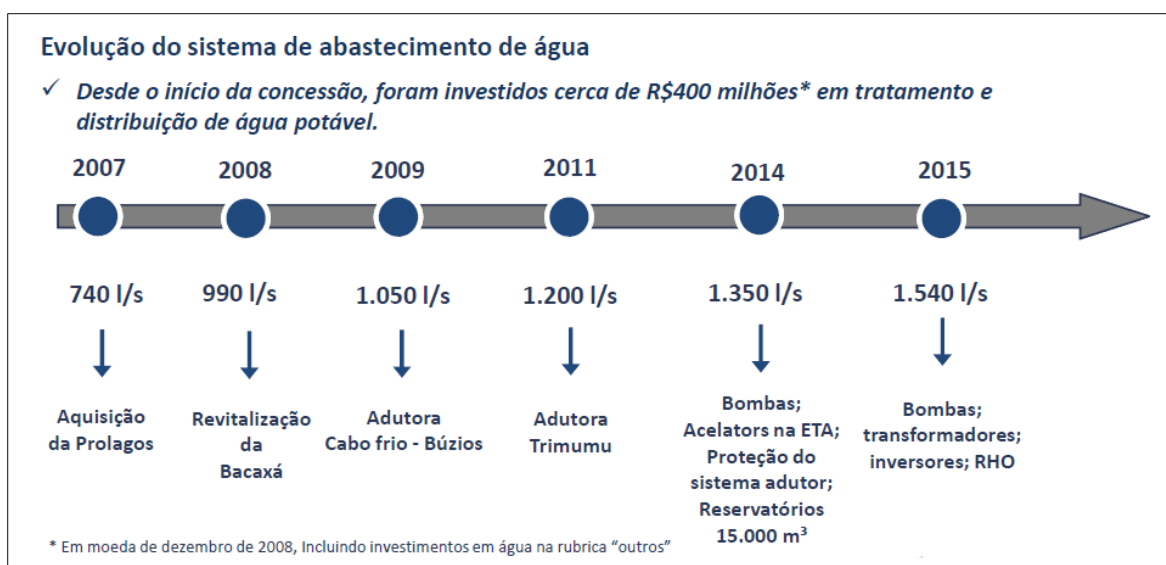


Figura 20. Investimentos em tratamento e distribuição de água potável pela Prolagos.

Fonte: PROLAGOS (2018).

No tópico 6, proposta da quarta revisão quinquenal, a Prolagos divulga várias ações ligadas ao tratamento de esgotos e sobre a captação e distribuição de água,

demonstrando apenas a intenção de recuperar a estrutura auxiliar da Barragem de Juturnaíba, que além de abastecer cinco municípios atendidos pela Prolagos, ainda abastece os três municípios atendidos pela Concessionária Águas de Juturnaíba (Araruama, Saquarema e Silva Jardim).

Figura 21. Cronograma Financeiro Consolidado sem rede Separativa de Esgotos.

Fonte: PROLAGOS (2018).

PROLAGOS - 4ª REVISÃO DE CONTRATO
Cronograma físico-financeiro dos investimentos realizados e propostos de 2010-2041
 Valores em R\$ (data-base Dezembro/2008)

ITEM	OBRAS	INVESTIMENTOS		
		CRONOGRAMA 2ª REVISÃO DE CONTRATO 2010/2041	CRONOGRAMA 3ª REVISÃO DE CONTRATO 2010/2041	CRONOGRAMA 4ª REVISÃO DE CONTRATO 2010/2041
1. ÁGUA		88.989.897	182.328.242	245.249.319
2. ESGOTO		61.523.344	82.018.258	114.318.992
3. OUTROS		108.447.631	205.509.720	279.907.595
SUBTOTAL INVESTIMENTOS SEM 5ªTA		258.960.871	469.856.220	639.475.907
SUBTOTAL INVESTIMENTOS COM 5ªTA		-	-	16.652.913
TOTAL INVESTIMENTOS		258.960.871	469.856.220	656.128.820

(moeda dezembro de 2008)

O tópico 7 restringe-se apenas à rede separativa de esgotos, que não será tratado nessa pesquisa. E finalmente, no tópico 8, são demonstrados os cenários previstos para seus investimentos até 2041. Estes investimentos resumem a ampliação de estações de tratamento de esgotos, cinturões coletores de esgoto e redes de coleta (ICMS verde), rede separativa de esgotos (25%), recuperação da barragem, rede de distribuição e os investimentos continuados (perdas, melhorias operacionais e pequenas extensões).

A leitura desse Relatório demonstra que, mesmo atuando desde 1998, a Prolagos somente acelerou seus investimentos em esgoto, passados vinte anos de atuação. Observando a Tabela 1 e comparando ao exposto nessa revisão quinquenal, as metas contratuais referentes ao esgotamento sanitário mostram-se bastante tímidos em relação à distribuição de água. É evidente que distribuir água é fundamental, mas o tratamento de esgotos também deve ser uma prioridade, principalmente numa região onde a atividade turística baseia-se no mar e em suas praias. Ao mesmo tempo, o discurso do desenvolvimento sustentável não se sustenta sobre esse suposto “abandono” do esgotamento sanitário por duas décadas e ainda é corroborado pela lógica da escassez, que apregoa que água contaminada se perde, o que é sabidamente uma inverdade.

Além de dominar o espaço da água, o poder de uma concessionária também se expande ao longo do tempo. O contrato de concessão inicial previa uma atuação por 25

anos, que já foi prorrogado até 43 anos. Como um processo de concessão não se consolida da noite para o dia, deduz-se que uma empresa que se propõe a atuar na distribuição de água (e no saneamento) não tem intenção de atuar por períodos curtos de tempo.

Apesar de no mundo já haver vários exemplos de reestatização desses serviços, no Brasil, o processo ainda está no início, dadas suas dimensões espaciais. E como a Prolagos tem sido um exemplo muito bem-sucedido de gestão, para a própria empresa, seus investidores e a quem pode pagar por seus serviços, as empresas que alcançarem o domínio das águas no Brasil já dispõem de um exemplo a seguir.

4.3 Análise do Relatório Anual de Sustentabilidade da AEGEA 2019

O documento denominado Relatório Anual de Sustentabilidade da AEGEA 2019 (AGEA, 2019), foi também analisado por se tratar de um documento público e o mais recentemente disponível na internet, além de possuir o termo sustentabilidade em seu título. Nele, a Aegea reafirma seus princípios de “transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa” ao divulgá-lo publicamente. Ele “apresenta o desempenho e o resultado consolidado de nossas operações no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, bem como oportunidades aproveitadas, desafios enfrentados e estratégias assumidas”, como consta no próprio documento.

Para a ONU, “o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” e para uma empresa, a sustentabilidade se baseia em três pilares: o econômico o social e o ambiental. O econômico é o primordial, sem lucros não há razão de existir uma empresa, o social foi uma conquista da classe trabalhadora ao longo dos anos e o ambiental surge, como já discutido no subcapítulo 1.3, a partir do discurso da escassez e a expansão do modelo neoliberal pelo mundo.

O relatório se subdivide em 11 tópicos:

- 1- Mensagem da Administração;
- 2- Perfil Corporativo;
- 3- Estratégia;
- 4- Governança Corporativa;
- 5- Gestão de Riscos;

- 6- Ativos Intangíveis;
- 7- Desempenho Operacional;
- 8- Resultados Econômico-financeiro;
- 9- Gestão de Relacionamentos;
- 10- Desempenho Ambiental;
- 11- Anexos

Como grande parte das informações divulgadas no relatório são técnicas, destacaremos as informações consideradas mais relevantes para análise do modelo de gestão adotado pela Aegea e, conseqüentemente, replicado a todas suas subsidiárias.

No tópico de número 1, a Mensagem da Administração inicia exatamente pelo pilar econômico, onde a Aegea comenta sobre a expansão do acesso ao saneamento básico e conseqüentemente à saúde, ao agregar cerca de 40 mil novas economias (economia no sentido de imóvel ou uma subdivisão de imóvel), para logo em seguida, enfatizar sua expansão no território e seu desempenho econômico através de redução de custos, ganho de eficiência que resultaram no EBITDA² de 107,7 milhões. Segundo Iço e Braga (2001), “o EBITDA se revela como um indicador capaz de demonstrar o verdadeiro desempenho da atividade precipuamente operacional”.

Ela segue o relatório demonstrando seu interesse em difundir seus “princípios e modelo de operação em todos os municípios” através da ampliação do escopo da “Academia Aegea”, que em 2019 treinou cerca de 4600 pessoas, “com destaque para a estruturação de uma nova frente para capacitação em ensino superior”, o que lhe confere o status de primeira empresa brasileira de saneamento básico do Brasil a investir em um programa personalizado de graduação para seu próprio setor de atuação. A Academia ainda tem o papel de desenvolver as “trilhas pedagógicas do Programa *Trainee*”, visando preparar futuras lideranças, sendo que em 2019, cinco unidades já eram dirigidas por ex-*trainees*, e outros nove assumiram posições de liderança em áreas corporativas.

Dando prosseguimento, a empresa confirma seu interesse na aprovação do Marco Regulatório do Saneamento, enfatizando que sua aprovação representaria “um importante avanço para a universalização do saneamento no Brasil, ensejando o aumento da

² Indicador de desempenho da atividade empresarial, que significa “*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*” em inglês e, lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização, em português) (IÇO; BRAGA, 2001).

participação privada no setor” e, ainda, celebrando a vitória em leilão para ingressar em nove municípios do Rio Grande do Sul.

Em resumo, a mensagem da administração tem o intuito de divulgar a eficiência operacional e econômica da Aegea, bem como sua intencionalidade em expandir-se cada vez mais no território. Através da formação de líderes (Academia Aegea) e também de ações políticas que facilitariam sua inserção em novos municípios (o Marco Regulatório do Saneamento e os leilões do setor), a empresa busca seu único e primordial objetivo, obter lucro. Para isso, ela investe nas mais variadas frentes que possam levar a cabo suas reais intenções: dominar a distribuição de água em todo o país e, quiçá, pelo maior número de países que for capaz.

Em seu perfil corporativo (Tópico 2), destacam-se sua missão, visão e valores:

Quadro 6: Missão, visão e valores da Aegea.

MISSÃO
Empresariar soluções de saneamento com excelência e segurança empresarial, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos públicos atendidos.
VISÃO
Ser reconhecida como a melhor companhia na viabilização e gestão de negócios de saneamento no Brasil e referência mundial.
VALORES
Acessibilidade; Austeridade; Colaboração; Evolução contínua; Responsabilidade Social e Transparência

Fonte: AEGEA (2019).

Seguido de seu propósito, que deu origem a seu manifesto da água (já divulgado no item 3.1 desse trabalho), da criação de uma identidade de marca “com os mesmos valores, também passou a compor a identidade de todas as concessionárias, o que contribui para o fortalecimento de nossa presença em todo o território nacional” e na redação de seus cinco talentos:

Quadro 7: Os cinco talentos da Aegea.

Mestres em “Brasicidades”	A capacidade de aplicar nosso modelo de atuação, com flexibilidade e respeito, às diferentes regiões em que atuamos.
Engenheiros da Ordem	A habilidade de manter em funcionamento um sistema que conecta pessoas à água tratada e, depois, destina o esgoto de maneira adequada, de forma sustentável.
Embaixadores da Saúde	O principal objetivo das nossas operações: levar saúde para todos, inclusive para o meio ambiente.
Profissionais Além da Conta	O entendimento de que devemos transcender as normas contratuais em prol do desenvolvimento municipal, buscando um relacionamento próximo com as comunidades atendidas.
Agentes da Dignidade	A condução das nossas atividades com ética e com vistas à promoção da igualdade e dos direitos humanos.

Fonte: AEGEA (2019).

Na sequência, demonstra sua condição de companhia aberta com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o grupo pelo qual é controlada, o Grupo Equipav, que já atua há mais meio século no setor brasileiro de infraestrutura e ainda enfatiza seu investidor internacional, o Fundo Soberano de Cingapura (GIC Private Limited), que faz parte de seu quadro acionário desde 2013.

Na Figura 22 estão demonstrados sua estrutura acionária, com os respectivos percentuais do capital total, e no Mapa 3, sua área de atuação.

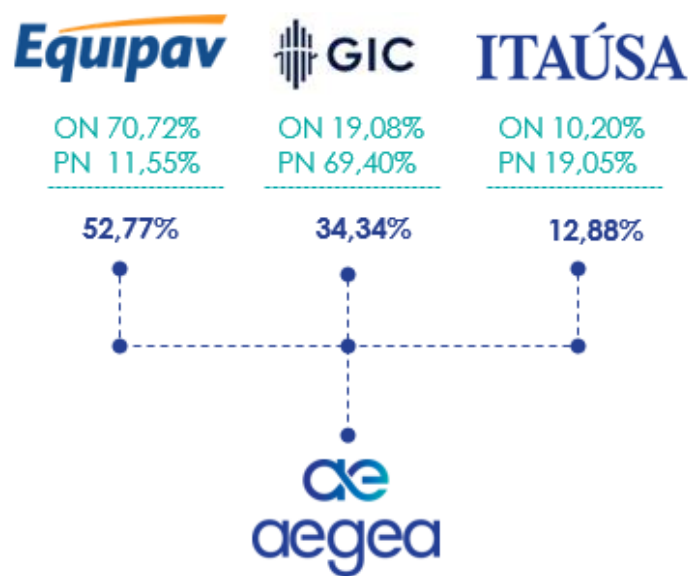


Figura 22: Estrutura Acionária da Aegea.

Fonte: AEGEA (2019).

Mapa 3: Mapa de Atuação da Aegea.



Fonte: AEGEA (2019).

Em seguida, sua trajetória de crescimento:

Quadro 8: Trajetória de Crescimento da Aegea.

2010	<ul style="list-style-type: none"> • Município de Campo Grande (MS)1 • Município de Cabo Frio (RJ)1 • Município de Armação de Búzios (RJ)1 • Município de Iguaba Grande (RJ)1 • Município de Arraial do Cabo (RJ)1 • Município de São Pedro da Aldeia (RJ)1
2012	<ul style="list-style-type: none"> • Município de Piracicaba (SP) • Município de Barra do Garças (MT) • Município de Campo Verde (MT) • Município de Carlinda (MT) • Município de Cláudia (MT) • Município de Jangada (MT) • Município de Jauru (MT) • Município de Marcelândia (MT) • Município de Nortelândia (MT) • Município de Pedra Preta (MT) • Município de Peixoto de Azevedo (MT) • Município de Primavera (MT) • Município de Poconé (MT) • Município de Santa Carmem (MT) • Município de São José (MT) • Município de Sorriso (MT) • Município de União do Sul (MT) • Município de Vera (MT)
2013	<ul style="list-style-type: none"> • Município de Penha (SC) • Município de Matão (SP) • Município de Confresa (MT) • Município de Porto Esperidião (MT) • Município de Barcarena (PA)

2014	<ul style="list-style-type: none"> • Município de Guarantã do Norte (MT) • Município de Matupá (MT) • Município de Diamantino (MT) • Município de Sinop (MT) • Município de Novo Progresso (PA) • Município de São Francisco do Sul (SC)
2015	<ul style="list-style-type: none"> • Município de Holambra (SP) • Município de São João de Meriti (RJ)2 • Município de Timon (MA) • Município de Buritis (RO) • Município de Pimenta Bueno (RO) • Município de Rolim de Moura (RO) • Município de Paranatinga (MT) • Município de Camboriú (SC)
2016	<ul style="list-style-type: none"> • Município de Ariquemes (RO) • Município de Bombinhas (SC) • Município de Serra (ES)
2017	<ul style="list-style-type: none"> • Município de Vila Velha (ES) • Município de Teresina (PI)
2018	<ul style="list-style-type: none"> • Município de Manaus (AM)
2019	<ul style="list-style-type: none"> • Município de Alvorada (RS)3 • Município de Cachoeirinha (RS)3 • Município de Canoas (RS)3 • Município de Eldorado do Sul (RS)3 • Município de Esteio (RS)3 • Município de Gravataí (RS)3 • Município de Guaíba (RS)3 • Município de Sapucaia do Sul (RS)3 • Município de Viamão (RS)3

Fonte: AEGEA (2019).

Notas do Quadro 8:

1. A aquisição destas concessões ocorreu antes da constituição da Aegea Saneamento e Participações S.A. A concessionária Águas Guariroba, no município de Campo Grande (MS), foi adquirida em 2005 e a Prolagos, composta pelos cinco municípios do Estado do Rio de Janeiro, foi adquirida em 2006.
2. A concessionária Águas de Meriti não está contabilizada em nosso portfólio de municípios atendidos, apresentado neste relatório, uma vez que suas operações de tratamento e coleta de esgoto em São João do Meriti (RJ) estão temporariamente paralisadas em razão de impedimentos contratuais que inviabilizam a execução efetiva da operação dos sistemas que nos foram delegados por meio do Contrato de Concessão n.º 86/98. Seguimos adotando medidas para solucionar tais impedimentos e, assim, dar prosseguimento ao plano operacional das atividades e de investimentos da unidade, dos quais R\$ 15 milhões já foram aplicados. Reiteramos ainda o nosso propósito de fornecer soluções e serviços em saneamento básico que resultem em vidas mais saudáveis e dignas.
3. Operações referentes à Concorrência Internacional n.º 001/2019, promovida pela Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) para atuar em acordo de Parceria Público-Privada (P1PP) e cujo resultado foi publicado em dezembro de 2019. Conforme cronograma, o contrato da PPP foi assinado em março de 2020.

Dando seguimento ao relatório, são apresentados os prêmios e reconhecimento que a empresa recebeu, os destaques do ano (Figura 23):



Figura 23: Destaques do ano de 2019 da Aegea.

Fonte: AEGEA (2019).

Nesse tópico (número 2 do relatório), destacamos seu modelo de negócio: “Olhar para aspectos Ambientais, Sociais e de Governança faz parte do dia a dia de nossas atividades” e “Do ponto de vista ambiental, nossa atividade-fim é distribuir água de qualidade, com o menor índice de perdas; e conduzir, com segurança, o esgoto até o tratamento. Atuamos empenhados para devolver a água para a natureza em condições melhores das que as encontradas na fase de captação”. O relatório ainda destaca um estudo do Instituto Trata Brasil (Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento Brasileiro, 2018), que além de indicar que a economia com a melhoria das condições de saúde da população brasileira (de 2016 a 2036) seria em média de R\$297 milhões, tendo como base os afastamentos do trabalho e internações ocorridos em 2016 e que os investimentos no setor de saneamento sustentaram 142 mil empregos por ano e geraram R\$13,6 bilhões de renda ao ano na economia brasileira entre 2004 e 2016, uma relação que segundo o relatório, mostra “o efeito multiplicador de renda dos investimentos em saneamento” e que com as obras concluídas, favorece o desenvolvimento local “com o incremento do comércio e de serviços”, adicionando-se o fato de que a vocação para o turismo pode ser impulsionada pelo saneamento e que há tendência de valorização dos imóveis localizados nas regiões atendidas por suas subsidiárias.

Pelo que está exposto no relatório, a atuação de uma empresa privada na gestão da água é praticamente um eldorado para administração pública, pois além de resolver a questão do saneamento básico, ainda contribui para a economia, para a saúde, diminui o desemprego e ainda gera lucro para seus investidores.

No terceiro item, “Estratégia”, a Aegea confirma sua preocupação constante com a água: “Crescemos por meio da expansão das redes de água e esgoto”, “Ao assinarmos um contrato, priorizamos a qualidade no abastecimento de água e expandimos gradualmente as redes de cobertura dos serviços”. Na sequência, ela demonstra seus cuidados com as comunidades que atende “com vistas a contribuir, com nossas operações, para o desenvolvimento sustentável e para a conservação do meio ambiente no entorno” e a característica flexível de sua atuação que:

permite mesclar melhores tecnologias, processos e pessoas; e por uma sólida estratégia, definida com objetivo de nos tornar referência em serviços de saneamento básico prestados de forma inovadora, eficiente,

sustentável e competitiva – promovendo a saúde e o desenvolvimento social ao passo em que amplia o retorno aos nossos investidores.

Sua Política de Sustentabilidade está apoiada em sua estratégia, com o intuito de “despertar e manter em nosso time, a consciência de que o respeito ao meio ambiente e às pessoas é inerente à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário”. Demonstrando seu comprometimento com o meio ambiente, a empresa também subscreve o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2016 e, em 2017 passa a integrar o Comitê Brasileiro do Pacto Global, órgão de gestão das atividades da rede no Brasil. O Pacto Global lançado no ano 2000 pelo então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, se trata de:

uma chamada para as empresas alinharem suas estratégias e operações a 10 princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção e desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. É hoje a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 16 mil membros, entre empresas e organizações, distribuídos em 69 redes locais, que abrangem 160 países (PACTO GLOBAL, 2021).

As empresas que integram o Pacto Global assumem o compromisso de contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Um dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), o de número 6 (referente à água potável e saneamento que visa “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”), é até 2030 alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos, a nível global.

A Aegea ainda coordena a Frente Temática de Água e Saneamento, que tem como intenção contribuir na “construção de uma agenda de governança em água, engajando o setor privado na adoção de práticas sustentáveis em suas operações e em suas cadeias de abastecimento para promover o uso eficiente do insumo” e também colabora para o alcance das metas dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), em especial do objetivo 6. A empresa ainda é signatária dos Princípios do Equador, que “são um referencial do setor financeiro para identificação, avaliação e gerenciamento de riscos socioambientais” (EQUATOR PRINCIPLES, 2013), o que segundo a própria empresa, “assegura a condução dos projetos em conformidade com critérios universais de responsabilidade socioambiental”.

O relatório informa que a Aegea adota uma Gestão Integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, cuja intenção é “estabelecer a padronização dos procedimentos que garantem locais de trabalho saudáveis e seguros, bem como zelar por nossas políticas ambientais em todas as unidades”.

Na sequência do relatório, os itens 4, 5, 7 Governança Corporativa, Gestão de Riscos, Desempenho Operacional, por se tratarem de informações estritamente técnicas voltadas à administração direta não serão aqui abordadas.

O tópico 6, Ativos Intangíveis, inicia-se tratando dos talentos internos, “estabelecer formas eficientes e competitivas de atrair, reter, desenvolver e motivar os nossos colaboradores é um dos elementos basilares de nossa estratégia”. Para alcançar tais metas, já foi mencionada nessa análise, a Academia Aegea (página 63), sediada no Centro Administrativo Aegea (CAA), em Santa Bárbara d’Oeste (SP), que também atende a “todos os colaboradores em qualquer lugar do País e a qualquer momento”, através de plataforma digital.

Ainda no tópico 6, Licença Social para Operar, a empresa demonstra todo zelo com seus contratos de concessão pois, “uma concessão vai além de acordos contratuais com os poderes concedentes – é um compromisso com as pessoas, estabelecido com vistas ao desenvolvimento social das localidades em que operamos”. Portanto, ela busca:

a licença social para operar, prezando pela excelência dos serviços de saneamento básico prestados (legitimidade); pela aproximação com as comunidades por meio do diálogo transparente (credibilidade); e pelo investimento na melhoria da qualidade de vida da população e do índice de Desenvolvimento Humano dos municípios (confiança).

Buscando atender o que há de mais avançado no Brasil e no mundo nas áreas de investimento social, a Aegea estruturou uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Instituto Aegea, cujas ações estão direcionadas ao desenvolvimento territorial e que orientam na temática de atuação social da empresa.

A análise do item 8, Resultados Econômico-financeiros, nos ateremos à Inadimplência, ao Resultado Financeiro e ao Lucro Líquido.

No quesito inadimplência, é relatado que, em 2019, as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foram 9,6% (R\$ 5,2 milhões), menores em relação a 2018. Tais resultados se devem às “campanhas contínuas de cortes, incentivo à

renegociação de contas em atraso e maior adesão ao pagamento via débito automático” e que também propiciaram “uma reversão relevante de títulos em contas a receber”.

O Resultado Financeiro, relativo ao ano de 2019, foi “de uma despesa de R\$ 421,0 milhões, acréscimo de R\$ 113,3 milhões ao valor apresentado em 2018 (R\$ 307,7 milhões)”. Já no Lucro Líquido, é relatado um aumento de 67,1% (R\$ 294,4 milhões em 2019 contra R\$ 176,1 milhões em 2018).

O Tópico 9, Gestão de Relacionamentos, inicia tratando de seus colaboradores. São 4734 colaboradores, onde “todos os contratados diretos são cobertos por acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho”, e destaca, também, o Programa Jovem Aprendiz, que possibilita o ingresso de jovens de 14 a 24 anos no mercado de trabalho. Ela ainda tem implantada desde 2015 uma Política de Cargos e Salários e seus funcionários, além do salário fixo, ainda recebem benefícios como “vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche, auxílio-farmácia, seguro de vida, além de assistências médica e odontológica estendidas a dependentes diretos”. Tais benefícios visam “ao bem-estar no ambiente de trabalho e à melhoria da qualidade de vida dos profissionais que integram o nosso time”. Em 2019, o pacote de benefícios ampliou-se e passou a oferecer auxílio-academia e serviços de apoio (oferecido com apoio de empresa parceira), que oferece orientações psicológicas, jurídicas, financeiras e sociais aos seus colaboradores e seus dependentes legais.

Cabe aqui ressaltar, que acordo coletivo de trabalho (ou convenção), o programa Jovem Aprendiz e o vale transporte são obrigatórios pela legislação brasileira, não configurando nenhum tipo de vantagem que a Aegea proporcione a seus colaboradores e os benefícios concedidos (vale-refeição, vale-alimentação, etc.) visam reduzir a carga tributária da empresa através de subsídios do governo.

Continuando na Gestão de Relacionamentos, o relatório comunica que em 2019 foi lançado o Programa de Voluntariado, que tem por objetivo intensificar as iniciativas já existentes em suas unidades e estimular a conexão com a comunidade. Para divulgação do programa foram “publicados o Manual do Voluntário e a Política do Programa Voluntariado”. O programa também é aprofundado por uma trilha pedagógica, com vídeos, *podcasts* e outros recursos, além da criação de comitês locais para atuar na mobilização e planejamento do Programa de Voluntariado. Segundo o relatório, “ao passo

em que se envolvem em ações voluntárias, os nossos colaboradores aprimoram competências relacionadas a liderança e ao trabalho em equipe”.

Ainda na sequência da Gestão de Relacionamentos, o relatório faz menção aos seus clientes. Uma das definições de cliente, segundo Definições de Oxford *Languages* é: na antiga Roma, indivíduo que estava sob a proteção de um patrono (cidadão rico e poderoso); patrocinado.

Para a Aegea, a população que é obrigada a pagar por seus serviços é denominada clientes. Seus clientes, na realidade, são atendidos por suas concessionárias locais. “Cada unidade dispõe de plataforma multicanal, o que inclui website, redes sociais digitais e atendimento telefônico, além de materiais impressos e relacionamento interpessoal nas lojas físicas”, como preconizam as “modernas práticas do mercado”. É perceptível o tratamento dado ao serviço de distribuição de água: uma mercadoria como outra qualquer, onde toda cadeia de captação, tratamento e distribuição da água se dá nos moldes de qualquer tipo de mercadoria comercializada por uma empresa.

No tópico sobre entidades de classe, é divulgado que:

...desde 2017, mantemos a Vice-Presidência de Relações Institucionais, que articula a nossa integração com entidades setoriais – Instituto Trata Brasil; Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); Associação Brasileira das Concessionárias Privadas dos Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon); e Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes).

O relatório deixa bastante claras as intenções da Aegea ao se relacionar com entidades de classe: “acompanhar discussões, sobretudo referentes a aspectos regulatórios”. E completa: “porque entendemos que a universalização dos serviços de água e esgoto pode ser acelerada a partir da reeleitura da legislação e por meio da cooperação entre agentes públicos e privados”. Ao fim, ela destaca que “atuamos em cooperação com entidades setoriais a fim de protagonizar os avanços que almejamos para o Brasil”.

Na página, ela dedica atenção especial ao então futuro Marco Legal do Saneamento. O documento destaca que “As empresas privadas correspondem a apenas 6% do mercado de saneamento básico no Brasil, mas já representa mais de 20% dos investimentos aplicados para expansão e melhoria das redes que atendem a população”. Seguindo o raciocínio, ela emenda que a parceria público-privada tem inegável potencial

para ampliar investimentos e divulga que a estimativa da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Governo Federal é levar cerca de R\$700 bilhões até 2033.

E continua informando que a Aegea participou ativamente de fóruns de discussão sobre o tema, chegando, inclusive, a apresentar em Audiência Pública (na comissão do PL3261, que atualizava o marco do saneamento básico) suas experiências nas parcerias público-privadas na área de saneamento.

Finalmente no tópico 10, Desempenho Ambiental, que se subdivide em energia, água e efluentes, o relatório chega à temática ambiental propriamente dita.

“Preservar os recursos naturais faz parte do nosso dia a dia em todas as localidades em que atuamos. Isso porque nossas operações consistem em distribuir água de qualidade, visando ao menor índice de perdas, e conduzir, com segurança, o esgoto até o tratamento”. Tal afirmação consta inicialmente no tópico 10 do relatório, sendo que ações efetivamente com caráter ambiental resumem-se a “identificar e mitigar os impactos ambientais decorrentes das atividades” e a menção à Portaria 240/19 do Ministério da Justiça e Segurança Pública que traz novos procedimentos relativos ao controle e a fiscalização de produtos químicos e define quais estão sujeitos ao controle pela Polícia Federal.

Em relação à água, o relatório enfatiza que uma das principais metas da Aegea em suas unidades é “o aumento na eficiência do consumo de recursos naturais, o que inclui reduções do índice de perdas na distribuição de água”. E segue informando que instituiu o Sistema de Gestão e Controle de Perdas (GCP), que tem a função de monitorar toda rede de distribuição e padronizar procedimentos para combate às perdas reais (vazamentos de toda ordem entre a rede e os hidrômetros) e as perdas aparentes, oriundas de consumo não autorizado (fraudes ou imprecisões na medição).

Destacando que, “minimizar perdas na distribuição de água é um dos compromissos expressos em nossa Política de Sustentabilidade” e que não utiliza água de fontes de reuso para distribuição à população atendida, pois no Brasil a regulamentação não permite, mas que esse tipo de água é usado em operações de limpeza de áreas comuns e retrolavagem das unidades de tratamento.

Outro trecho interessante relativo à água trazido pelo relatório é a menção à Estação de Tratamento de Água de Reuso (ETAR) localizada em Armação dos Búzios, a primeira no Rio de Janeiro a possuir um sistema terciário de tratamento de efluentes, com capacidade de produzir mais de 2 milhões de litros de água de reuso por mês. Após

novamente enfatizar as inúmeras possibilidades de utilização da água de reuso, o relatório informa que parte da água produzida pela ETAR, atende ao Campo de Golfe da cidade diariamente, com cerca de 40 mil litros dessa água para a irrigação da grama que, “por ser diferenciada, requer uso de água com alto nível de potabilidade”.

O Relatório finaliza tratando da Tecnologia a Favor do Meio Ambiente, onde informa que a destinação adequada do esgoto é um impacto positivo e faz parte da história da empresa, citando a recuperação da Lagoa de Araruama como um modelo bem-sucedido, posto que já são possíveis atividades de pesca, de turismo esporte. No entanto, outras localidades ainda sofrem com o excesso de resíduos lançados *in natura* por anos (obviamente antes da empresa ali atuar) e, por isso, foi criada uma reprodução digital do modelo hidrodinâmico da Lagoa de Araruama, com o objetivo de avaliar como se comportará o ecossistema frente a possíveis intervenções. Esse estudo é conduzido com apoio da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos Coppetec), ligada à Coppe/UFRJ, e já envolveu secretários de Meio Ambiente, pescadores, representantes de órgãos ambientais, Consórcio e Comitê de Bacias Hidrográficas Lagos São João em reuniões técnicas e troca de conhecimentos.

Por mais que a Aegea procure enfatizar sua impecável atuação, suas ótimas intenções e as gigantescas benesses que a iniciativa privada pode proporcionar atuando na gestão da água, sempre há dúvidas sobre questões que são completamente ignoradas pela empresa e há, também, informações valiosas contidas nas entrelinhas. Por exemplo, ao relatar seu relacionamento com entidades de classe, verificamos que apenas entidades ligadas à atuação privada da gestão da água entra no Relatório. Nenhum sindicato ou associação de moradores ou pescadores entra no rol de relacionamentos da empresa. Segundo Rodrigues (2008), as questões sociais não importam à reprodução ampliada do capital, pois ele dispõe de alta tecnologia para perpetuar sua reprodução.

Outro detalhe peculiar se dá quando a Aegea trata da questão da água de reuso. A empresa enfatiza que, no Brasil, a regulamentação não permite que a água de reuso, mesmo passando por rigoroso processo de purificação, seja distribuído à população, o que dá a impressão de que se fosse permitido, talvez fosse possível distribuir esse tipo de água à população. Na sequência ela indica o uso dessa água para limpeza e retrolavagem das unidades de tratamento e, mais adiante, ela informa que Armação dos Búzios, um dos municípios mais elitizados da Região dos Lagos, recebeu uma estação de tratamento de

água de reuso, cuja produção atende ao Campo de Golfe da cidade, que por conta de sua grama “ser diferenciada, requer uso de água com alto nível de potabilidade”. Certamente os jogadores de golfe de Búzios podem pagar o preço cobrado por uma água tão pura e específica para seu gramado.

4.4 Implicações do neoliberalismo sobre a gestão da água

Os relatórios e toda documentação relativos à Prolagos e da *holding* a que pertence, Aegea, analisados ao longo dessa pesquisa, puderam fornecer valiosas informações sobre como atua uma empresa privada na distribuição de água. As informações ali contidas foram disponibilizadas pela Prolagos e Aegea, não havendo outros envolvidos, como poderia ocorrer com informes publicitários, por exemplo.

É de amplo conhecimento o fato de que a Prolagos é fruto de uma política neoliberal do Estado. Isso não significa que o Estado se eximiu de suas obrigações de fornecer água à população, o neoliberalismo como aponta Oliveira (2019), “é uma forma para que o Estado coloque o *mercado* em primeiro lugar em suas decisões”. O governo neoliberal atende prontamente os anseios e necessidades da elite financeira, em detrimento da ampla maioria da população.

Primeiramente, uma empresa privada que alcança a gerência da água de determinada localidade, pretende ali explorar por longos períodos de tempo. Por mais onerosos que sejam os investimentos em infraestrutura para a distribuição de água, eles não deverão ser realizados de imediato. As empresas participantes dos processos de concessão, já terão boa parte da infraestrutura construída e em funcionamento. O Estado já realizava o serviço de captação, tratamento e distribuição de água. Caberá a elas, investir nos ajustes, os quais o poder público possuía dificuldades em atuar: na detecção de fraudes, na cobrança e na supressão do serviço aos inadimplentes. Outra característica da atuação da iniciativa privada na gestão da água que podemos observar é a expansão territorial que pretendem alcançar. A visão da Aegea é “ser reconhecida como a melhor companhia na viabilização e gestão de negócios de saneamento no Brasil e referência mundial”. A intenção é se perpetuar no poder sobre as águas (e, consequentemente, sobre o território) espacialmente e temporalmente, criando um novo tipo de poder, onde a soberania dos governos se transforma em mera representação, uma vez que, pela essencialidade da água, até mesmo o poder público ficará refém da iniciativa privada.

Fica evidente que o modelo de gestão adotado pela Prolagos e replicado por todas as concessionárias pertencentes à Aegea, torna e trata a água apenas como uma mercadoria. Ampliar os investimentos travestidos sob o manto da sustentabilidade nos cuidados ambientais e na própria expansão do sistema de distribuição de água não deixa de ser uma adequação combinada ao próprio processo de reestruturação produtiva que se põe em curso com o intuito único de gerar lucros à seus investidores. Ou seja, trata-se da própria expansão da empresa e da tecnificação plena da questão ambiental, sempre pensada como novos investimentos em mecanismos de filtragem e afins.

O modelo também não contempla um atendimento social, diferenciado, de distribuição de água para as camadas mais vulneráveis da população, vide os critérios para obtenção da tarifa social e os valores adotados pela Prolagos. Porto-Gonçalves (2018) já sinalizou que a crise hídrica, enquanto atingiu apenas a população pauperizada, nunca atraiu as atenções governamentais com o intuito de realmente sanar o problema. Apesar das promessas de universalização da distribuição de água, fica bastante evidente que será negado o direito à água para as populações mais necessitadas e vulneráveis, que não terão como pagar pela água privatizada.

Outra característica marcante do neoliberalismo sobre a privatização da água é a completa ausência do povo nas discussões “democráticas”. O relatório analisado não demonstra com clareza a participação da sociedade civil nas discussões mais importantes. O que se mostra são medidas sem impacto relevante em relação à água, onde projetos incipientes são adornados de maneira a impressionar quem possa se interessar pela leitura do relatório, sem uma visão mais profunda e crítica. Fica bastante claro que não há interesse em dialogar com os maiores impactados pela atuação da empresa, as populações locais. Nenhuma associação de moradores, sindicato ou movimento social popular aparece no relatório. Pelo que é mostrado no relatório, verifica-se que a Prolagos adota um conteúdo técnico e instrumental, onde os problemas de gestão da água são de ordem meramente técnica. A questão social, intrínseca à água, é simplesmente ignorada por ela. Como uma família de desempregados subsistirá sem poder arcar com os custos da água? Uma questão muito comum num país assolado pelo desemprego, como o Brasil atual.

A relação sociedade-natureza merece receber maior atenção por parte da Geografia Econômica. Cada vez mais a natureza tem sido apropriada por alguns poucos privilegiados que com ela enriquecem, enquanto a grande maioria precisa pagar para

sobreviver, como no caso da água. Há uma ideologia embutida no desenvolvimento sustentável de que há uma apropriação igualitária da natureza por todos (OLIVEIRA, 2019), da mesma maneira, a Prolagos trata a água como se a todos pertencesse, mas somente a ela cabe o lucro por sua exploração.

Enquanto os discursos ambientais focam apenas nas mazelas ambientais sob o ponto de vista ecológico e a luta de classes é negada nesses mesmos discursos, cada vez mais as injustiças serão cometidas e milhares de pessoas terão seu acesso aos bens naturais negado.

Ao descrever em seu relatório as entidades de classe com as quais articula, a Aegea frisa sua preocupação com os aspectos regulatórios, pois ela, na realidade, tem interesse em ampliar seu espaço de atuação, o capital anseia por acumular seus lucros mais e mais, daí seu amplo interesse em “protagonizar os avanços que almejamos para o Brasil”, o que confirma a impressão anterior do caráter meramente técnico (e econômico) que a Aegea tem sobre a água. Toda essencialidade da água, tão discutida e debatida pelos ambientalistas, pelos fóruns ambientais, pelas populações tradicionais, pelos indígenas, tornam-se apenas uma “campanha de marketing” que encobre o que é essencial na água para uma *holding* que busca apenas expandir e consolidar sua atuação sobre a água: aumentar sua margem de lucros.

Ações como o Pacto Global, já exposto no subcapítulo 4.3, só confirmam a relação íntima que há entre o desenvolvimento sustentável e o neoliberalismo.

Em plena crise sanitária promovida pela pandemia do novo coronavírus, no dia 24 de junho de 2020, o Senado brasileiro aprovou em regime de urgência, em sessão remota devido ao isolamento social adotado durante a pandemia, o novo marco do Saneamento do país. A aprovação da PL4.162/2019, uma reedição da Medida Provisória n.º 868/2018 que não foi votada a tempo à época, acaba com o atual modelo de contrato entre os municípios e as companhias estaduais de água e esgoto, onde estas companhias precisam obedecer apenas critérios de prestação e tarifação sem que haja necessidade de concorrência. Importante frisar que a então PL (Projeto de Lei) teve como relator o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que é pai de Joana Queiroz Jereissati, presidenta da Calila Participações (Pertencente ao Grupo Jereissati), acionista majoritária da Solar, uma das maiores fabricantes do refrigerante Coca-Cola do mundo e que vem nos últimos anos ampliando seu rol de bebidas, com água mineral (LEAL, 2013).

A nova lei transforma os contratos em vigor em concessões com a empresa privada que vier a assumir a estatal, além de tornar obrigatória uma licitação que abranja empresas públicas e privadas. Os contratos em vigor serão mantidos até março de 2022 e poderão ser prorrogados por 30 anos, sendo necessária a comprovação de viabilidade econômica-financeira através da cobrança de tarifas e de contratação de dívida. Também deverão alcançar metas de universalização dos serviços de saneamento até o fim de 2033, com cobertura de 99% para o fornecimento de água potável e de 90% para coleta e tratamento de esgoto, valores estes calculados sobre a população atendida.

Apesar de ser notória a quantidade de cidades ao redor do mundo (312 cidades em 36 países de 2000 a 2019) que reestatizaram seus serviços de água e esgoto, como Paris, Berlim, Buenos Aires, La Paz e Itu em São Paulo, a grande maioria do legislativo brasileiro ignorou tais fatos e apoiou fortemente o Novo Marco Regulatório do Saneamento.

No Reino Unido, terra de Margaret Thatcher, houve um colapso de muitas privatizações. Tarifas altas, manipulações financeiras e a evasão fiscal são característicos das privatizações, frisa Michael Gove, o conservador secretário do Meio Ambiente do Reino Unido em 2018, que continua: “os dividendos dos acionistas engolem a maioria dos lucros; e os CEOs pagam a si mesmos salários exorbitantes” (BOYS, 2018). A mesma matéria ainda cita o caso de Itu, no interior de São Paulo que remunicipalizou os serviços de água e saneamento após oito anos de serviços privados, que geraram o maior racionamento de água e revolta de seus moradores. Cochabamba, na Bolívia, também passou por um processo de privatização que foi derrubado graças à mobilização popular no ano 2000, mas não foi o único, conflitos pela água também ocorreram no Chile, Honduras, Peru e Argentina (BRASIL DE FATO, 2020).

Mesmo com tantas experiências mal sucedidas, em 15 de julho de 2020, com mais de 30 mil mortos pela covid-19 no país, Jair Bolsonaro sancionou, com 11 vetos em trechos do documento aprovado pelo Congresso Nacional, o Novo Marco Legal do Saneamento. Dentre seus vetos, um deles tira a possibilidade de o poder público assumir os serviços de saneamento de empresas públicas ou sociedades de economia mista que passarem por alienação acionária, pelo texto aprovado no Congresso, isso seria possível mediante indenização; outro veto foi à prorrogação dos contratos de programa (realizados diretamente entre os titulares dos serviços e as concessionárias), que são os atualmente

utilizados pelas companhias estaduais de saneamento (MAZUI; RODRIGUES, 2020). Os vetos presidenciais impediram que as companhias estaduais que pudessem, permanecessem frente aos serviços de saneamento, desconsiderando as que possuem condições de continuar atuando, na realidade, o que foi feito à revelia do Parlamento brasileiro, foi minar qualquer possibilidade de atuação do poder público, entregando a governança da água e saneamento nas mãos exclusivas do mercado.

As questões sociais relevantes pouco importam aos envolvidos na engrenagem da acumulação capitalista. Enquanto houver quem possa pagar pelos serviços privados e a população impedida deles usufruir não promover qualquer movimento, o neoliberalismo continuará promovendo o enriquecimento da elite financeira às custas da classe trabalhadora. O modelo neoliberal é incontestável aos que acreditam na possibilidade de alcançar o topo da pirâmide social, pois estes creem que seja factível alcançar tal patamar frente ao massacrante discurso do sucesso pessoal e das infinitas possibilidades de investimento que prometem enriquecimento sem esforços. Concomitantemente, o desenvolvimento sustentável, sempre atrelado às premissas neoliberais, impede que a realidade seja desnudada, que os reais problemas e a verdadeira face do modelo econômico sejam sequer cogitados (RODRIGUES, 2009).

Considerações Finais

O presente trabalho não tem a pretensão de avaliar o desempenho de uma empresa privada, a Prolagos, na distribuição de água. As informações divulgadas demonstram, apenas do ponto de vista empresarial, a eficiência e eficácia – palavras fundamentais no universo da firma – da empresa na gestão da água na Região dos Lagos fluminense. Os números alcançados – a numerificação também invisibiliza, muitas vezes, a efetividade social de certas ações – seja de ampliação da rede de distribuição, bem como dos lucros obtidos, são positivos, demonstram a efetividade da administração privada, num espaço de tempo relativamente curto.

O abastecimento de água à uma população requer vultosos investimentos, pois trata-se de infraestrutura e o crescimento populacional obriga investimentos constantes. Apesar de toda precariedade dos serviços de distribuição de água no Brasil, os poucos feitos, até então, foram custeados pelo “Estado”. Num primeiro momento, a gestão privada da água será beneficiada por toda infraestrutura implementada pelo estado, mas com o passar dos anos, seria uma empresa privada capaz de fazer investimentos nessa área? Dificilmente. Além de extremamente custosos, investimentos em infraestrutura não propiciam retorno financeiro à curto prazo, algo impensável para uma empresa que visa o lucro.

As medidas ambientais adotadas pela Prolagos a médio e longo prazos, não são suficientes para garantir a distribuição de água à uma população. Muitas perguntas ficam sem resposta ao se analisar os relatórios da empresa. É sabido que as políticas neoliberais são adotadas sob a égide da sustentabilidade ambiental, mas o que garante que os serviços serão atendidos mesmo em casos de escassez hídrica efetiva? Como uma empresa privada garantirá o atendimento de toda uma população em caso de contaminação de um manancial, por exemplo?

A sustentabilidade é mensurada em dados não apenas pela Prolagos, mas pelo modelo ambiental do sistema capitalista, que se apropriou do termo numa tentativa de minimizar os efeitos negativos da atuação nefasta do sistema sobre a natureza. Não será um conjunto de medidas como os ODS, tão propagados pela Organização das Nações Unidas, que transformarão ou gerarão uma nova relação sociedade-natureza.

Sob o fortíssimo argumento da universalização da distribuição da água, a privatização se expandirá para todo o território nacional. Enquanto se propaga ações isoladas e inócuas de preservação ambiental, promovem a exclusão de parcela considerável da população de serviços essenciais que deveriam ser prestados pelo Estado. E a situação tende a se agravar. Com o Novo Marco Legal do Saneamento, o estado do Rio de Janeiro seguirá o caminho traçado pela Região dos Lagos há duas décadas: ter a distribuição de água à sua população sendo realizada exclusivamente por empresas privadas. Ele facilita ainda mais a privatização dos serviços de fornecimento de água, que ainda são prestados por empresas estatais, em âmbito nacional. Apesar da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) atribuir às três esferas do poder executivo (União, estados e municípios) o poder comum de gerir e levar melhorias ao saneamento básico no Brasil, são os municípios que verdadeiramente se incumbem de levar água, tratar o esgoto e destinar fim aos resíduos sólidos.

Numa lógica neoliberal onde só quem pode pagar pode desfrutar dos serviços oferecidos, surge um abismo entre a realidade dos diversos municípios. Há municípios com realidades econômicas e sociais totalmente opostas. O próprio leilão dos blocos de atuação da CEDAE demonstrou como as empresas privadas são seletivas e sabem exatamente onde investir. Dos quatro blocos disponibilizados, apenas um não foi arrematado por nenhuma das concorrentes: o bloco 3 (único abaixo da cifra dos bilhões) que contempla 22 bairros da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e os municípios de Itaguaí, Paracambi, Pinheiral, Piraí, Rio Claro e Seropédica acabou ficando de fora, pois foi inicialmente arrematado pela Aegea, que depois desistiu do bloco por já ter arrematado os blocos 1 (o mais valioso) e o 4, mais viáveis economicamente. Mesmo com as incertezas trazidas pela privatização da água, houve muita comemoração por parte do governo, da mídia e do empresariado.

No entanto, a intenção dessa pesquisa é, também, aprofundar o debate sobre a gestão neoliberal da água. Diante de vários exemplos de insucesso, o estado do Rio de Janeiro insiste no modelo, posto que esse, em sua grande maioria no Brasil, tem sido de grande sucesso para as empresas privadas, para seus investidores e para a parcela da população que dispõe de recursos para arcar com os preços impostos à água. A questão social relativa à água fica de fora dos relatórios, da publicidade e dos debates. Os trabalhadores que atuam nas concessões públicas nem são citados. Num país assolado

pela crise econômica, pelo desemprego e pela fome, é preocupante a situação dos que não podem pagar pela mercadoria água.

E ainda como agravante, tem-se os casos de corrupção sistêmica no país. Nada impede que uma concessão de água pública e/ou privada seja alvo de processos ilícitos. As vantagens de uma concessão privada sempre amplamente divulgadas, nunca tratam de casos de corrupção envolvendo essa modalidade.

A população, alheia aos reais interesses embutidos nesse tipo de negócio, só terá a real dimensão do que está ocorrendo, quando tiver impedido seu acesso à água.

Como vários artigos mostram, a maioria dos recursos e lutas territoriais no controle da água sistemas estão enraizados em como as novas propostas de governança da água minam, transformam, incorporar e/ou reordenar as formas locais existentes de autogoverno coletivo e autonomia territorial. Políticas clássicas "orientadas para a exclusão" e modernas "orientadas para a inclusão" - e híbridos - visam envolver as comunidades e territórios usuários de água locais na governação projeções hidroterritoriais e racionalidades dos grupos e, assim, moldam ou reforçam a ordem hidroterritorial dominante. Alinhamento com estes supostamente mais racionais e esquemas eficientes, geralmente legitimam a autoridade e a supremacia cultural de grupos de poder político-econômico e aprofunda a distribuição desigual de água, bem como extração insustentável de excedentes e recursos das comunidades locais.

Referências Bibliográficas

- ABCON -SINDCON; PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO. **O saneamento não pode parar: panorama da participação privada no saneamento**. Rio de Janeiro - RJ: Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto, 2019. *E-book*. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/uploads/Estudo---PANORAMA-SETOR-PRIVADO-NO-SANEAMENTO-2019.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2021.
- ACSELRAD, H. “Sustentabilidade, Espaço e Tempo.” Meio Ambiente: Questões Conceituais I. Niterói, RJ: PGCA – Riocor, 2000.
- AEGEA SANEAMENTO. **Unidades Aegea**, 2021. Disponível em: <https://ri.aegee.com.br/a-aegee/unidades-aegee/>. Acesso em: 2 nov. 2021.
- AEGEA SANEAMENTO. **Relatório anual de sustentabilidade 2019**. São Paulo - SP: Aegee, 2019. Disponível em: https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/9aa4d8c5-604a-4097-acc9-2d8be8f71593/relatorio-anual/af2527d76f5985f9f521120c375e59ac6ea1b45de933654ee8745c5a411874f7/relatorio_anual_de_sustentabilidade_2019-versao_em_pdf.pdf. Acesso em: 2 nov. 2021.
- AEGEA SANEAMENTO. **Revista Aegee - Edição número 21**, 2018. Disponível em: https://issuu.com/aegeasaneamento/docs/revista_aegee_21. Acesso em: 14 mar. 2021.
- AGENERSA. **Histórico da concessão**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://www.agenersa.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73:histor-concessao&catid=83:prolagos&Itemid=81. Acesso em: 24 out. 2020.
- AGENERSA. **Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: http://www.agenersa.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73:histor-concessao&catid=83:prolagos&Itemid=81. Acesso em: 12 jan. 2019.
- ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Atlas Água - Segurança hídrica do Abastecimento Urbano**. 2021. Disponível em: <https://portal1.snirh.gov.br/ana/apps/storymaps/stories/1d27ae7adb7f4baeb224d5893cc21730?est=7>. Acesso em: 09 jul. 2020.
- ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 34, n. 1, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- AUGUSTO, L. G. S.; GURGEL, D. G. I.; CÂMARA NETO, F. H.; MELO, H. C.; COSTA, M. A. O contexto global e nacional frente aos desafios do acesso adequado à água para consumo humano. *Revista Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232012000600015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 jul. 2020.
- BARLOW, M.; CLARKE, T. **Ouro Azul: como as grandes corporações estão se apoderando**. São Paulo: M. Books, 2003.
- BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Jorge Zahar Editores, 2005.

BORDALO, C. Os conflitos socioambientais pelo uso da água no Brasil na perspectiva da Ecologia Política. **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, n. 2, p. 78, 2019.

BOYS, D. **O fim da privatização da água?** Brasil, 2018. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-fim-da-privatizacao-da-agua/>. Acesso em: 13 dez. 2019.

BRASIL. SNIS - **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2014**. Brasília. 2016. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/Diagnostico_AE2014.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL DE FATO. **Documentário “Bolívia, a Guerra da Água” é um exemplo**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/07/01/documentario-bolivia-a-guerra-da-agua-e-um-exemplo-para-o-brasil>. Acesso em: 14 jul. 2021.

CARCANHOLO, Reinaldo & NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/carcanholo> [acesso em 24 ago. 2020], 1999.

CASTILHO, D. Um vírus com DNA da globalização: o espectro da perversidade. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.10332>.

CEDAE. **Tarifa social**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://cedae.com.br/incluir_tarifa_social. Acesso em: 02 fev. 2019.

CEDAE. **A CEDAE - ORIGEM**. 2020. Disponível em: <https://cedae.com.br/origem>. Acesso em: 09 jul. 2020.

COMERCIAL. **Búzios: Governo Municipal vai lutar contra o contrato com a Prolagos para resolver impasse sobre esgoto**. 2016. Disponível em: <https://cliquediario.com.br/politica/buzios-governo-municipal-vai-lutar-contrato-com-a-prolagos-para-resolver-impasse-sobre-esgoto>. Acesso em: 3 nov. 2021.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

ECOAGÊNCIA. **Carta de Porto Alegre repudia privatização dos serviços de água, esgotos e recursos hídricos**. Porto Alegre, 2003. Disponível em: https://www.agirazul.com.br/fsm4/_fsm/fo6.htm. Acesso em: 1 nov. 2021.

EKO. **Quantidade gasta de água nos alimentos.** [s. l.], 2015. Disponível em: <https://parlamentoalimentar.wordpress.com/2015/01/18/quantidade-gasta-de-agua-nos-alimentos/>. Acesso em: 29 out. 2021.

EQUATOR PRINCIPLES. **Os princípios do Equador.** 2018. Disponível em: http://equator-principles.com/wp-content/uploads/2018/01/equator_principles_portuguese_2013.pdf. Acesso em: 2 nov. 2021.

ESTADÃO. **Aegee vira a 2ª maior em saneamento no País.** Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/aegee-vira-a-2a-maior-em-saneamento-no-pais/>. Acesso em: 24 jan 2019.

FORMIGONI, I. **Dados históricos da desvalorização do Real frente ao dólar.** [s. l.], 2018. Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/mercado/real-frente-ao-dolar-2/>. Acesso em: 2 nov. 2021.

FRACALANZA, A. P. Água: de elemento natural à mercadoria. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n. 33, p. 21-36, 2005.

G1. **Prolagos passa a atender a população em sedes do Procon para cumprir acordo com Ministério Público do RJ.** 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2019/01/20/prolagos-passa-a-atender-a-populacao-em-sedes-do-procon-para-cumprir-acordo-com-ministerio-publico-do-rj.ghtml>. Acesso em: 02 fev. 2019.

HAESBAERT, R. Entre a contenção e o confinamento dos corpos-território: reflexões geográficas em tempos de pandemia (I) e (II). AGB-Campinas. Campinas, 2020. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/site/2020/rogerio-haesbaert-desterritorializacao-sem-limites-reflexoes-geograficas-em-tempos-de-pandemia-i/>.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, D. **A Condição Pós Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1989

IÇO, J. A.; BRAGA, R. P. EBITDA: LUCRO AJUSTADO PARA FINS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO OPERACIONAL. **Revista Contabilidade e Informação Conhecimento e Aprendizagem**, Rio Grande do Sul, v. 3, p. 39–47, 2001.

INEA. **Sistemas de abastecimento público de água. Prolagos - Águas de Juturnaíba.** Juturnaíba, 2021. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/ar-agua-e-solo/seguranca-hidrica/sistemas-de-abastecimento/prolagos-aguas-de-juturnaiba/inea.rj.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2021.

LEAL, J. **Solar é nome escolhido para a nova gigante da Coca-Cola.** 2013. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/economia/2013/04/22/noticiasjornaleconomia,3043132/solar-e-nome-escolhido-para-a-nova-gigante-da-coca-cola.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2020.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1970].

LOPES, A. Prolagos completa um ano de concessão dos serviços de esgotamento sanitário em Arraial do Cabo. *In: Portal Saneamento Básico*. 8 jun. 2017. Disponível em: <https://saneamentobasico.com.br/outros/concessoes/prolagos-completa-um-ano-de-concessao/>. Acesso em: 3 nov. 2021.

MAZUI, G.; RODRIGUES, P. **Bolsonaro sanciona com vetos novo marco legal do saneamento básico**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/15/bolsonaro-sanciona-novo-marco-legal-do-saneamento-basico.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MELLO, M. F. Discriminação de preços no saneamento: Um estudo de caso da Região dos Lagos no Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**, v. 38, n. 3, p. 451-63, 2004.

Microrregião dos Lagos. Arraial do Cabo, 2021. Disponível em: <http://www.arraialdocabo.com.br/como-chegar-em-arraial-do-cabo/microrregiao-dos-lagos.htm>. Acesso em: 27 abr. 2021.

OLIVEIRA, L. D. **A Construção do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda: Um estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia**. 2006. 204p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, L. D. A Geopolítica do desenvolvimento Sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia. **Carta Internacional**, v. 7, p. 118-139, 2012. Disponível em: <http://cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/view/54>. Acesso em: 14 jul. 2021.

OLIVEIRA, L. D. Geopolítica ambiental: a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992). **Espaço e Economia: Revista brasileira de geografia econômica**, n. 15, 2019.

OLIVEIRA, L. Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, n. 19, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/13877>. Acesso em: 14 mar. 2021.

ONU –Organização das Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 3 nov. 2021.

PACTO GLOBAL. **A iniciativa**. 2021. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>. Acesso em: 2 nov. 2021.

PETRELLA, R. **O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PINTO, V. C. A privatização do saneamento básico. **Consultoria Legislativa**, 2003. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/119/17.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 03 nov. 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e Agronegócio na América Latina: A questão agrária atual**. São Paulo: Expressão popular, 2007, p 195-221.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PROLAGOS. **Política de Sustentabilidade**. São Pedro da Aldeia - RJ, 2021.

Disponível em: <https://www.prolagos.com.br/politica-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 2 nov. 2021

PROLAGOS. Ata de Reunião do Conselho de Administração. Disponível em: <http://www.prolagos.com.br/wp-content/uploads/downloads/2017/09/RCA-Prolagos-3a-Emiss%C3%A3o-Deb%C3%AAntures.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

PROLAGOS. **Tarifa Social da Prolagos leva benefícios às famílias de baixa renda da Região dos Lagos**. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.prolagos.com.br/tarifa-social-da-prolagos-leva-beneficios-as-familias-de-baixa-renda-da-regiao-dos-lagos/>. Acesso em: 03 fev. 2019.

PROLAGOS. **4ª Revisão Quinquenal da PROLAGOS**. 2018. Disponível em: <http://www.agenersa.rj.gov.br/documentos/consultapublica/audienciapublica/prolagos/apresentacaoprolagos.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAMÃO, F. S. **A mercantilização do meio ambiente na cidade de Cabo Frio a partir dos fundamentos de Pierre George**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Produção social do espaço: natureza, política e processos formativos em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

REBOUÇAS, A. C. Água doce no Brasil. p.1-38. In: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1999.

RIBEIRO, G. Entre Armas e Púlpitos: a necropolítica do Bolsonarismo. **Revista Continentes (UFRRJ)**, v. 9, n. 16, 2020. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/288>. Acesso em: 06 de ago. 2021.

RIBEIRO, G. ENTRE ARMAS E PÚLPITOS: A NECROPOLÍTICA DO BOLSONARISMO. n. 16, p. 463–485, 2020.

RIBEIRO, W. C. **Geografia Política da Água**. São Paulo: Annablume, 2008.

RODRIGUES, A M. **Produção e Consumo do e no Espaço**. A Problemática Ambiental Urbana. 1998.

RODRIGUES, A. M. A Abordagem Ambiental – Questões para reflexão [Prefácio]. In: RODRIGUES, A. M. (Org.). **Problemática Ambiental Urbana: Abordagens Contemporâneas**. Textos Didáticos, n.º 63. Campinas, SP, IFCH / UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, A. M. **A Abordagem Ambiental – Questões para reflexão**. GeoTextos, v. 5, n. 1, 2009, p. 183-201.

SANCHES, M. **Cedae registra maior concentração de geosmina na área de captação do Rio Guandu desde o início do ano**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/30/cedae-registra-maior-concentracao-de-geosmina-na-area-de-captacao-do-rio-guandu-desde-o-inicio-do-ano.ghtml>. Acesso em: 2 nov. 2021.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

SHIVA, V. **Guerras por Água**. São Paulo: Radical Livros, 2006.

TUNDISI, J. G.; MATSUMURA-TUNDISI, T. **Recursos hídricos no Século XXI**, São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

VIEGAS, E. C. Saneamento Básico, Mercantilização e privatização da água. **Revista de Direito Ambiental**, v. 40, p. 24 – 43, 2005.

Sites consultados:

<https://www.ana.gov.br/gestao-da-agua/outorga-e-fiscalizacao>

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/119/17.pdf?sequence=4&isAllowed=y>

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_consumo/_arquivos/3%20-%20mcs_agua.pdf>. Acesso em 02 fevereiro 2019.

<https://www.unicef.org/angola/comunicados-de-imprensa/21-bilh%C3%B5es-de-pessoas-n%C3%A3o-t%C3%AAm-acesso-%C3%A1-gua-pot%C3%A1vel-em-casa-e-mais-do-dobro>

<https://monitormercantil.com.br/agua/>